

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



ELVIS ODAIR MELO LEITE

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**O RECURSO À ARMA DE FOGO
NA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE:
QUADRO LEGAL E PLANO DE FORMAÇÃO**

Orientadores

PROFESSOR DOUTOR MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA

Lisboa, 2021



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



ELVIS ODAIR MELO LEITE

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**O RECURSO À ARMA DE FOGO
NA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE:
QUADRO LEGAL E PLANO DE FORMAÇÃO**

Orientadores

PROFESSOR DOUTOR MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA

Lisboa, 2021



Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências
Policiais (Curso de Formação de Oficiais de Polícia), sob orientação científica do
Professor Doutor MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE e do
Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA.

À minha família, por tudo.

À minha Polícia.

AGRADECIMENTOS

Apraz-me manifestar os meus agradecimentos às pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho de investigação no âmbito do Mestrado em Ciências Policiais e, particularmente, àquelas que me apoiaram e incentivaram durante estes cinco anos.

Assim, cumpre-me agradecer, em primeiro lugar, à Polícia Nacional de Cabo Verde, à Polícia de Segurança Pública e ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pela gratificante oportunidade.

Ao Professor Doutor MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE, responsável pela orientação deste trabalho, pela direção crítica e pela sua dedicação.

Ao Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA pela orientação, pelos ensinamentos, pela paciência e disponibilidade incondicional que me dispensou e que contribuíram decisivamente para a execução desta dissertação.

Aos entrevistados MANUEL ALVES, Intendente da PNCV na aposentação, CARLOS SILVA, Comissário da PNCV, APRÍGIO ZEGO, Comissário da PNCV, ROBERTO LIMA, Comissário da PNCV, NATANIEL SILVA, Subcomissário da PNCV, SAMIR SILVA, Subchefe Principal da PNCV, MÁRCIO MIRANDA, 2.º Subchefe da PNCV pela pronta disponibilidade possibilitando assim a realização das entrevistas, componente fundamental deste trabalho, bem como na disponibilização de documentação relevante.

Ao meu Comandante Comissário CARLOS SILVA reitero uma palavra de apreço e de agradecimento pelo apoio integral demonstrado desde o início deste curso.

Aos meus camaradas do XXXIII CFOP, pelo espírito de entreajuda e participação ativa ao longo destes cinco anos.

Aos meus camaradas cabo-verdianos de curso, VLADIR BATALHA, ERICA FERREIRA, NICOLAU DUARTE, IZOLANDA MONTEIRO e IVANILDA GONÇALVES, pelo auxílio e camaradagem ao longo desta formação.

Aos meus amigos ALEXANDRE, NEVES, DANFÁ, NAU e GARCÊS pela amizade e pela boa disposição.

À MELISSA, à JOCELINA e ao ELTON, companheiros de todos os momentos.

À comunidade PALOP no ISCPSI, e em especial à comunidade cabo-verdiana, pela camaradagem.

À minha família, em especial aos meus irmãos e aos meus pais, pelo amor e pela educação.

À minha esposa e aos nossos filhos, pelo amor, paciência, e pelo espírito de sacrifício. Enfim, pelo apoio e incentivo que, em todos os bons e maus momentos, abnegadamente me dispensaram.

A todos, o meu profundo e sincero obrigado!

RESUMO

O RECURSO À ARMA DE FOGO NA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE

ELVIS ODAIR MELO LEITE

A segurança de um estado revela-se como uma das condições primordiais para o bem-estar da comunidade. Neste âmbito, as Forças de Segurança surgem como atores principais para a prossecução de um leque de medidas preventivas e, em segundo plano, de medidas repressivas no referencial securitário. No quadro repressivo, o recurso à arma de fogo em ação policial consubstancia-se na medida extrema de coerção. Deste modo, no que concerne ao emprego do poder coativo, as Forças de Segurança devem adotar respostas e modelos ajustados à atualidade. Centrando-nos no panorama operacional da Polícia Nacional de Cabo Verde (PNCV), entendemos a pertinência que a matéria do recurso à arma de fogo acarreta para os agentes policiais e para a sociedade em geral. Assim, pretendemos debruçar o nosso estudo sobre o recurso à arma de fogo no setor securitário cabo-verdiano. Para tal, o objetivo geral desta investigação centra-se, por um lado, na necessidade de a PNCV socorrer-se de um quadro legislativo e teórico rico e, por outro lado, a importância de modernizar os modelos de formação, de modo a aumentar a sua capacidade no âmbito das intervenções policiais. Numa perspetiva futura, salientamos a importância que deverá ser atribuída ao treino, bem como a necessidade de padronização da atuação policial na PNCV, nomeadamente na criação e implementação de normas de execução. Com base numa metodologia de natureza qualitativa, recorreremos à realização de entrevistas semiestruturadas aos Oficiais e Subchefes da PNCV, tendo em vista a conhecer os aspetos referentes à realidade operacional e à componente formativa policial.

PALAVRAS-CHAVE: arma de fogo; formação policial; polícia; segurança.

ABSTRACT

THE USE OF FIREARMS IN THE NATIONAL POLICE OF CAPE VERDE

ELVIS ODAIR MELO LEITE

The security of a state reveals itself as one of the primary conditions for the well-being of the community. In this context, the Security Forces emerge as the main actors in the pursuit of a range of preventive measures and, secondarily, of repressive measures in the security context. In the repressive framework, the use of firearms in police action is an extreme measure of coercion. Thus, when it comes to the use of coercive power, the Security Forces must adopt responses and models adjusted to the present time. Focusing on the operational panorama of the Cape Verde National Police (PNCV), we understand the relevance that the use of firearms has for police officers and society in general. Thus, we intend to focus our study on the use of firearms in the Cape Verdean security sector. To this end, the general objective of this research focuses, on the one hand, on the need for the PNCV to rely on a rich legislative and theoretical framework, and, on the other hand, on the importance of modernizing training models in order to increase its capacity in the scope of police interventions. In a future perspective, we highlight the importance that should be attributed to training, as well as the need to standardize police action in the PNCV, namely in the creation and implementation of enforcement rules. Based on a qualitative methodology, we resorted to semi-structured interviews with officers and deputy chiefs of the PNCV, in order to understand aspects related to the operational reality and the police training component.

KEYWORDS: use of firearms; police training; police; security.

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACIPOL	Academia de Ciências Policiais de Moçambique
ALPC	Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre
CADHP	Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos
CEDSN	Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNF	Centro Nacional de Formação
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
GAM	Grupo de Atiradores em Moto
GAT	Grupo de Ação Tático-Policial
IGSI	Inspeção Geral da Segurança Interna
ISCPC	Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LOPN	Lei Orgânica da Polícia Nacional
MIPP	Modelo Integrado do Policiamento de Proximidade
NEP	Normas de Execução Permanente
OEPC	Operações Especiais de Prevenção Criminal
OUA	Organização da Unidade Africana
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PNCV	Polícia Nacional de Cabo Verde
PNSIC	Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania
PSP	Polícia de Segurança Pública

ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1	Evolução da Criminalidade em CV de 2016 a 2020.	10
Gráfico 2	Evolução do número de ocorrências registradas pela PN de 2000 a 2020.	82
Figura 1	Escalada de aplicação da coação policial.	32
Figura 2	Objetivos gerais da Cooperação Técnico-Policial do MAI.	47

ÍNDICE DE QUADROS E DIAGRAMAS

Quadro 1	Crimes com recurso às armas contra pessoas - 2016/2020.	36
Quadro 2	Crimes com recurso às armas contra polícias – 2016/2020.	38
Quadro 3	Formação de Tiro: Componente Teórica.	80
Quadro 4	Formação de Tiro: Componente Prática.	80
Quadro 5	Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 1.	119
Quadro 6	Análise de conteúdo final da questão 1 da entrevista.	119
Quadro 7	Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 2.	120
Quadro 8	Análise de conteúdo final da questão 2 da entrevista.	120
Quadro 9	Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 3.	121
Quadro 10	Análise de conteúdo final da questão 3 da entrevista.	121
Quadro 11	Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 4.	122
Quadro 12	Análise de conteúdo final da questão 4 da entrevista.	122
Quadro 13	Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 5.	123
Quadro 14	Análise de conteúdo final da questão 5 da entrevista.	123
Quadro 15	Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 6.	124
Quadro 16	Análise de conteúdo final da questão 6 da entrevista.	124
Diagrama 1	Organograma do Sistema de Segurança Nacional.	84
Diagrama 2	Organograma do Sistema de Segurança Interna.	86
Diagrama 3	Organograma da Polícia Nacional de Cabo Verde.	88

ÍNDICE DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I	Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98, de 16 de novembro.	72
Anexo II	Serviços prestados pela Polícia Nacional.	77
Anexo III	Programa de Formação de Tiro.	79
Anexo IV	Ocorrências criminais registadas pela Polícia Nacional.	81
Anexo V	Organograma do Sistema de Segurança Nacional.	83
Anexo VI	Organograma do Sistema de Segurança Interna.	85
Anexo VII	Organograma da Polícia Nacional.	87
Apêndice I	Pedido de Autorização/Colaboração em trabalho de Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais.	89
Apêndice II	Guião de Entrevista.	92
Apêndice III	Entrevista ao Intendente da Polícia Nacional de Cabo Verde.	96
Apêndice IV	Entrevista ao Comissário da Polícia Nacional de Cabo Verde.	100
Apêndice V	Entrevista ao Comissário da Polícia Nacional de Cabo Verde.	104
Apêndice VI	Entrevista ao Subcomissário da Polícia Nacional de Cabo Verde.	107
Apêndice VII	Entrevista ao Subcomissário da Polícia Nacional de Cabo Verde.	110
Apêndice VIII	Entrevista aos Formadores de tiro da Polícia Nacional de Cabo Verde.	115
Apêndice IX	Análise de conteúdo das entrevistas.	118

ÍNDICE

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Lista de Siglas e Acrónimos.....	vii
Índice de Gráficos e Figuras.....	viii
Índice de Quadros e Diagramas.....	ix
Índice de Anexos e Apêndices.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
OPÇÕES METODOLÓGICAS	4
CAPÍTULO I. A POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE.....	7
I.1. O Panorama Securitário Cabo-verdiano.....	7
I.2. Polícia Nacional de Cabo Verde: História, Natureza e Atribuições.....	11
I.3. Direitos Fundamentais e Atuação Policial.....	16
I.4. Mecanismos de Controlo da Atividade Policial.....	20
CAPÍTULO II. QUADRO LEGAL DO RECURSO À ARMA DE FOGO.....	24
II.1. O Recurso à Arma de Fogo.....	24
II.2. Princípios Enformadores.....	29
II.3. Regime Jurídico das Armas e Munições.....	33
II.4. Panorama Português.....	39
CAPÍTULO III. FORMAÇÃO POLICIAL.....	42
III.1. A Formação na Polícia Nacional de Cabo Verde.....	42
III.2. Cooperação Técnico-Policial: Portugal/Cabo Verde.....	45
III.3. A Formação de Tiro.....	48
III.4. Padronização de Procedimentos Policiais.....	51

ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS.....	55
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
I. Enciclopédias.....	61
II. Obras Gerais e Específicas.....	61
III. Teses e Dissertações.....	66
IV. Legislação.....	67
V. Imprensa.....	70
VI. Fontes Eletrônicas.....	70
ANEXOS E APÊNDICES	71
Anexo I.....	72
Anexo II.....	77
Anexo III.....	79
Anexo IV.....	81
Anexo V.....	83
Anexo VI.....	85
Anexo VII.....	87
Apêndice I.....	89
Apêndice II.....	92
Apêndice III.....	96
Apêndice IV.....	100
Apêndice V.....	104
Apêndice VI.....	107
Apêndice VII.....	110
Apêndice VIII.....	115
Apêndice IX.....	118

INTRODUÇÃO

No Estado de Direito democrático, as organizações policiais têm assumido cada vez mais responsabilidades através do alargamento do seu espectro de atuação, o que implica uma atualização constante das estratégias de manutenção da ordem e segurança públicas. A “institucionalização crescente das democracias ocidentais e as modificações do corpo social transformou a instituição policial e, o regime democrático, constituiu-se progressivamente numa força de segurança dos cidadãos” (SARMENTO e CORREIA, 2020, p. 382). Nesta medida, as ciências policiais procuram enveredar em linhas que investigam a vertente securitária, principalmente procurando trilhar estratégias que auxiliam na prevenção e repressão da criminalidade. A legitimidade de intervenção preventiva e repressiva adquire fundamento na lei. De igual modo, exige-se que a corporação policial necessite de uma legitimação social, ou seja, “a intervenção da Polícia deve sentir-se necessária, útil, essencial à vida em comunidade e à sobrevivência harmoniosa da sociedade aos olhos de todos os cidadãos” (VALENTE, 2019, p. 202). A Polícia, enquanto organização e atividade policial, tem-se deparado com questões securitárias complexas, procurando descrever e compreender os fenómenos e as problemáticas da missão policial no sentido de desenvolver novas estratégias de intervenção.

Para BECCARIA (1766, pp. 22-23) o principal objetivo das legislações tem como premissa “mais vale prevenir do que remediar”, projetando “a prevenção como atitude social que deve estar na primeira linha da frente no ataque ao fenómeno da criminalidade”. Pese embora a atividade policial se enforme em torno de funções essencialmente preventivas, o emprego do poder coativo apresenta-se como parte integrante fundamental da atuação policial, pelo facto de se afigurarem em permanentes riscos para a violação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos. Para tal, BECCARIA (1766, p. 155) advoga que “as leis devem ser claras, simples e que toda a força da nação se concentre em defendê-las”.

No caso cabo-verdiano, as questões de prevenção e, principalmente, de repressão criminal têm-se revelado como temas complexos para a realização efetiva de um Estado de Direito. No quadro da repressão criminal, o recurso à arma de fogo em ação policial consubstancia-se no culminar do exercício do poder de autoridade da Polícia. Neste âmbito, propomo-nos a desenvolver a temática referente ao recurso à arma de fogo na Polícia Nacional de Cabo Verde (PNCV). Este tema de análise afigura-se numa problemática para a pesquisa no mestrado integrado em ciências policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), bem como para a organização policial cabo-verdiana.

Ao longo deste trabalho, considerámos necessário estabelecer uma descrição e avaliação do quadro normativo referente ao uso dos meios coercivos, particularmente sobre o recurso à arma de fogo. À semelhança do Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro, de Portugal, referente ao recurso à arma de fogo em ação policial, no quadro legislativo cabo-verdiano existe o Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98 de 16 de novembro que regula o uso de armas de fogo pelos funcionários e agentes das Forças e Serviços de Segurança. Seguindo a nossa linha de estudo, cogitámos compreender se a existência deste decreto encerra a problemática com que se depara a realidade policial cabo-verdiana. Pretendemos analisar a forma como se processam as atuações policiais em Cabo Verde, bem como enfatizar a análise de aspetos que carecem de especial atenção no que diz respeito à formação dos quadros da PNCV.

Para tal, destacámos a importância de identificar as principais dificuldades das atuações com recurso à arma de fogo, no sentido de apresentar respostas e modelos ajustados à atualidade. Tendo em conta o panorama operacional da PNCV, esta temática permite-nos abordar áreas fulcrais como a organização e a atividade policial enquanto garante dos direitos fundamentais dos cidadãos, ao passo que estes são o cerne da atividade policial. Com efeito, propomo-nos analisar e responder às problemáticas relativas a realidade operacional desta Polícia, mais concretamente o recurso à arma de fogo. Dada a amplitude e complexidade desta matéria, pretendemos que este trabalho de investigação seja um instrumento de apoio para responder às necessidades do uso das armas de fogo pelos agentes policiais.

Dentro desta perspetiva de análise, procurámos sintetizar e clarificar o objeto de estudo, afirmando a necessidade de abordarmos a atividade operacional policial, por forma a permitir-nos responder às questões levantadas e perceber quais os principais desafios e perspetivas. Centrando-nos no panorama securitário cabo-verdiano, torna-se essencial descrever e analisar as atuações com recurso ao uso de meios coercivos, particularmente o recurso à arma de fogo.

Tendo em conta a contextualização temática, o objetivo geral desta pesquisa consiste em descrever e compreender como se processa o recurso à arma de fogo na PNCV tendo em conta as necessidades operacionais. Consequentemente, esta pesquisa prossegue os seguintes objetivos específicos, nomeadamente a análise da atuação policial da PNCV; a interpretação do enquadramento legal do recurso à arma de fogo; e, por fim, a exposição do processo de formação policial em Cabo Verde, em particular a formação de tiro.

Numa visão ampliada, esta dissertação encontra-se organizada em três capítulos. O primeiro capítulo compõe-se, essencialmente, da organização policial cabo-verdiana, pelo que analisamos as dinâmicas das atuações policiais no panorama securitário cabo-

verdiano, com recurso ao compêndio legislativo e doutrinário. Procurámos verificar se o modelo de atuação policial permite à instituição policial estar preparada para as exigências do quotidiano operacional. Ainda neste capítulo apresentámos os modelos de controlo da atividade policial, enquanto instituição caracterizada pelo uso da coerção.

Consecutivamente, no segundo capítulo, explorámos o manancial legislativo referente ao recurso à arma de fogo, com especial atenção atribuída ao decreto-regulamentar n.º 5-E/98 de 16 de novembro, que regula o uso de armas de fogo pelos funcionários e agentes das Forças e Serviços de Segurança. Para tal, configurámos uma breve análise comparativa entre o regime jurídico cabo-verdiano e o regime jurídico português. Do mesmo modo, evidenciámos uma breve análise aos dados estatísticos referentes aos crimes cometidos com recurso às armas contra pessoas e contra os agentes policiais.

Posteriormente no terceiro e último capítulo, analisámos os aspetos que caracterizam a formação de tiro na PNCV, designadamente a estrutura e os conteúdos programáticos. Ainda no contexto formativo, procuramos desmistificar a forma como se operacionaliza a cooperação internacional no âmbito da formação técnico-policial entre Portugal e Cabo Verde.

Na parte final deste trabalho tecemos algumas considerações e conclusões decorrentes do nosso estudo, perspetivando desafios e recomendações sobre as atuações policiais em Cabo Verde.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

A emergência das Ciências Policiais decorre dos “fins ou objetivos específicos prosseguidos pela abordagem científica e pela necessidade de procurar respostas a fenómenos securitários cada vez mais intrincados e desafiadores numa sociedade do risco, da incerteza e da imprevisibilidade” (ELIAS, 2018, p. 33). O uso das armas de fogo consubstancia-se numa preocupação transversal a qualquer Estado de Direito democrático, pelo facto de se constituir num fenómeno de extrema importância e complexidade. Neste contexto, surge o interesse de debruçarmos o nosso estudo sobre “*O Recurso à Arma de Fogo na Polícia Nacional de Cabo Verde: Quadro Legal e Plano de Formação*”.

De modo a alcançarmos os objetivos pré-definidos para este trabalho e procurando responder à problemática apresentada, afigura-se essencial delinearmos uma questão inicial que nos guiará ao longo deste estudo. Para CAMPENHOUDT, MARQUET e QUVY (2017, p. 57), formular corretamente uma pergunta de investigação permitirá ao investigador iniciar e conciliar o primeiro fio condutor da averiguação e constituir-se-á como uma oportunidade para definir o seu projeto e expectativas. Neste sentido, para essa pergunta convergir e corresponder à nossa intenção, levantámos a seguinte pergunta de investigação: “*De que forma se processa o recurso à arma de fogo na Polícia Nacional de Cabo Verde?*” Pretendemos compreender se a existência do Decreto-Regulamentar encerra a problemática com que se depara a realidade policial cabo-verdiana.

Mais especificamente, com a realização do presente estudo procuramos compreender como se processam as atuações policiais em Cabo Verde e perceber as principais implicações relacionadas com a atuação da PNCV. De igual modo, e tendo em conta a formação existente, pretendemos averiguar se os agentes se encontram devidamente instruídos para a intervenção policial com recurso à arma de fogo.

De modo a atribuir um cariz científico ao nosso estudo e realçando a sua coerência global no âmbito da investigação, propomo-nos a adotar técnicas e métodos exequíveis nas opções metodológicas selecionadas. Com base na temática apresentada, optamos por desenvolver um estudo de carácter descritivo que se traduz na correlação que se pode retirar da descrição de um certo fenómeno e da especificação dos conceitos decorrentes deste fenómeno (DUHAMEL e FORTIN, 1996, p. 163). O estudo descritivo é assente no método de pesquisa qualitativo que, segundo FLICK (2009, p. 23), consiste na seleção adequada de métodos e teorias convenientes que funcionam como parte do processo de produção de conhecimento. A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um

grupo social, de uma organização (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 31). De modo geral, as pesquisas qualitativas procuram trabalhar com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões com o objetivo de alcançar um entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo (VILELAS, 2009, p. 108).

Seguidamente, os procedimentos adotados baseiam-se na pesquisa bibliográfica e na análise documental. Procedemos a uma pesquisa e análise de documentação jurídica essencial sobre o recurso à arma de fogo. Do mesmo modo, preconizamos estabelecer uma revisão da literatura procurando delinear uma contextualização da investigação. Na perspetiva de FORTIN e VISSANDJÉE (1996, p. 73), a revisão da literatura consiste no “processo de fazer o inventário e exame crítico do conjunto de publicações pertinentes sobre um domínio de investigação”. De todo o modo, o nosso domínio de investigação cinge-se sobre o recurso à arma de fogo na PNCV, pelo que nos propomos a conhecer as correntes teóricas e conceptuais sobre esta matéria. Assim, evidenciamos conhecer e compreender este domínio de investigação e perspetivar melhorias subjacentes à organização policial cabo-verdiana.

Tendo em conta a recolha bibliográfica, optámos por complementar este estudo com um trabalho de campo, nomeadamente através do método inquisitivo, centrado na aplicação de entrevistas. As técnicas de entrevista distinguem-se, essencialmente, através da aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana, pelo que permitem ao investigador retirar informações e elementos de reflexão essenciais durante a investigação (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998, p. 191). Em termos globais, o objetivo de qualquer entrevista “é abrir área livre dos dois interlocutores no que respeita à matéria da entrevista, reduzindo, por consequência, a área secreta do entrevistado e a área cega do entrevistador” (CARMO e FERREIRA, 2008, p. 42). As entrevistas realizadas atribuem um cariz científico ao nosso estudo, que nos permite conhecer os diferentes aspetos que caracterizam a atuação policial em Cabo Verde. Num plano geral, “a estrutura da entrevista segue uma linha semiestruturada, contendo um plano prévio e seguindo uma ordem lógica” (SARMENTO, 2013, p. 30). Pese embora delimitamos uma série de perguntas-guias, a entrevista semiestruturada confere espaço de liberdade para o entrevistado abordar o tema em apreço (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998, p. 192). De todo o modo, SANTOS *et al.* (2016, p. 103) elucidam que, quando se pretende obter “afirmações concretas sobre um assunto, o meio mais eficiente é a entrevista semiestruturada”.

O tratamento e a análise das entrevistas são essencialmente de carácter descritivo e interpretativo. Para tal, efetuaremos uma análise do material qualitativo mediante a análise de conteúdo. Para BARDIN (2011, p. 48), a análise de conteúdo consiste num “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores

(quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens”. Posto isso, os dados são tratados através da análise temática, pelo que engloba um conjunto de relações podendo ser representado graficamente por meios de expressões, frases ou resumos (GERHARDT *et al.*, 2009, p. 84). Neste sentido, a análise temática ocorre em 3 momentos bem definidos: num primeiro momento, ocorre através de leituras reiteradas, também chamada de “leitura flutuante”; num segundo momento, codifica-se o material, organizando-os em categorias; num terceiro momento, ocorre a interpretação das informações, evidenciando destaques a certas expressões (GERHARDT *et al.*, 2009, p. 84).

Nesta sequência, a seleção dos entrevistados passa pelos Oficiais e pelos formadores de tiro da PNCV, pelo que procuramos recolher informações credíveis sobre as atuações policiais com recurso à arma de fogo em Cabo Verde e, com isso, desmistificar as principais implicações. Nesta medida, foram realizadas seis entrevistas (apêndice III a VIII). As entrevistas realizadas estão estruturadas com base no tipo de informação que se pretende recolher. Assim, definimos a aplicação de um guião de entrevista que engloba um total de seis questões: o guião de entrevista (apêndice II) foi construído, por um lado, com o objetivo de compreender a realidade do panorama das intervenções policiais com recurso à força, aprofundando as principais implicações deparadas pelos agentes; por outro lado, foi elaborado no sentido de esclarecer aspetos essenciais no espectro da formação policial. As entrevistas foram realizadas através do envio do guião de entrevista e as respostas foram obtidas por via eletrónica.

Em simultâneo, e com o objetivo de disponibilizar informações adicionais e complementares, disponibilizamos quadros, diagramas, anexos e apêndices sobre a temática abordada.

Por fim, e em termos formais, adotámos o novo acordo ortográfico vigente desde 2009 sustentado pelo Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Relativamente às citações e respetivas referências bibliográficas, adotamos o modelo *American Psychological Association* (APA), 6.^a edição.

CAPÍTULO I. A POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE

I.1. O PANORAMA SECURITÁRIO CABO-VERDIANO

O arquipélago de Cabo Verde situa-se na costa ocidental africana, aproximadamente a 500 quilómetros. O território estende-se por uma área total de 4 033 quilómetros quadrados, sendo que a Zona Económica Exclusiva (ZEE) estende-se por mais de 730 mil quilómetros quadrados. O arquipélago é constituído por dez ilhas e oito ilhéus e tem uma população de cerca de meio milhão de habitantes. As ilhas são divididas em dois grupos: o grupo de Barlavento e o grupo de Sotavento, onde sopra o vento e por onde se escoia o vento, respetivamente. Assim, a Barlavento faz parte Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, Sal e Boa Vista enquanto Maio, Santiago, Fogo e Brava integram o grupo das ilhas a Sotavento¹.

O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto entre 1460 e 1462, tendo ficado sob dominação do império português até ao processo de descolonização e independência. Em 1956, AMÍLCAR CABRAL criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), lutando contra o colonialismo e iniciando uma marcha para a independência nacional. A 19 de dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o PAIGC e Portugal, instaurando-se um Governo de transição em Cabo Verde. O Governo preparou as eleições para uma Assembleia Nacional Popular que proclamou a independência a 5 de julho de 1975. Em 1991, na sequência das primeiras eleições multipartidárias realizadas no país, foi instituída uma democracia parlamentar com todas as instituições de uma democracia moderna². A transição política para a democracia em Cabo Verde, segundo HUNTINGTON (1993, pp. 3-5), pode ser enquadrada na chamada *terceira vaga de democratização* e baseou-se no processo negocial entre os principais atores políticos nacionais, tipificado na teoria política como “*democracia de contingência*” (LINZ e STEPAN, 1996, pp. 3-87). Não obstante a escassez de recursos que pudessem facilitar o processo, a transição democrática em Cabo Verde foi uma transição bem-sucedida.

No “contexto africano, Cabo Verde é apontado como um caso de estudo de construção da democracia em África” (ÉVORA, 2004, p. 14). Neste âmbito, TAVARES (2016, p. 63), afirma que “Cabo Verde é um país democrático pelo facto de as suas instituições democráticas funcionarem de uma forma eficaz, aproximando-se deste modo das democracias ocidentais e constituindo um exemplo a seguir a nível regional”. De igual modo, no contexto dos países PALOP, Cabo Verde é o país mais bem posicionado no

¹ Cfr. GOVERNO DE CABO VERDE. O Arquipélago: Geografia.

² *Idem*.

Ranking Democracy Index, figurando no 32.º lugar³. A par desta evolução democrática, TAVARES (2010, p. 168) aponta que “o país tem trilhado um processo de desenvolvimento assinalável a nível económico, político e social”, o que tem garantido uma maior projeção internacional junto dos seus parceiros externos.

No mesmo sentido, tem havido um desenvolvimento no que respeita às questões securitárias de Cabo Verde, sobretudo devido ao surgimento de ameaças transfronteiriças e à internacionalização do crime organizado. Neste âmbito, GUEDES (2015, p. 425) advoga que os estados “embrenham os seus esforços para manter a integridade dos seus territórios, no interior delas manter a paz, e em o fazer nos termos de uma defesa intransigente do direito nacional face a eventuais ameaças externas ou internas”. Neste sentido, FERNANDES (2014, p. 19) afirma que os problemas globais na área da segurança estão de tal forma globalizados e interdependentes que obrigam à adoção de soluções também elas globalizadas e interdependentes. É nesta senda que Cabo Verde procura combater estes fenómenos através da cooperação internacional. De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) delineado para 2017-2021, é prioritário “o fortalecimento das alianças para a segurança, no quadro do aprofundamento da parceria estratégica com a União Europeia e da segurança cooperativa com os Estados Unidos da América” (PEDS, 2017, p. 141).

Do ponto de vista de VALENTE (2000, p. 28), a segurança consubstancia-se num dos principais pilares para a vida em sociedade e constitui-se enquanto “tarefa fundamental do Estado”. Assim, o art.º 7 da Constituição da República de Cabo Verde veio incumbir o Estado de “garantir o respeito pelos direitos do homem e assegurar o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais a todos os cidadãos”, bem como promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo cabo-verdiano”. Segundo CANOTILHO e MOREIRA (2014, p. 479), a segurança não deve ser vista como um direito autónomo, mas sim representa mais uma garantia de direitos abrangendo uma dupla dimensão: a) dimensão *negativa*, traduzindo-se num direito subjetivo à segurança que engloba a defesa perante agressões dos poderes públicos; b) dimensão *positiva*, traduzindo-se num direito positivo à proteção dos poderes públicos contra as agressões ou ameaças de outrem. Deste modo, VALENTE (2000, p. 27) afirma que “foi neste sentido que o direito à segurança e à liberdade foram consagrados no mesmo artigo da Constituição, funcionando os dois como corolários e fundamento da expressão de todos os demais direitos pessoais, culturais, sociais e económicos”. Do mesmo modo, os art.º 29 e 30 da Constituição cabo-verdiana consagram os direitos à liberdade e segurança, respetivamente. Pese embora a segurança constituir-se como tarefa fundamental do Estado, segundo CORREIA e DUQUE (2012, p. 46)

³ Cfr. ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT (2019). *Ranking Democracy Index*.

atualmente as políticas públicas de segurança a serem adotadas implicam a envolvimento da sociedade na resolução de problemas. A título exemplificativo, em Cabo Verde uma das prioridades do Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania (PNSIC), destina-se a efetivar a aproximação da Polícia com a comunidade para a melhor identificar e resolver os problemas sociais, visando assim a operacionalização do Modelo Integrado do Policiamento De Proximidade (MIPP).

Por sua vez, a Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade (LSIPC) no art.º 2, define a segurança interna “como a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade”⁴.

A Lei de Política Criminal⁵ assume importância estratégica, decorrente da visão da segurança como um direito fundamental dos cidadãos. A dinâmica das sociedades contemporâneas impõe que sejam dadas respostas aos novos riscos inerentes à criminalidade, determinando assim, a atualização e adequação das prioridades de prevenção e investigação criminal.

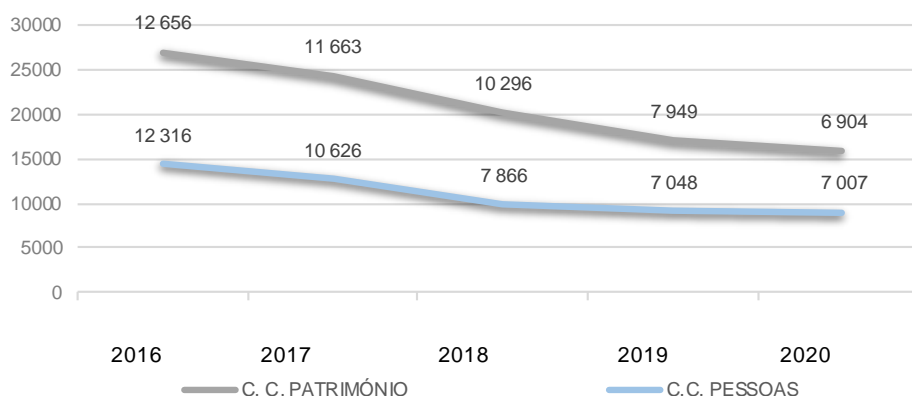
Aliado às disposições constitucionais e legais, surge o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN) que tem como principal objetivo estabelecer as principais linhas de intervenção na defesa e segurança nacional. Por um lado, a Defesa Nacional “visa garantir a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações, contra qualquer agressão ou ameaça”. Por outro lado, a segurança nacional “consubstancia-se no conjunto das atividades desenvolvidas pelo Estado e pelos cidadãos que, em obediência à ordem constitucional, às instituições democráticas e ao direito internacional, visem a proteção e o bem-estar dos cidadãos e o respeito pelos valores que enformam a sociedade contra todas as formas de ameaça”.

De acordo com o PEDS (2017, p. 141), a “segurança consubstancia-se como um dos elementares substratos da construção das sociedades democráticas e um inquestionável fator de desenvolvimento”. É nesta senda que o Estado cabo-verdiano procura adotar medidas para a prevenção e repressão dos riscos e ameaças. Neste contexto, no horizonte do PEDS (2017, p.141), o Governo de Cabo Verde assume a meta de reduzir as ocorrências criminais em pelo menos 40%.

⁴ Cfr. Lei n.º 16/VII/2007, de 10 de setembro.

⁵ Cfr. Lei n.º 78/VII/2010, de 30 de agosto.

Gráfico 1 – Evolução da Criminalidade em Cabo Verde entre 2016 e 2020



Fonte dos dados: POLÍCIA NACIONAL (2021).

Tendo presente os dados disponibilizados pela Polícia Nacional, no quinquénio 2016-2020 registaram-se 94 331 ocorrências criminais. Como decorre da análise do gráfico que acima se apresenta, nos presentes anos verificou-se uma diminuição substancial do número total de ocorrências. De sublinhar que no período 2016-2020, observou-se uma redução progressiva e continuada de 55,7% no número total de ocorrências criminais registadas no país. Podemos afirmar que os objetivos preconizados pelo governo para a redução das ocorrências criminais têm sido cumpridos.

O Ministro da Administração Interna, Dr. PAULO ROCHA realça que a diminuição das ocorrências criminais se prende com a adoção de um conjunto de medidas preventivas, principalmente pela forte aposta no reforço da capacidade operacional da PN, e.g., a implementação do sistema de videovigilância em 2018 na cidade da Praia e que foi alargada para as outras ilhas⁶. Destaca, ainda, as linhas de orientação da política de segurança efetivada através da implementação gradual do policiamento de proximidade com a finalidade de prevenir e reduzir a criminalidade. Não obstante do papel fundamental da PNCV contribuindo de forma crucial para a redução das ocorrências, importa realçar a atuação conjunta com os demais serviços de segurança. Assim, e tendo em conta as estratégias para fazer face aos problemas da violência e criminalidade, o Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania (PNSIC) consagra uma “abordagem multissetorial destinada a ser mais eficiente e eficaz nos contextos da i) prevenção da violência e da contenção do crime, ii) do exercício da autoridade e do reforço da cidadania e, ainda, iii) da melhoria da coesão e da convivência sociais”. Porquanto, o desafio da reestruturação e capacitação das Forças e Serviços de Segurança se perfila como um dos vetores fundamentais de intervenção, que se deverá materializar, nomeadamente no

⁶ Sobre esta informação, vide a informação da TELEVISÃO DE CABO VERDE (2021). *Ocorrências Criminais diminuem 57% em Cabo Verde nos últimos 5 anos.*

aperfeiçoamento dos processos de recrutamento e seleção de novos agentes, no reforço das capacidades instaladas de resposta e de reação policial criminal, a operacionalização do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, entre outros (PNSIC, 2017, p. 1542).

I.2. POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE: HISTÓRIA, NATUREZA E ATRIBUIÇÕES

O mote comum para a existência da Polícia advém da necessidade de garantir uma convivência pacífica na sociedade. Recorremo-nos do conceito de controlo social para desconstruir a noção de Polícia. Neste contexto, VELOSO e FONSECA (2017, p. 214) consideram o controlo social como um conjunto de mecanismos e sanções sociais com o objetivo de sujeitar os indivíduos aos modelos e normas de um determinado grupo. Por seu turno, REINER (2004, p. 20) defende que o controlo social é visto “de modo amplo, como tudo aquilo que contribui para a reprodução social, ilustrando que o conceito de controlo social está muito próximo do conceito de policiamento”. Por outras palavras, o controlo social consubstancia-se num conjunto de normas que visam disciplinar condutas de todos os indivíduos inseridos numa comunidade. Para além disso, CLEMENTE (2010, p. 141) enfatiza que no quadro repressivo, a Polícia, “enquanto força coativa, representa a agência de controlo social mais visível na sociedade, lutando contra o crime e auxiliando as vítimas”. Assim, em termos amplos, podemos afirmar que a Polícia é o garante do controlo social.

Numa sociedade policiada, exige-se a convivência pacífica de todos os cidadãos de tal modo que o exercício do direito de cada um não perturbe o exercício dos direitos alheios (CAETANO, 2003, p. 267). Contudo, VALENTE (2019, p. 125) afirma que nem todos estão aptos a cumprir os imperativos legais, pelo que é necessário amparar os perigos que possam colocar em causa o exercício dos direitos de todos os cidadãos. Nesta linha, CLEMENTE (2016, p. 61) aponta que “o ambiente comunitário assenta no cumprimento de regras, grande parte revestidas de natureza jurídica e, confronta-se com o desvio recorrente ao estatuído”. Neste âmbito, surge a necessidade de a administração pública manter uma máquina administrativa capaz de manter a ordem e a segurança públicas, se necessário pela força – a Polícia” (SOUSA, 2016, p. 32).

O conceito de Polícia pode abarcar vários sentidos e remonta desde as primeiras urbanizações. A generalidade dos autores adota a conceção de Polícia no sentido orgânico e funcional. Quanto ao sentido orgânico de Polícia, CASTRO (1999, p. 293) entende como sendo “o conjunto de órgãos e agentes pertencentes a serviços administrativos cuja função essencial consiste no desempenho de tarefas materiais de polícia”. O sentido orgânico de

Polícia circunscreve-se na forma como a instituição policial se encontra organizada. No que diz respeito ao conceito de Polícia em sentido funcional ou material, socorremo-nos da visão de CAETANO (2003, p. 269) que considera como “o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizemos danos sociais que a lei procura prevenir⁷”. Na mesma linha, RAPOSO (2006, pp. 26-27) define a Polícia em sentido material como “os atos jurídicos e as operações materiais desenvolvidas por certas autoridades administrativas – as autoridades policiais – e respetivos agentes de execução, com vista a prevenir ocorrências de situações danosas, em resultado de condutas humanas imprevidentes ou ilícitas”. A título exemplificativo, na PNCV as autoridades de polícia têm competência para a emissão de “medidas de polícia”, ao passo que os agentes de execução cumprem as suas determinações. O sentido material ou funcional identifica-se com a materialização das normas jurídicas no plano operacional, *i. e.*, trata-se da finalidade policial. Porém, VALENTE (2019, p. 75) salienta que o sentido material de Polícia não se esgota no plano jurídico-administrativo, afirmando que se alarga para o campo jurídico-criminal, jurídico-civil, jurídico-tributário.

Pese embora existam os conceitos de Polícia em sentido orgânico e funcional, VALENTE (2019, p. 117) “alerta para uma nova dimensão material e funcional do que deve ser a Polícia de um mundo global”. O autor defende a construção de uma nova tipologia de Polícia:

[...] Polícia em sentido lato é (i) atividade de natureza executiva – ordem e tranquilidade públicas e administrativa -, (ii) dotada de natureza judiciária no quadro de coadjuvação e de prossecução de atos próprios no âmbito da legislação processual penal – cuja (iii) função jurídico-constitucional se manifesta na concreção (iv) da defesa da legalidade democrática, (v) da garantia da segurança interna e (vi) da defesa e garantia dos direitos do cidadão e (vii) da prevenção criminal quer (viii) por vigilância quer (ix) por prevenção criminal *stricto sensu*, podendo para cumprimento daquelas funções (x) fazer uso da força – coação – dentro (xi) dos limites do estritamente necessário e (xii) no respeito pelo direito e pela pessoa humana [...] (VALENTE, 2019, pp. 117-118).

⁷ Para melhor compreensão deste conceito, *vide* CAETANO, M. (2003). *Princípios Fundamentais do Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina, pp. 269-271.

Feita uma breve alusão sobre o conceito de Polícia, cabe-nos agora enveredar sobre aspetos relevantes que levaram à institucionalização da Polícia em Cabo Verde, desde a sua criação até ao processo de reforma operado em 2005.

Em Cabo Verde, a necessidade de existência de uma Polícia vai no sentido de dar resposta ao desenvolvimento e ao aumento da população na cidade da Praia. Outrossim, em Cabo Verde, “as razões da criação de um corpo policial não diferem daquelas que universalmente se apresenta como fator comum – a criminalidade” (JÚNIOR, 2016, p. 27).

A Polícia de Cabo Verde começa a dar os primeiros passos em 1870, nomeadamente com a nomeação da comissão para estudar e propor ao Governo-Geral a criação e implementação de um Corpo de Polícia na cidade da Praia, Ilha de Santiago⁸ (PN, 2014). Em 1872 era institucionalizada a Polícia de Cabo Verde⁹. O Governador-Geral defendeu que “o grau de desenvolvimento e de progresso que a cidade da Praia já tinha atingido, exigia que nela se organizasse um serviço policial de harmonia com o seu estado de adiantamento e destinado a velar pela ordem e segurança públicas e pelo cumprimento das prescrições policiais em vigor” (PN, 2014). Assim, o Governador-Geral aprovou o “Regulamento para o Corpo de Polícia Civil da cidade da Praia”, determinando que o administrador do concelho seria o “chefe geral” do Corpo de Polícia Civil, este constituído por dois Chefes de Esquadra e por 24 guardas.

Com a evolução desencadeada na cidade da Praia e com o povoamento alargado às outras ilhas, houve a necessidade da Polícia se adaptar a tais mudanças. Deste modo, o Conselho do Governo modificou o “Corpo de Polícia da Praia” para “Companhias de Polícia de Cabo Verde”, ficando aquarteladas na Cidade da Praia e do Mindelo¹⁰ (PN, 2014). Em 1897 efetivou-se “a reorganização mais importante, que aprovou o Regulamento para o Corpo de Polícia Civil da Província de Cabo Verde”¹¹ (JÚNIOR, 2016, p. 46). De 1901 a 1921 procederam-se a alterações na orgânica da corporação policial e com prevalência de uma estrutura essencialmente de cariz militar (PN, 2014). Com a reestruturação em 1962 da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Portugal, é igualmente criada a PSP de Cabo Verde, tornando-se numa organização de natureza civil (PN, 2014). Em 1974, com a Revolução de Abril que ditou o fim do regime autoritário que vigorava em Portugal, extingue-se o quadro da polícia colonial portuguesa:

[...] Com a Independência Nacional a 5 de julho de 1975, extingue-se o corpo de Polícia de Segurança Pública de Cabo Verde e cria-se a Direção Nacional de

⁸ Cfr. Portaria n.º 194/1870, de 26 de julho.

⁹ Cfr. Portaria n.º 433/1872, de 24 de dezembro.

¹⁰ Cfr. Portaria n.º 102/1879, de 7 de abril.

¹¹ Cfr. Portaria n.º 19/1897, de 21 de fevereiro.

Segurança e Ordem Pública (DNSOP), incumbida de dirigir as forças policiais e a garantir a segurança do Estado. Nesta linha, e como forma de responder às necessidades de formação de novos quadros para a Polícia, cria-se a Escola de Polícia “Daniel Monteiro” [...] (PN, 2014).

Para assinalar este acontecimento, foi instituído o dia 15 de novembro como o dia da Polícia de Ordem Pública (BARBOSA, 2012, p. 48)¹².

No sentido de dignificar a instituição policial, “em 1998, são aprovados alguns diplomas de reestruturação da corporação, de entre as quais: o Estatuto, a Orgânica, o Quadro de pessoal da POP, o Regulamento Orgânico do Serviço da POP, os Códigos de Ética e de Honra, o Regulamento das Esquadras e Postos” (PN, 2014).

Em 2005 efetivou-se a reforma da POP como forma de garantir a racionalização dos recursos humanos e materiais. De acordo com ELIAS (2018, p. 86), a criação, desenvolvimento e protocolo entre as diversas valências policiais constituem-se como sendo objetivos estratégicos das Polícias modernas e garantem a melhoria dos índices de eficiência e eficácia e o aperfeiçoamento da qualidade do serviço prestado à comunidade. Assim, o governo de Cabo Verde decide aprovar a Lei que cria a Polícia Nacional de Cabo Verde, que veio coordenar todas as forças policiais, de entre elas: a Polícia de Ordem Pública, a Polícia Marítima, Guarda Fiscal, Polícia Fronteira e Polícia Florestal. Neste âmbito, RODRIGUES (2016, p. 37) defende que “em consonância com os objetivos pretendidos e com a natureza dos crimes” a PNCV passou a atuar em todas as valências da segurança interna: manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas, prevenção e investigação criminal, controlo de portos e aeroportos, serviço de estrangeiros e fronteiras. Em suma, podemos afirmar que a Polícia Nacional de Cabo Verde é atualmente uma “Polícia Integral”¹³.

Descrito o processo de criação e evolução da Polícia em Cabo Verde, cogitámos nestas linhas subsequentes analisar o enquadramento legal, concetual e funcional da PN.

A Polícia “reveste *prima facie* o manto de Força de Segurança¹⁴, desde logo por imperativo constitucional” (VALENTE, 2019, p. 60). Nesta ordem de ideias, a constituição

¹² Cfr. Decreto n.º 185/90, de 29 de dezembro.

¹³ Segundo ELIAS (2018, p. 87), o conceito de Polícia Integral “deriva do facto destas Polícias terem cadeias de comando e controlo bem definidas e serem autossuficientes na prossecução da sua missão. Decorre também do vasto espetro de capacidades e de competências que, em sinergia, permitem a resolução de problemas criminais complexos”.

¹⁴ De acordo com VALENTE (2019, p. 60), podem vestir o manto de Força de Segurança, as Polícias desde que se encontrem dentro do *princípio da territorialidade*, do *princípio da reserva de lei* e do *princípio da unidade de organização* para todo o território nacional. O *princípio da territorialidade* cujas competências materiais se verificam em todo o território nacional. O *princípio da reserva de lei*, da qual deve constar a caracterização

consagra as noções que sustentam a ideia de segurança num Estado de Direito e atribui à PN papel fundamental nesta matéria, ao passo que se afigura na única Força de Segurança do País. A constituição consagra que Cabo Verde é um Estado de Direito democrático¹⁵; os cidadãos têm o direito à liberdade e segurança pessoal¹⁶; a Polícia tem por funções defender e legalidade democrática, prevenir a criminalidade e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos dos cidadãos¹⁷; as medidas de polícia são as previstas na lei e são utilizadas com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos¹⁸.

Por sua vez, a Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade¹⁹ estabelece que a segurança interna é entendida como a atividade a desenvolver pelo Estado, através das forças e serviços de segurança, para garantir o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos. Mais concretamente, define as medidas cautelares de polícia e a utilização dos meios coercivos para proteger a vida e a integridade das pessoas e garantir a ordem e tranquilidade públicas. Contudo, o recurso à utilização das armas de fogo é regulado por diploma específico para os funcionários e agentes das forças e serviços de segurança.

A PNCV é uma força pública uniformizada de natureza civil, profissional e apartidária, de âmbito nacional, dotada de autonomia administrativa, financeira e operacional²⁰. Com a unificação das vertentes de Ordem Pública, Polícia Marítima, Guarda Fiscal, Polícia Fronteira e Polícia Florestal, a PNCV viu alargado o seu espectro de atuação. Podemos encontrar as competências da PNCV não só nas leis orgânicas e de funcionamento, como em outros diplomas tendo em vista a prossecução da atividade de Polícia, e.g., ao abrigo da lei processual penal, à luz da investigação criminal, entre outros. Deste modo, a PNCV possui competências que vão desde a defesa da legalidade democrática, a prevenção e repressão da criminalidade, passando por controlar as fronteiras aéreas e marítimas, vigiar e fiscalizar o território aduaneiro, controlar as fronteiras aéreas e marítimas, atuando como polícia marítima e aérea. Nesta linha, VALENTE (2019, p. 356) defende que este leque bastante alargado de competências, torna a atividade policial multifacetada, seja no plano jurídico, social, económico e cultural.

normativa de Força de Segurança – e.g., n.º 1 al. k) art.º 177 e art.º 240 da Constituição da República de Cabo Verde. E por fim, o *princípio da unidade de organização* decorrente do art.º 4 da Orgânica da PNCV.

¹⁵ Cfr. Art.º 1 da Constituição da República de Cabo Verde.

¹⁶ Cfr. Art.º 29 e 30 Constituição da República de Cabo Verde.

¹⁷ Cfr. N.º 1, art.º 244 da Constituição da República de Cabo Verde.

¹⁸ Cfr. N.º 2, art.º 244 da Constituição da República de Cabo Verde.

¹⁹ Cfr. Lei n.º 16/VI/2007, de 10 de setembro.

²⁰ Cfr. Art.º 1 do decreto-lei n.º 40/2021, de 23 de abril, que aprova a orgânica da Polícia Nacional.

I.3. DIREITOS FUNDAMENTAIS E ATUAÇÃO POLICIAL

Na ordem jurídica existe um diversificado catálogo dos direitos das pessoas. Estes direitos “avultam os direitos fundamentais ou direitos das pessoas perante o Estado e assentes na Constituição ou Lei Fundamental – direitos fundamentais, por traduzirem essa relação fundamental e por beneficiarem das garantias inerentes à força específica das suas normas” (MIRANDA, 2018, p. 11).

Debruçando ainda sobre o texto de MIRANDA, importa destringir direitos fundamentais em sentido formal e direitos fundamentais em sentido material. Os primeiros dizem respeito aos “direitos constantes da Constituição formal, ao passo que, os segundos, abrangem os direitos constantes da Constituição em sentido material como conjunto de normas de qualquer natureza que lhes acrescentam novos direitos” (MIRANDA, 2018, p. 14). Ainda em sentido material, FARIA (2001, p. 3) elucida que são os direitos que consubstanciam a base jurídica da vida humana, quer estejam explícitos na Constituição ou nas leis através da aplicação da cláusula aberta ou da não tipicidade dos direitos fundamentais. No direito cabo-verdiano é evidenciado no n.º 1 art.º 17 da constituição que “as leis ou convenções internacionais poderão consagrar direitos, liberdades e garantias não previstos na constituição”. A título de exemplo, evidenciamos os direitos positivados no direito internacional e que são aceites na ordem interna.

Na perspetiva de GOUVEIA (2015, p. 161), “os direitos fundamentais consistem nas posições jurídicas ativas das pessoas integradas no Estado-Sociedade, exercidas por contraposição ao Estado-Poder, positivadas no texto constitucional”. Deste conceito depreende-se três elementos constitutivos, a saber:

[...] um elemento subjetivo: as pessoas integradas no Estado-Sociedade, os titulares dos direitos, que podem ser exercidos em contraponto ao Estado-Poder; um elemento objetivo: a cobertura de um conjunto de vantagens inerentes aos objetos e aos conteúdos protegidos por cada direito fundamental; um elemento formal: a consagração dessas posições de vantagem ao nível da Constituição, o estalão supremo do Ordenamento Jurídico [...] (2015, p. 161).

Nesta linha de pensamento, MIRANDA (2018, pp. 12-13) defende que os direitos fundamentais assentam em três pressupostos: em primeiro lugar, “não existem direitos fundamentais sem Estado; em segundo lugar, não há direitos fundamentais sem

reconhecimento de uma esfera própria de autonomia das pessoas frente ao poder, *i. e.* não existem em regimes políticos totalitários; em terceiro lugar, não há direitos fundamentais sem Constituição”. Ainda, CANOTILHO e MOREIRA (2007, p. 207) defendem que os direitos fundamentais são componentes essenciais da Constituição e do Estado de Direito democrático.

A República de Cabo Verde, sendo um Estado de Direito democrático²¹, baseia-se num vasto leque de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e consagra a dignidade da pessoa humana como um valor absoluto. É notório que a elaboração da constituição cabo-verdiana é influenciada pela constituição portuguesa. Apesar desta semelhança, a Constituição da República de Cabo Verde divide-se em sete partes²². No referencial cabo-verdiano, os direitos e deveres fundamentais são aqueles adscritos na parte II da Constituição²³, espelhando uma parte significativa dos direitos fundamentais estabelecidos na constituição portuguesa.

Contudo, a matéria dos direitos fundamentais não se esgota apenas na constituição, pois, é neste contexto que a constituição²⁴ veio estender o leque para a aplicação das leis ou convenções internacionais. Deste modo, a constituição²⁵ estatui que os direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁶. Tendo ainda em conta o panorama internacional, urge realçar a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) que impõe aos “Estados membros da Organização da Unidade Africana (OUA) a obrigatoriedade de reconhecerem os direitos, deveres e liberdades enunciados nesta Carta e a comprometerem-se a adotar as medidas legislativas ou outras para os aplicar”²⁷ [...].

Entre o vasto catálogo de direitos fundamentais, destaca-se imperiosamente o direito à segurança como condição fundamental ao equilíbrio da vida em sociedade. Nesta ordem de ideias, VALENTE (2019, p. 123) considera que a segurança deve ser vista como um “direito garantístico do exercício dos demais direitos, liberdades e garantias fundamentais”. O fenómeno da globalização implica, segundo VALENTE (2013, p. 119), “um novo paradigma de segurança ligado à ideia de segurança como bem vital supranacional, mas bem vital garantia de outros bens vitais supranacionais²⁸”.

²¹ Cfr. Art.º 2 da Constituição da República de Cabo Verde.

²² A saber, Parte I - Princípios Fundamentais; Parte II – Direitos e Deveres Fundamentais; Parte III – Organização Económica e Financeira; Parte IV – Do exercício e da Organização do Poder Político; Parte V – Da Organização do Poder Político; Parte VI – Das Garantias de Defesa e da Revisão da Constituição; Parte VII – Disposições finais e transitórias.

²³ Cfr. Art.º 15 a 90 da Constituição da República de Cabo Verde.

²⁴ Cfr. N.º 1, do art.º 17 da Constituição da República de Cabo Verde.

²⁵ Cfr. N.º 3, do art.º 17 da Constituição da República de Cabo Verde.

²⁶ DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos adota sob a forma de resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 217 A III) a 10 de dezembro de 1948.

²⁷ Cfr. Art.º 1 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

²⁸ Sobre este tópico ver VALENTE, M (2013). *Segurança – Um Tópico Jurídico em Reconstrução*. Lisboa: Âncora Editora, pp. 115-135.

O Estado surge neste âmbito como o ator principal para garantir o exercício do direito à segurança. Deste modo, o Estado conserva o monopólio do uso da força, através da Polícia, para impor o cumprimento de uma obrigação legal. Assim sendo, “a função primordial do poder público é defender os direitos invioláveis das pessoas e viabilizar o cumprimento dos seus deveres” (CLEMENTE, 2016, p. 65). A este propósito, CORREIA e DUQUE (2012, p. 41) enfatizam que “o poder político do Estado é um poder de natureza vinculativa, marcado pela suscetibilidade da autoridade ou do uso da coação e força legítimas, com o intuito de resolver os conflitos de interesses dos cidadãos”. É neste âmbito que a atuação policial ganha legitimidade legal de intervenção, na medida em que é primordial institucionalizar a Polícia para garantir a ordem e segurança. Assim, a legitimação de atuação é atribuída à Polícia por imperativo constitucional²⁹, incumbindo à PNCV de defender a legalidade democrática, prevenir a criminalidade e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos dos cidadãos. A Lei de Política Criminal³⁰ em Cabo Verde tem por objetivos prevenir e reprimir a criminalidade e reparar os danos dela resultantes, tomando em consideração as necessidades concretas de defesa dos bens jurídicos e das vítimas. Contudo, à luz da Lei Orgânica da Polícia Nacional (LOPN), Cabo Verde tem uma Polícia de natureza preventiva.

O conceito de Polícia essencialmente preventivo foi adotado por BECCARIA (1766, p. 83) ao considerar que “a iluminação, os guardas distribuídos pelos quarteirões da cidade, os discursos de moral, a tranquilidade dos templos protegidos pela autoridade pública, tudo são meios eficazes de prevenir o perigoso adensamento das paixões populares, a quem os franceses chamam *police*”. No âmbito da atuação policial importa caracterizar a atividade policial abrangendo duas dimensões fundamentais: a legitimidade da atividade policial preventiva e a legitimidade da atividade policial repressiva. Se por um lado a legitimidade de ação preventiva realça a necessidade de a Polícia ser o garante para o livre exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos, promovendo a sua segurança, por outro lado, a legitimidade repressiva encerra em si a necessidade de ser coadjuvada pelo uso de meios coercivos para impedir a violação de tais direitos.

Para o uso dos meios coercivos na atuação policial, o que implica a restrição dos direitos e liberdades das pessoas, afigura-se fundamental seguir os princípios que consagram tal atuação. Outrossim, existem situações no plano operacional que ultrapassam um certo nível de violência e que obrigam ao recurso à arma de fogo como medida extrema de coação, nomeadamente em casos de legítima defesa. Não obstante, PALMA (2019, p. 283) refere que a legítima defesa não consubstancia um poder ilimitado de defesa. No mesmo sentido, CLEMENTE (2016, p. 65) defende que nunca se deve efetuar

²⁹ Cfr. Art.º 244 da Constituição da República de Cabo Verde.

³⁰ Cfr. Art.º 3 da Lei n.º 78/VII/2010 de 30 de agosto.

um recurso desproporcionado à arma de fogo, mesmo que sejam utilizadas munições menos letais, pelo que pode provocar a diminuição da legitimidade policial. O autor ressalva que “o valor da vida só pode ceder na autodefesa da preservação da própria vida. O uso das armas de fogo deve constituir uma “alternativa extrema, devidamente justificada e justificável, e para preservar valores superiores aos da vida ou vidas que irão ou poderão ser «agredidos» nessa opção” (CLEMENTE, 2016, p. 65).

Na perspetiva de análise de ALVES (2021)³¹, as intervenções policiais em Cabo Verde têm sido limitadas por procedimentos tradicionais, numa lógica mais reativa do que proativa. O autor afiança que poderiam ser melhores, se houvesse um investimento maior num policiamento proativo que conseguisse pesar a importância da prevenção do crime como matriz de um novo paradigma de policiamento que aposta na proximidade. A intervenção policial é frequentemente confrontada com perigos que colocam em causa a integridade física não só dos agentes policiais, como também dos demais cidadãos. SILVA, C. (2021)³² entende que as principais implicações das intervenções policiais se prendem mais pelo facto da carência de recursos materiais disponíveis, nomeadamente meios coercivos e, do mesmo modo, reconhece que os agentes policiais necessitam de bases legais mais concretas. Nesta matéria, realçamos que a adoção de outros meios coercivos de baixa potencialidade letal seria benéfica para o aumento da eficiência e eficácia das atuações, e.g., gases neutralizantes (gases CS ou OC) e armas ou dispositivos elétricos imobilizantes ou atordoantes (*tazer*). Contudo, SOUSA (2016, p. 784) elucida que poderia despoletar um emprego descontrolado destas armas, mas que possuem uma grande vantagem – em princípio, não provocariam a morte do atingido. Deste modo, a adoção de armas menos letais serviriam como meios alternativos à arma de fogo.

Para além da falta de meios humanos e materiais, a PNCV reconhece dificuldades e implicações em algumas estratégias de atuação. Já por sua vez, ZEGO (2021)³³ advoga que os casos que exigem o recurso à arma de fogo são as situações mais complexas de atuações, principalmente por não existir uma norma que regula a escalada dos meios coercivos. LIMA (2021)³⁴ considera que, no âmbito da “prevenção secundária, o da prevenção/repressão de atos criminosos e de incivilidades, a PNCV tem demonstrado algumas dificuldades nas suas atuações principalmente no saber lidar com o armamento, pelo que os motivos ligados a isto se prendem com vários fatores, desde o pouco treino, a não existência de instruções de uso/recurso dos meios coercivos, o medo, a insegurança, do próprio equipamento oferecido pela corporação entre outros”. Para isso, considerando que o trabalho das forças de segurança se reveste de extrema importância para a aplicação

³¹ Cfr. APÊNDICE III.

³² Cfr. APÊNDICE IV.

³³ Cfr. APÊNDICE V.

³⁴ Cfr. APÊNDICE VI.

da lei, é fundamental serem adotadas regras e regulamentos sobre o uso dos meios coercivos por parte destes profissionais.

A PNCV vive atualmente diversos desafios face à modernização da sociedade, pelo que os agentes policiais são muitas vezes questionados pela legalidade das atuações, principalmente nas situações que implicam o recurso à força física. Porém, existe o reverso da medalha, *i. e.*, as preocupações dos agentes policiais no que diz respeito às situações à que estão sujeitos enquanto profissionais: os riscos que correm no exercício das suas funções, o desrespeito por parte da população e dos suspeitos, a ineficácia do poder judicial. É inegável que o exercício das funções policiais se torna cada vez mais complexo, difícil e exigente num ambiente onde existem insuficiências, colocando os agentes policiais cada vez mais expostos à violência.

Em suma, é importante compreender que a atuação policial necessita de intervenções que contemplem uma Polícia próxima dos cidadãos, centrada nos direitos fundamentais, capazes de manterem a paz e a tranquilidade pública, promovendo a envolvimento da comunidade local, quer no quadro legal e formal da sua ação, quer no quadro social e informal.

I.4. MECANISMOS DE CONTROLO DA ATIVIDADE POLICIAL

O monopólio do uso legítimo da força é um dos pilares fundamentais de um Estado de Direito democrático. Segundo CORREIA e DUQUE (2012, p. 42) “o poder do Estado surge-nos como uma relação de força onde, nas sociedades contemporâneas, o Estado utiliza a força como meio, embora não se possa manter através dela”. Esse monopólio é materializado, em grande parte, pela Polícia. Para ÁVILA (2014, p. 33), a Polícia enquanto instituição caracterizada pelo uso da coerção, dá vida ao Direito, pelo que garante o respeito pelas normas mediante o seu *enforcement*. O apanágio marcante da atividade policial é o recurso legítimo à força para fazer cumprir uma obrigação legalmente imposta. Nesta medida, as situações que implicam o recurso aos meios coercivos por parte da Polícia, principalmente onde haja arbitrariedade policial, encerram um escrutínio social. Aliás, ELIAS (2018, p. 26) considera que, nas “sociedades democráticas complexas e questionadoras da atividade policial, os mecanismos de controlo formal e informal são mais rigorosos como o cumprimento escrupuloso das regras de direito e de respeito pelos direitos individuais”. Este juízo impõe-se quando IYKOVIC (2011, p. 577) afirma que o público avalia as condutas dos agentes policiais. É neste contexto que se enfatiza a imposição de limites

à função policial na promoção da segurança pública, ou seja, a existência de mecanismos de controlo da atividade policial.

Os mecanismos de controlo da atividade policial consubstanciam-se na fiscalização do poder exercido pelos agentes de autoridade, assegurando que os limites impostos sejam efetivamente respeitados. O controlo desenvolvido sobre a função policial preconiza aumentar a qualidade do serviço prestado pela instituição e com isso melhorar os índices de confiança por parte dos cidadãos. Nesta ordem de ideias, ALMEIDA (2005, p. 3) evidencia que o controlo da Polícia existe “não para inibir a sua ação, não para denegrir a sua imagem, mas, pelo contrário, para garantir elevados padrões de qualidade na ação policial fortalecendo, assim, a credibilidade e o prestígio da instituição policial, ou seja, para afinal, garantir o pleno exercício dos direitos fundamentais por parte dos cidadãos”.

Nos países anglo-saxónicos tem sido comum o uso do termo *accountability* para designar a responsabilidade das instituições detentoras de poder, no que diz respeito ao seu desempenho, nomeadamente enquanto prestação de contas para com a sociedade. Assim, ÁVILA (2014, p. 380) afirma que a expressão *accountability* “é uma expressão polissémica na língua inglesa, significando uma predisposição em responder às questões externas, em prestar contas daquilo que foi feito, um Estado de administração eficiente, a submissão a leis externas, bem como a responsabilização pelos eventuais desvios”. Para WALKER (2005, p. 7) a expressão *accountability* no âmbito policial apresenta duas dimensões distintas: por um lado, a Polícia tem a obrigatoriedade de prestar contas enquanto organização para com o público em geral, *i. e.*, prestar contas das atividades relacionadas como o combate ao crime, à manutenção da ordem, entre outros serviços. Mas também por outro lado, a obrigatoriedade de cada agente policial prestar contas quanto à forma como aborda os cidadãos, particularmente nas situações com recurso ao uso da força. REINER (2004, p. 242) corrobora que o poder discricionário da Polícia deve ser controlado através de dois níveis: nível político – o controlo da força policial como um todo; e no nível operacional – ações individuais dos polícias. Como tal, o desiderato do modelo de *accountability* consubstancia-se na limitação da discricionariedade policial, tendo em conta que a função de Polícia para além de possuir um carácter, maioritariamente, preventivo, possui também uma função repressiva.

Comumente em qualquer Estado de Direito democrático existem mecanismos de controlo da atuação da Polícia. Neste sentido, BAYLEY (2006, p. 21) realça a importância para que sejam estabelecidos mecanismos que possam monitorar a atividade policial, apreciando a sua conformidade com a lei e instituindo medidas corretivas, caso seja necessário. Tais mecanismos destinam-se a avaliar a eficiência da organização policial subordinada aos valores democráticos. Para isso, existem os mecanismos de controlo interno (órgãos afetos à instituição) e os mecanismos de controlo externo (os tribunais, o

Ministério da Administração Interna e o Provedor de justiça). Por um lado, os mecanismos de controlo interno são desencadeados pela organização policial e têm como principal objetivo exercer um controlo das atuações dos agentes. Por outro lado, os mecanismos de “controlo externo da atividade de segurança são aqueles juridicamente institucionalizados em organizações de intervenção cívica para reexame dos casos de Polícia” (MELO, 2005, p. 9).

Em Cabo Verde existem os mesmos modelos para o controlo da atividade policial, embora com características e especificidades próprias. Na estrutura orgânica da Polícia Nacional existem os órgãos do Gabinete Jurídico e do Conselho de Disciplina que exercem um controlo sobre todo o efetivo pertencente à instituição. A organização policial para efetivar o controlo no plano interno socorre-se do Regulamento Disciplinar do Pessoal Policial da Polícia Nacional³⁵, que enuncia as condutas toleráveis no exercício das funções dos polícias em consonância com o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia Nacional³⁶. A estrutura hierárquica é fundamental para o controlo interno da atividade policial, baseando-se na supervisão da legalidade e o profissionalismo dos agentes. Uma forma de efetivar o controlo interno passa pela adoção de Normas de Execução Permanente (NEP) que, enquanto normas de integração e de execução, estabelecem limites e contribuem para uma supervisão mais eficiente.

No âmbito do controlo externo da atividade policial, podemos identificar, em primeira linha, a tutela exercida pelo Ministério da Administração Interna (MAI), que através do órgão da Inspeção-Geral da Segurança Interna (IGSI) exerce o controlo das instituições responsáveis diretamente ligadas à atividade de segurança. A IGSI desempenha, com autonomia administrativa e técnica, funções de fiscalização, auditoria, inspeção e controlo externo do funcionamento da PNCV³⁷. Trata-se de um órgão que se equipara à Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI) de Portugal.

Ainda no contexto externo, podemos identificar os Tribunais e a Procuradoria-Geral da República e o Provedor de Justiça. Os Tribunais e a Procuradoria-Geral da República efetuam um controlo da atuação das Forças de Segurança num duplo sentido: “no âmbito processual, inerente ao campo de atuação das Forças de Segurança; e na investigação e julgamento de crimes que envolvam elementos policiais” (ALVES, 2016, p. 15). O Ministério Público sendo titular da ação penal é responsável por fiscalizar os atos processuais levados a cabo pelos órgãos de polícia criminal, embora detenham autonomia técnica e tática.

³⁵ Cfr. Decreto-Legislativo n.º 8/2010 de 28 de setembro.

³⁶ Cfr. Decreto-Legislativo n.º 8/2010 de 28 de setembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 3/2016 aprovando o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia Nacional.

³⁷ Cfr. Art.º 19 do Decreto-lei n.º 40/2016 de 29 de julho, que estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério da Administração Interna.

O Provedor de Justiça funciona também como um mecanismo de controlo externo da atuação policial, no âmbito administrativo e disciplinar. Por imperativo-constitucional³⁸, o Provedor é um órgão independente que tem como atribuição essencial “a defesa e promoção dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos, assegurando, através de meios informais, a justiça, a legalidade e a regularidade do exercício dos poderes públicos”³⁹. Ou seja, os cidadãos podem apresentar queixas sobre a atuação policial e, por sua vez, o Provedor irá apresentá-las aos órgãos competentes para prevenir e reparar injustiças.

Em síntese, a existência dos mecanismos de controlo da atividade policial torna-se de extrema importância, na medida em que garantem que a organização policial esteja direcionada a garantir o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Ou seja, os mecanismos de controlo garantem que a atuação policial esteja estritamente vinculada à lei e ao direito.

Urge enfatizar que os mecanismos de controlo interno se tornam cruciais para desenvolver regras de controlo de más condutas policiais. Trata-se de um controlo que deverá ser feito desde o processo de recrutamento e seleção alargado para o acompanhamento, supervisão e treino dos agentes.

As atuações policiais acarretam consigo implicações no âmbito jurídico, sobretudo derivado do risco que podem causar na esfera dos direitos fundamentais dos cidadãos, principalmente nas intervenções que implicam o recurso à arma de fogo. Para tal, surge um conjunto de imposições e princípios suscetíveis de regular as atuações policiais.

³⁸ Cfr. Art.º 21 da Constituição da República de Cabo Verde.

³⁹ Cfr. Art.º 1 da Lei n.º 29/VI/2003 de 24 de agosto, que aprova o Estatuto do Provedor de Justiça.

CAPÍTULO II. QUADRO LEGAL DO RECURSO À ARMA DE FOGO

II.1. O RECURSO À ARMA DE FOGO

O art.º 12 da Constituição da República de Cabo Verde consagra a adoção, na ordem jurídica interna, de normas e princípios constantes do direito internacional⁴⁰. Deste modo, o direito internacional, através das organizações internacionais, emite um conjunto de diplomas que regulam a matéria que diz respeito ao uso da força e por conseguinte do recurso à arma de fogo pelas autoridades policiais. Tendo em conta que a atividade de polícia acarreta a tarefa essencial do uso da força, as normas internacionais foram adotadas no sentido de evitar possíveis excessos. Neste sentido, a Assembleia Geral das Nações Unidas⁴¹ implementou o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, determinando que os Governos adotassem a sua utilização no quadro jurídico de cada país. O Código de Conduta evidencia desde logo o respeito e a proteção da dignidade humana, a manutenção e a defesa dos direitos fundamentais de todas as pessoas⁴², só podendo empregar a força quando tal se afigure estritamente necessário e na medida exigida para o cumprimento do seu dever⁴³. No mesmo sentido, é adotado pelo 8.º Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes⁴⁴, os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei deverão, no exercício das suas funções excluir ao máximo o uso da força ou de armas de fogo. Só poderão utilizar a força ou armas de fogo se os outros meios se revelarem ineficazes ou não pareçam, de forma alguma, capazes de permitir alcançar o resultado pretendido⁴⁵. Sempre que o uso legítimo da força ou de armas de fogo seja inevitável, os funcionários responsáveis pela aplicação da lei deverão: utilizá-las com moderação e a sua ação deve ser proporcional à gravidade da infração e ao objetivo legítimo a alcançar; minimizar os danos e as lesões, e respeitar e preservar a vida humana⁴⁶.

O recurso à arma de fogo em ação policial afigura-se um tema de extrema importância e representa o culminar do exercício do poder de autoridade da Polícia. Antes de mais, a abordagem ao tema do uso da arma de fogo impõe, desde logo, saber em que

⁴⁰ Como, de igual forma, procede o art.º 8 da Constituição da República de Portugal.

⁴¹ Cfr. Resolução n.º 34/169, de 17 de dezembro de 1979.

⁴² Cfr. Art.º 2 do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.

⁴³ Cfr. Art.º 3 do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.

⁴⁴ Cfr. Realizado em Havana, Cuba, de 27 de agosto a 7 de setembro de 1990.

⁴⁵ Cfr. Ponto 4 das Disposições Gerais dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.

⁴⁶ Ponto 5, al. a) e b) das Disposições Gerais dos Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.

consiste a arma de fogo. Assim, a arma de fogo pode ser definida como “todo o engenho ou mecanismo portátil destinado a provocar a deflagração de uma carga propulsora geradora de uma massa de gases cuja expansão impele um ou mais projéteis”⁴⁷.

Quando se faz referência ao tema do recurso à arma de fogo em ação policial ressalta-nos logo à vista as situações de ameaça de morte ou de graves lesões, pelo que este recurso se justifica através da legítima defesa. Neste âmbito, a legítima defesa constitui “o principal fator justificativo do uso de arma de fogo pelo agente policial” (CLEMENTE, 2010, p. 152). A legítima defesa consiste no facto praticado como meio necessário para afastar uma agressão atual e ilícita de interesses juridicamente protegidos e relevantes do agente ou de terceiro⁴⁸. Para se afigurar uma situação de legítima defesa, o defensor não deverá ter sido aquele a iniciar a agressão, pois, neste caso perderá o seu direito de defesa (NOURSE, 2014, p. 611).

No direito anglo-saxónico utiliza-se a expressão *self-defense* que se traduz em autodefesa, mas que na sua essência, corresponde a situação de legítima defesa.

Relativamente aos fundamentos que sustentem o desígnio de legítima defesa, adaptamos a perspetiva introduzida por TAIPA DE CARVALHO que, no nosso entender, se consagra numa conceção pragmática e de melhor perceção. Portanto, na opinião de CARVALHO (2016, p. 361), o direito de legítima defesa baseia-se fundamentalmente em dois princípios – no princípio da autoproteção individual e no princípio da prevenção geral e especial. Por um lado, “o princípio da autoproteção individual reconduz-se ao direito natural que assiste a cada um de impedir as agressões contra si dirigidas” (CARVALHO, 2016, p. 361). Por outro lado, “o princípio da prevenção geral reconduz-se à necessidade individual e social de advertência dos potenciais agressores (prevenção geral) e do atual agressor (prevenção especial) de que estão sujeitos às consequências resultantes da ação de defesa que for necessária para impedir a agressão ou a continuação desta” (CARVALHO, 2016, p. 361).

Aliado à disposição penal do direito de legítima defesa, realçamos o facto de a constituição determinar que “todos têm o direito de repelir pela força qualquer agressão ilícita, quando não seja possível recorrer à autoridade pública”⁴⁹. Nesta medida, face a natureza subsidiária da autodefesa, MONTEIRO (2012, p. 711) acentua que este preceito veio atribuir aos cidadãos o direito de agir perante atuações ilícitas por parte de terceiros (entidades públicas ou privadas), tendo em conta a impossibilidade de intervenção do Estado.

⁴⁷ Cfr. Art.º 3 (Quadro I em anexo) da Lei n.º 31/VI/2013 de 22 de maio, que estabelece o Regime Jurídico relativo às Armas e suas Munições.

⁴⁸ Cfr. Art.º 36 do Decreto Legislativo n.º 4/2003, de 18 de novembro, que aprova Código Penal de Cabo Verde.

⁴⁹ Cfr. Art.º 19 da Constituição da República de Cabo Verde.

Entretanto, a legítima defesa, segundo MONTEIRO (2012, p. 712) não se afigura numa “causa de justificação com conteúdo absoluto ilimitado”. Neste sentido, PALMA (2019, p. 283) afirma que a legítima defesa se destina à resolução de uma situação de conflito de direitos e acarreta a exigência de uma proporcionalidade qualitativa entre o bem agredido e o bem afetado pela ação de defesa. Logo, a necessidade de o legislador salientar que não é excluída a ilicitude do facto, se houver excesso dos meios utilizados pelo defensor⁵⁰.

No entanto, no âmbito policial existe um nível de exigência acrescido e um conjunto de princípios que norteiam as atuações policiais. Ou seja, no caso em concreto de legítima defesa desencadeado por um agente policial, ter-se-á em “consideração que, regra geral, os polícias terão uma capacidade física e uma preparação técnica superior às do cidadão comum” (CARVALHO, 2016, p. 385). Vejamos o papel das forças policiais no exercício das suas funções, nomeadamente nos casos de legítima defesa com recurso à arma de fogo.

A Polícia tem por funções “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”⁵¹. Neste âmbito, a PNCV no exercício das suas funções policiais implica o uso dos meios coercivos. Por via de regra, “o agente policial anda armado e uniformizado para cumprir esse mandato legal, se necessário através do controlo social coativo” (CLEMENTE, 2016, p. 77). Nesta senda e tendo em conta a LOPN, é atribuída à PNCV competências para utilização de armas de fogo de qualquer modelo⁵².

A Constituição da República de Cabo Verde não salienta expressamente os meios coercivos usados pela Polícia, contudo a Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade estabelece a utilização dos meios coercivos⁵³. Nesta linha, a LSIPC consagra que “os meios coercivos só podem ser utilizados para repelir uma agressão atual e ilícita de interesses juridicamente protegidos, em defesa própria ou de terceiros; para vencer resistência à execução de um serviço no exercício das suas funções”. A LSIPC estabelece ainda que o recurso à arma de fogo pelos funcionários e agentes das Forças e Serviços de Segurança é regulado em diploma específico⁵⁴. À semelhança do Decreto-Lei n.º 457/99 de 5 de novembro de Portugal, referente ao recurso à arma de fogo em ação policial, no quadro legislativo cabo-verdiano existe o Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98 de 16 de novembro que regula o uso de armas pelos funcionários e agentes das Forças e Serviços de Segurança⁵⁵. Apesar do título deste diploma referir “uso de armas”, uma primeira nota que retiramos é o facto do conteúdo deste regime possuir um carácter restritivo

⁵⁰ Cfr. Art.º 37 do Decreto Legislativo n.º 4/2003, de 18 de novembro.

⁵¹ Cfr. N.º 1, art.º 244 da Constituição da República de Cabo Verde.

⁵² Cfr. N.º 2, art.º 10 do Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 40/2021, de 23 de abril, que aprova a Orgânica da Polícia Nacional.

⁵³ Cfr. Art.º 9 da Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade.

⁵⁴ Cfr. N.º 1, art.º 9 da Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade.

⁵⁵ Cfr. Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98, de 16 de novembro.

de meios, abrangendo apenas a utilização de armas de fogo. Outros tipos de armas são excluídos deste regime, *e.g.*, facas, sabres, bem como a utilização de meios explosivos.

No exercício das suas funções, os agentes policiais encontram-se munidos de armas de fogo, sendo utilizadas como “medida extrema” de coação e quando seja “absolutamente necessário”, prevendo assim a necessidade de defesa dos próprios e de terceiros. O recurso à arma de fogo em ação policial naturalmente deve obedecer aos princípios da legalidade, da necessidade, da adequação e da proporcionalidade⁵⁶, bem como aos princípios constitucionais⁵⁷.

A lei preconiza dois planos do recurso à arma de fogo⁵⁸. Num primeiro plano, consagra o recurso à arma de fogo em legítima defesa própria ou alheia; para efetuar ou manter uma detenção ou impedir a fuga de indivíduo fortemente suspeito de ter cometido crime grave, designadamente com utilização de armas de fogo, bombas, granadas ou explosivos; para efetuar a deteção de indivíduo evadido ou que seja objeto de ordem ou mandado de captura pela prática de crime a que corresponda pena de prisão superior a um ano ou para impedir a fuga de qualquer indivíduo regularmente preso ou detido; para libertar reféns, para impedir um atentado grave e iminente contra instalações de utilidade pública ou social, cuja destruição provoque um prejuízo importante; para defender o seu posto de serviço ou instalações à sua guarda; à ordem dos seus superiores em situações de grave alteração da paz e segurança públicas. Mediante uma análise comparativa deste regime com o Decreto-lei n.º 457/99, de 5 de novembro, de Portugal e apesar de o legislador não o enunciar de forma expressa, pode-se subentender que algumas das situações descritas no n.º 2 do art.º 3 do Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98 dizem respeito ao recurso à arma de fogo contra pessoas.

Num segundo plano, prevê o uso de armas de fogo contra animais⁵⁹ perigosos, quando não for possível a sua captura ou neutralização e como meio de alarme, tanto no que concerne a atos criminosos como para avisar da existência de algum sinistro. O que se depreende da análise deste preceito resulta do facto das situações previstas não estarem sistematizadas de forma lógica. Isto é, o legislador limitou-se a enumerar de forma genérica as possíveis situações que podem ocorrer no plano operacional. Neste sentido, frisamos a necessidade de o legislador estabelecer critérios específicos e pressupostos que legitimem o recurso à arma de fogo. A título de exemplo, alguns desses critérios seriam o “princípio da precedência de uso da arma de fogo contra coisas⁶⁰” e o princípio da

⁵⁶ Cfr. Art.º 2 Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98, de 16 de novembro.

⁵⁷ Cfr. Art.º 240 e 244 da Constituição da República de Cabo Verde.

⁵⁸ Cfr. Art.º 3 do Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98, de 16 de novembro.

⁵⁹ Cfr. N.º 2, art.º 193-B do Código Penal: os animais são equiparados a coisa móvel.

⁶⁰ Cfr. “A precedência de uso de arma de fogo contra coisas tem, por exemplo, por consequência que na perseguição policial de um automóvel em fuga (onde segue um assaltante, um criminoso perigoso ou um sequestrador com sua vítima) terá, em princípio, de ser primeiramente imobilizado o veículo (por exemplo,

subsidiariedade de uso da arma de fogo contra pessoas⁶¹ (SOUSA, 2016, pp. 760-764). Da forma como se encontram descritas as situações no decreto-regulamentar n.º 5-E/98, leva a que se entenda que o recurso à arma de fogo contra pessoas antecede o recurso à arma de fogo contra coisas.

Importa evidenciar que o agente policial que, através do recurso à arma de fogo, causar ferimentos a qualquer pessoa deve, de imediato, socorrer o cidadão ferido, garantindo, se for caso disso, a sua detenção ou manutenção da captura⁶².

De realçar a inexistência de previsão legal relativamente à advertência que antecede o recurso à arma de fogo. Tal advertência consiste na execução de um tiro para o ar, desde que seja de supor que ninguém venha a ser atingido, e que a intimação ou advertência prévia possa não ser clara e imediatamente perceptível⁶³.

Para SOUSA (2016, p. 738), “decorre do princípio da proporcionalidade que quanto mais ablativa for o de coação tanto mais clara, precisa e pormenorizada deverá ser o diploma legal que o rege. Do mesmo modo, IVKOVIC (2011, p. 591) realça que o uso específico de um tipo de força – o uso de força letal – deve ser bem e mais regulado. Portanto, é inegável que o regulamento do uso de armas pelos funcionários e agentes das Forças e Serviços de Segurança, carece de uma revisão, tendo em conta a falta de previsão normativa dos preceitos supramencionados. Sufragamos da opinião da maioria dos nossos entrevistados, ao afirmarem que o referido diploma apresenta lacunas e carece de atualização.

Neste âmbito e seguindo a nossa linha de estudo, a existência do regulamento do uso de armas pelos funcionários e agentes das Forças e Serviços de Segurança não encerra a problemática com que se depara a realidade policial cabo-verdiana. Assim, partilhamos também dos pontos de vista dos entrevistados neste estudo, que entendem que a implementação de uma NEP seja fundamental para colmatar possíveis lacunas que possam advir das atuações com recurso à arma de fogo. Para LIMA (2021)⁶⁴, apesar de se constituir como um instrumento elementar para a atuação dos agentes policiais, este deve ser complementado com outras estratégias nomeadamente treino de tiro, NEP, instruções de serviço e um controlo forte por parte dos comandantes. De acordo com SILVA, C.

através de barreiras ou tapetes de pregos ou através de tiros para os pneus). No entanto, no caso de tiros disparados contra os pneus de um automóvel em andamento, as consequências possíveis dos disparos devem ser devidamente ponderadas. Os disparos contra o condutor em fuga só serão permitidos, em princípio, se ele apontar a arma contra a polícia” (SOUSA, 2016, p. 761).

⁶¹ Cfr. “O uso de arma de fogo contra pessoas, orienta-se pelo princípio da subsidiariedade, do qual resulta que o uso de arma de fogo contra pessoas só é legítimo quando os fins em vista não possam ser eficazmente alcançados pelo uso de arma de fogo contra coisas” (SOUSA, 2016, p. 764).

⁶² Cfr. Art.º 6 do Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98, de 16 de novembro.

⁶³ Cfr. Art.º 4 do Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro, que aprova o Recurso à Arma de Fogo em Ação Policial em Portugal.

⁶⁴ Cfr. APÊNDICE VI.

(2021)⁶⁵, acresce ainda mais urgência a harmonização de procedimentos policiais nas subunidades que fazem parte da Unidade Especial da PNCV, precisamente o modelo de atuação do Grupo de Ação Tático-Policial (GAT) e o Grupo de Atiradores em Moto (GAM).

II.2. PRINCÍPIOS ENFORMADORES

O exercício da atuação policial que implica o recurso à força física e, principalmente, o recurso à arma de fogo, deve estar em conformidade com a ordem jurídica. A matéria relativa ao uso das armas em ação policial é fundamentalmente sensível, pelo facto de despoletar a existência de possíveis violações de direitos. Deste modo, MAXIMIANO (2000, p. 40) salienta que “das forças de segurança espera-se qualidade e eficácia, mas a eficácia das forças de segurança tem, por limite, os direitos fundamentais dos cidadãos”. Nesta medida, SOUSA (2016, p. 707) realça que “as Forças de Segurança têm de tomar decisões de grande relevância jurídico-fundamental, pelo que se torna premente estudar e debater as imposições, autorizações e limitações da lei”. Contudo, segundo FERREIRA (2005), a natureza e a caracterização do poder de Polícia não se fundamentam apenas na existência de um conjunto de normas, mas sim depreende-se do grau de conhecimento e da forma de aplicação desse direito positivo, tendo em conta os princípios jurídicos fundamentais.

A Polícia, enquadrada no Título VII – Da Administração Pública – da Constituição da República de Cabo Verde, deve pautar a sua atuação de acordo com os princípios gerais vinculativos da administração pública⁶⁶. Neste contexto e tendo em conta a delimitação da coação policial, o uso da arma de fogo pela Polícia obedece aos princípios previamente estabelecidos. Cogitámos, nestas próximas linhas, descrever e analisar os princípios que, por força normativa, regem o recurso à arma de fogo em ação policial, estabelecidos pelo regulamento do uso de armas pelos funcionários e agentes das Forças e Serviços de Segurança. Os princípios infra estudados assumem-se como pilares que se robustecem com os demais princípios da atuação policial⁶⁷ que não nos é possível desenvolver neste trabalho.

⁶⁵ Cfr. APÊNDICE IV.

⁶⁶ Cfr. Art.º 240 e ss. conjugados com os art.º 1, 3, 7, do 15 ao 27, do 28 ao 90 da Constituição da República de Cabo Verde.

⁶⁷ Para melhor compreensão destes princípios, vide VALENTE, M. (2019, pp. 235-321).

• PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Por imperativo constitucional, a Polícia tem por função a defesa da legalidade democrática, devendo intervir de acordo com o que estiver estipulado na lei – princípio da legalidade. Deste modo, a Constituição da República de Cabo Verde⁶⁸ dispõe que “as medidas de polícia são as previstas na lei, obedecendo aos princípios da legalidade, da necessidade, da adequação e da proporcionalidade e são utilizadas com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”.

Por sua vez, a Lei de Segurança Interna estabelece que a “atividade das Forças e Serviços de Segurança deve pautar-se pela observância das regras gerais de Polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”. Do mesmo modo, a LSIPC impõe que as medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário”⁶⁹.

VALENTE (2019, p. 242) é defensor de que o princípio da legalidade da atuação policial abarca, a par da reserva de lei, uma dupla dimensão: por um lado uma dimensão negativa, *i. e.*, “o princípio da prevalência da lei” sendo que todos os atos de Polícia têm de estar previstos na lei, sob pena de serem ilegais e, por outro lado, uma dimensão positiva, *i. e.*, “o princípio da precedência de lei”, onde a Polícia só intervém com base na lei ou com autorização desta. Segundo o autor, a dimensão negativa afirma-se como fundamento e fim da atuação policial, pelo que a dimensão positiva se afirma como limite da atuação policial. Por conseguinte, qualquer exercício do poder de Polícia deve respeitar a lei, especialmente o uso de armas de fogo.

Em suma, salientamos que o princípio da legalidade deve ter fundamento necessário na lei, onde os procedimentos de atuação dos agentes da PNCV devem estar consignados não só em leis gerais, como também em normas específicas, nomeadamente normas internas. Neste sentido, defendemos imperiosamente a necessidade de serem adotadas normas de execução permanente para padronizar os procedimentos policiais referentes ao recurso à arma de fogo.

• PRINCÍPIO DA NECESSIDADE

O uso dos meios coercivos suscetíveis de lesar a vida ou a integridade física dos cidadãos consubstancia a *ultima ratio* de intervenção dos agentes de autoridade. No caso

⁶⁸ Cfr. Art.º 240 da Constituição da República de Cabo Verde.

⁶⁹ Cfr. Art.º 3 da Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade.

em concreto do recurso à arma de fogo em ação policial, deve constituir-se como medida extrema e quando seja absolutamente necessário, por haver perigo para a vida do próprio ou de terceiro. CLEMENTE (2015, p. 85) afiança que “os membros das forças de segurança usam os meios coercivos, quando estejam esgotados os meios de persuasão, e aqueles se mostrem indispensáveis para o cumprimento da lei ou da reposição da ordem pública”.

A necessidade racional dos meios utilizados para prevenir ou repelir uma agressão tem a ver com os meios de que a vítima dispõe, pois, caso se tenha que escolher entre vários meios, deve decidir-se pelo meio que cause o menor dano possível (NOGUEIRA, 2003, p. 108). Por seu turno, CARVALHO (2016, p. 377) defende que só pode ser “considerada necessária a ação de defesa, quando o agredido utilizar o meio adequado para impedir uma agressão e, sendo vários os meios idóneos para tal efeito, quando ele utilizar aquele que for menos gravoso para o agressor”. Porquanto, a adequação ou idoneidade e a menor danosidade, constituem-se como os principais pressupostos do meio necessário. Neste contexto, sendo a arma de fogo o meio coercivo mais gravoso ao dispor dos agentes policiais, este será sempre utilizado como último meio numa atuação policial.

No que diz respeito aos meios coercivos ao dispor da PNCV, denota-se algum défice na panóplia de meios disponíveis, pois existem apenas as algemas, o bastão e a arma de fogo. Assim, frisamos a necessidade de a Polícia adotar um leque variado de meios alternativos à arma de fogo (meios coercivos de baixa potencialidade letal), mais concretamente armas ou dispositivos elétricos imobilizantes ou atordoantes (*tazer*) e gases neutralizantes (gases CS ou OC). Certamente que desenvolvendo um leque de meios alternativos à arma de fogo, a PNCV não só ficará muito bem apetrechada materialmente, como também habilitará os seus agentes com diversos tipos de meios possibilitando uma atuação diferenciada do uso da força.

• PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

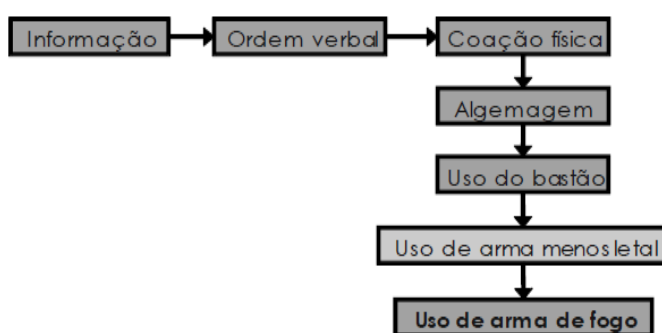
A atuação da Polícia baseia-se no respeito pela lei, pelo que possui poderes para impedir condutas lesivas dos interesses dos cidadãos. Especialmente no que concerne “ao recurso a meios coercivos – para repelir uma agressão, em defesa própria ou de terceiros, ou para vencer a resistência à execução do serviço policial -, o princípio da proporcionalidade impõe o uso prudente e equilibrado de tais meios” (RAPOSO, 2015, p. 307). Trata-se de um princípio de consagração constitucional⁷⁰. O princípio da proporcionalidade pressupõe a existência de uma relação de equilíbrio entre os meios e os

⁷⁰ Cfr. Art.º 244 da Constituição da República de Cabo Verde.

efeitos ou resultados a obter, devendo as medidas adotadas serem adequadas e proibindo-se o excesso. Nesta senda, FONTES (2020, p. 60) afirma que “do princípio da proporcionalidade resulta a opção pela proibição do excesso e pela ponderação e adequação dos meios a utilizar”. Ou seja, o exercício da atividade coerciva policial deverá causar o menor número de danos nos direitos dos cidadãos.

Nas atuações policiais com recurso ao uso de meios coercivos, é imperativo que se prevaleça o uso do meio menos gravoso. Assim, sufragamos da escalada do uso da força definida por CLEMENTE (2010, p. 151) que, por norma, “tende a seguir um percurso de crescente compressão da esfera cívica, num esforço de menor lesão possível: informação assertiva; comando verbal (ordem); coação física desarmada; algemagem; força física com bastão; arma menos letal; arma letal de fogo”.

Figura 1 - Escalada de aplicação da coação policial



Fonte: CLEMENTE (2010, p. 151).

Segundo VALENTE (2019, p. 253) o princípio da proibição do excesso ou da proporcionalidade *lato sensu* forma-se em torno do princípio da legalidade impedindo arbitrariedades que podem ser desencadeadas pelo poder executivo. Autores como CANOTILHO e MOREIRA (2007, p. 392) e VALENTE (2019, p. 255) corroboram de que o princípio da proporcionalidade se desdobra em três subprincípios:

- a. O princípio da adequação, *i. e.*, a medida restritiva deve ser idónea, apta para atingir um fim legalmente previsto – *e.g.*, perante um cidadão que resiste de forma ativa à um cumprimento legal, deverá ser utilizado um nível de força adequado para fazer cessar o incumprimento – técnicas de mãos vazias.
- b. O princípio da exigibilidade ou da necessidade, ou seja, “as medidas restritivas previstas na lei devem revelar-se necessárias e nunca devem transpor as exigências dos fins da prossecução do interesse a proteger” – *e.g.*, um meio menos

gravoso seriam as advertências verbais dos agentes, no entanto, é feito o recurso à força física porque o infrator não obedece a tais advertências.

- c. O princípio da proporcionalidade em sentido restrito ou da razoabilidade que se materializa entre um equilíbrio justo e proporcionado entre os meios restritivos e os fins a serem obtidos, impedindo a adoção de medidas restritivas excessivas – *e.g.*, não deve ser empunhado o bastão contra um infrator que resiste ativamente à uma ordem legal e que facilmente pode ser manietado na presença de pelo menos dois agentes policiais.

A estes três subprincípios, VALENTE (2019, pp. 262-264) adita mais dois – o da subsidiariedade e o de indispensabilidade. O princípio da subsidiariedade ou princípio da escadaria ascendente pressupõe a ponderação na aplicação de medidas cautelares e de polícia, pelo que se depreende fundamentalmente que o meio utilizado para atingir um determinado fim, resulta de a impossibilidade ser atingido esse mesmo fim através de outro meio menos gravoso. O princípio da indispensabilidade converge no princípio da exigibilidade da atividade de polícia.

Em termos amplos, podemos afirmar a importância que o princípio da proporcionalidade acarreta para o plano operacional policial, na medida em que se afigura primordial aferir um equilíbrio entre as medidas mais adequadas a serem utilizadas e os fins à que se destinam. É notório os problemas desencadeados no tecido social, aquando das ocorrências policiais onde haja um uso excessivo da força.

II.3. REGIME JURÍDICO DAS ARMAS E MUNIÇÕES

A problemática da proliferação, circulação e uso ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre e outros Materiais Afins (ALPC) consubstancia uma ameaça para o referencial securitário. Acrescido ao fenómeno do tráfico de armas, é inegável que a esta problemática esteja intimamente interligada uma complexidade de males sociais, *e.g.*, tráfico de droga, criminalidade organizada, etc. Neste sentido, e de acordo com a Convenção da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Cabo Verde criou a Comissão Nacional de Controlo de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre

(COMNAC)⁷¹ enquanto autoridade nacional responsável pela coordenação do controlo e da luta contra a proliferação de ALPC em Cabo Verde⁷².

Nesta linha, surge o regime jurídico das armas e suas munições⁷³ com o objetivo de regular a posse de armas ligeiras, impondo penalizações para infrações dos detentores e reforçar a ação preventiva e repressiva no âmbito das armas.

Faremos nestas linhas subsequentes uma análise ao regime jurídico das armas e munições, focando a nossa atenção nos preceitos relativos às regras de aquisição, guarda, detenção, uso e porte de arma pelo cidadão comum. Preceitos estes que merecem especial atenção por parte da Polícia, na medida em que podem influenciar a forma de atuação das Forças e Serviços de Segurança, nomeadamente a PNCV.

Um dos objetivos primordiais do regime jurídico das armas e munições é mitigar a posse, o uso e detenção de armas ilícitas em Cabo Verde, tendo em conta que o panorama securitário cabo-verdiano tem registado um número considerável de ocorrências criminais relacionadas com recurso às armas⁷⁴. Assim, para fazer face a esta problemática, chamamos a atenção para a vertente criminal e contraordenacional do regime jurídico. Contudo, é de frisar que o regime jurídico enuncia um leque reduzido de crimes. Entretanto, enaltecemos a tipificação do uso e porte de arma sob efeito de álcool e substâncias estupefacientes ou psicotrópicas e o tráfico internacional e transferência de armas. Antigamente o regime jurídico previa alguns crimes que até então estavam consagrados no CP. Por exemplo, o crime de abuso de armas⁷⁵ do CP estatuiu os disparos contra pessoas, do mesmo modo que o regime jurídico reproduzia este artigo na sua essência, no entanto, com a epígrafe crime de disparo de arma⁷⁶. Entretanto, com a nova alteração ao CP materializada em 2021, extinguiram-se os crimes de armas, passando a serem previstos apenas no regime jurídico das armas e munições.

A PNCV possui competências exclusivas em matéria relativa às armas e munições. Desde logo, a LOPN estabelece que cabe à Polícia assegurar o controlo e fiscalização da importação, fabrico, armazenamento, comercialização, a posse, a detenção, o uso e o transporte de armas, munições e substâncias explosivas que não pertencem às Forças Armadas e demais Forças e Serviços de Segurança⁷⁷.

Deambulando sobre o regime jurídico, constatamos a importância das competências atribuídas à PNCV no âmbito preventivo e repressivo do controlo das armas.

⁷¹ Cfr. Resolução n.º 33/2008, de 29 de setembro.

⁷² Cfr. Manual de Procedimentos relativo ao Regime Jurídico das Armas e suas Munições e respetiva Regulamentação (COMNAC).

⁷³ Cfr. Lei n.º 31/V/2013, de 22 de maio.

⁷⁴ Sobre esta matéria, Vide Apêndice I – Ocorrências Criminais com recurso às armas.

⁷⁵ Cfr. Art.º 132 do Decreto Legislativo n.º 4/2003 de 18 de novembro, que aprova o Código Penal.

⁷⁶ Cfr. Art.º 99 da Lei n.º 31/V/2013, de 22 de maio.

⁷⁷ Cfr. N.º 1, art.º 6, al. a) do Decreto-Lei n.º 40/2021, de 23 de abril.

Desde logo, fazemos menção às Operações Especiais de Prevenção Criminal (OEPC) que visam o controlo, deteção, prevenção da situação de armas e compreendam a identificação, revista e busca no local de operação de prevenção.

As OEPC levadas a cabo pela PNCV são realizadas em áreas geográficas delimitadas, podendo abranger, nomeadamente os pontos de controlo de acesso a locais onde é proibida a entrada de pessoas armadas e em terminais de transportes coletivos rodoviários, portos aeroportos, vias públicas onde se encontram sujeitas à vigilância e patrulhamento policiais⁷⁸.

Para a efetivação destas OEPC, podem ser adotadas medidas cautelares e de polícia, atendendo às necessidades de controlo de possíveis ameaças relacionadas com armas. Neste sentido, a PNCV pode efetuar revistas e buscas não domiciliárias, sem a prévia autorização da autoridade judiciária competente, bem como apreensões, mas considerando sempre os pressupostos dos art.º 234 a 243 do CPP e o art.º 10 da LSIPC. Relativamente às buscas domiciliárias, uma das limitações enunciadas por SILVA, C. (2021)⁷⁹, é o facto de “raras as vezes se fazer acompanhar um magistrado, caso seja necessário a emissão de algum mandato no âmbito das operações especiais”.

Para além disso, as OEPC compreendem ainda a identificação de pessoas que se encontrem na área onde têm lugar as OEPC e podem ainda permitir a realização de medidas especiais de polícia como revistas de pessoas e buscas em viaturas e equipamentos. Assim, as pessoas, bem como as suas viaturas, podem ser submetidas às revistas ou buscas, quando haja indícios da prática de crimes executados com armas ou pela posse ilegal de armas, risco de resistência ou de desobediência à autoridade pública ou ainda a necessidade de condução ao posto policial por não ser possível a sua identificação⁸⁰.

Outro aspeto relevante diz respeito aos casos de apreensões de armas pelos órgãos de polícia criminal. Portanto, mediante os casos de queixa, denúncia ou constatação de flagrante delito, onde existem fortes probabilidades da sua utilização, por indícios da prática de crime de maus-tratos à menor ou incapaz ou de crime de maus-tratos à cónyuge, o agente policial procede à apreensão de armas⁸¹.

Reportemo-nos aos casos de licença para aquisição, detenção, uso e porte de arma. Antes de mais, é crucial fazer referência aos casos em que são permitidos o uso excecional de arma de fogo. Assim, consideram-se dois âmbitos do uso excecional de arma de fogo: por um lado, o recurso à arma de fogo contra pessoas, devendo o disparo ser precedido de advertência verbal ou de disparo de advertência e em caso algum podendo

⁷⁸ Cfr. N.º 2, art.º 123 da Lei n.º 31/VI/2013, de 22 de maio.

⁷⁹ Cfr. APÉNDICE IV.

⁸⁰ Cfr. N.º 3, art.º 123, da Lei n.º 31/VI/2013, de 22 de maio.

⁸¹ Cfr. Art.º 122 da Lei n.º 31/VI/2013, de 22 de maio.

visar zona letal do corpo humano e, por outro lado, o recurso à arma de fogo contra o património, devendo os disparos serem exclusivamente de advertência⁸². Neste sentido, frisamos que a legítima defesa exercida por particulares é bastante restritiva quando o legislador evidencia que “em caso algum pode visar zona letal do corpo humano”. Vejamos o exemplo ilustrado por CARVALHO (2016, p. 401-402): No caso de A, que é um “brutamontes”, se dirigir agressivamente, para B, com uma faca na mão, sendo que B tem consigo para defesa pessoal um revólver, tem de, primeiro dar o tiro para o ar e, em segundo e último recurso, só pode disparar para as pernas”. E se o tiro nas pernas não se mostra suficiente para impedir a agressão? O conteúdo desta disposição é muito restritivo.

A concessão de licenças no âmbito das armas é da competência da PNCV, mediante o preenchimento dos requisitos que carecem de tal licença. Finalizado este processo de licenciamento, o portador fica vinculado a um conjunto de normas de conduta. De entre o espectro de condutas, especial atenção aos casos em que são proibidas a detenção ou porte de arma sob influência de álcool ou de outras substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

No sentido de se obter uma perspetiva das ocorrências criminais com recurso à arma de fogo no referencial securitário, analisaremos as estatísticas criminais ocorridas nos últimos cinco anos.

Quadro 1 - Crimes com recurso às armas contra pessoas de 2016 a 2020

Crimes com recurso às armas contra pessoas	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Homicídio c/ recurso à arma de fogo	29	10	9	12	9	69
Homicídio c/ recurso à arma "Boca Bedjo"	2	0	1	1	4	8
Homicídio c/ recurso à arma branca	22	16	12	10	15	75
Ofensa corporal c/ recurso à arma de fogo	95	74	67	60	58	354
Ofensa corporal c/ recurso à arma branca	306	402	269	234	233	1444
Posse ilegal de arma de fogo	59	99	144	149	24	475
Posse ilegal de arma branca	51	47	54	42	28	222
Total	564	648	556	508	371	2647

Fonte dos dados: POLÍCIA NACIONAL (2021).

O quadro apresentado teve por base a análise dos fenómenos criminais com recurso às armas contra pessoas no quinquénio 2016/ 2020, procurando aferir a sua evolução, através de uma análise da estatística e retrospectiva.

⁸² Cfr. Art.º 33 da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de maio.

A título de curiosidade, consultamos os dados constantes nos relatórios da PNCV, referentes aos anos em apreço e a nível nacional. Foi possível apurar que, em 2016, foram registados 29 homicídios com recurso à arma de fogo, pelo que, em 2017, ocorreram 10. Logo, é de salientar a diminuição substancial de cerca de 65,5% de homicídios com recurso às armas de fogo ocorridas em 2017, face ao ano anterior. Em 2018, sucederam-se 9 casos; em 2019, foram registadas 12 ocorrências e, em 2020, ocorreram 9 situações. A partir do ano 2017 podemos verificar que os homicídios com recurso às armas de fogo têm-se mantidos, havendo pequenas oscilações.

De referir os homicídios cometidos com recurso à arma “*Boca Bedjo*”. “*Boca Bedjo*” é um modelo de arma de fogo artesanal, municiado com os cartuchos de 12 mm que são normalmente munições das espingardas de caça” (ALVES, 2014, p. 94). Em 2016, ocorreram 2 homicídios com recurso à arma “*Boca Bedjo*”; não se registou nenhum homicídio em 2017; foi registado 1 homicídio em 2018 e em 2019 respetivamente. Em 2020, verificou-se um aumento dos homicídios com recurso à arma “*Boca Bedjo*”, tendo sido registadas 4 ocorrências.

As estatísticas referem, ainda, que relativamente aos homicídios com recurso à arma branca, houve uma diminuição de 54,5% em 2019 em relação ao ano 2016. No entanto, urge frisar que, em 2020, registou-se um aumento de 50% face ao ano anterior.

Ainda de acordo com as mesmas estatísticas, em 2016 foram perpetradas 95 ofensas corporais com recurso à arma de fogo. Constata-se que a partir de 2017 efetivou-se um decréscimo residual nos anos subsequentes, tendo ocorridas 74 situações de ofensas corporais com recurso à arma de fogo, 67 em 2018, 60 em 2019 e 58 em 2020, apresentando uma diminuição de cerca de 38,9% deste tipo de crime desde 2016.

Especial atenção deverá ser direcionada para a quantidade de ofensas corporais com recurso à arma branca. Considerando os dados em apreço, verificamos que em 2016 ocorreram 306 situações e que, em 2017, atingiu o pico com 402 ocorrências, representando um aumento de 31,4% das ofensas praticadas com recurso à arma branca. Já no que concerne ao ano 2018, observa-se uma diminuição considerável das ofensas com recurso à arma branca, registando-se 269 crimes desta natureza. Ainda, de realçar um ligeiro decréscimo em 2019 e 2020, apresentando 234 e 233 ocorrências respetivamente.

De acordo com os dados da PNCV, nos últimos 5 anos foram apreendidas 475 armas de fogo ilegais. Em 2016, registaram-se 59 apreensões e sucedeu-se a um aumento contínuo nos anos subsequentes, tendo-se registado mais 40 casos (+67,7%) em 2017. No mesmo sentido, em 2018 ocorreu um aumento de mais 45 ocorrências (+45,4%), face ao ano anterior. Em 2019, registaram-se mais 5 apreensões (+3,4%), face ao ano 2018.

Noutro sentido, de salientar a diminuição considerável verificada de 2019 para 2020, com menos 125 casos (-83,8%).

Por último, importa fazer referência às apreensões de armas brancas, pelo que demonstram pequenas oscilações entre 2016 e 2018. Foram apreendidas 51 armas brancas em 2016, 47 em 2017 e 54 em 2018. Já relativamente aos anos 2019 e 2020, verificaram-se menos apreensões de armas brancas, 42 e 28 apreensões respetivamente.

Quadro 2 - Crimes com recurso às armas contra polícias de 2016 - 2020

Crimes com recurso às armas contra polícias	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Ofensa corporal ao pessoal policial	47	40	34	22	22	165
Ofensa corporal ao pessoal policial c/ recurso à arma de fogo	2	1	2	3	13	21
Ofensa corporal ao pessoal policial c/ recurso à arma branca	5	10	4	1	3	23
Total	54	51	40	26	38	209

Fonte dos dados: POLÍCIA NACIONAL (2021).

No exercício da atividade policial, os agentes policiais são frequentemente confrontados com situações que implicam o uso da força. Contudo, tendo em conta as especificidades da sua profissão, são de igual modo alvos de violência por parte de alguns cidadãos. Nos dados estatísticos disponíveis é notório que, desde o ano 2017, tem-se registado uma diminuição considerável das ofensas corporais ao pessoal policial. Considerando os anos em apreço, verificamos que, em 2016, ocorreram 47 ofensas corporais ao pessoal policial; em 2017, ocorreram 40 situações (-14,8% face ao ano anterior); no ano 2018 verificaram-se 34 casos (-15% face ao ano anterior). Contudo, nos últimos dois anos, observa-se que as ofensas ao pessoal policial se têm mantido, apresentando 22 ocorrências em cada ano.

Reportemos aos casos de ofensas corporais ao pessoal policial com recurso à arma de fogo, onde são apresentados 2 casos em 2016, 1 caso em 2017, 2 situações em 2018 e 3 casos em 2019. Importa realçar o aumento substancial ocorrido em 2020, tendo existido 13 ofensas corporais (+10 casos face ao ano anterior), apresentando números quadro vezes maiores do que o ano 2019. Traduzem-se em números alarmantes face à tendência ocorrida entre 2016 e 2019.

De modo geral, podemos afirmar que se tem verificado uma redução nas tipologias dos crimes apresentados, apesar de se ter observado pequenas oscilações. Assim, podemos referir que os valores apresentados dos quadros 1 e 2 devem-se ao facto de a partir de 2013 existir o novo regime jurídico das armas, atribuindo à PNCV um controlo

mais rigoroso sobre os detentores de armas em Cabo Verde. Este controlo é efetuado através do Sistema Integrado de Gestão da Informação de Armas, Munições e Proprietários (SIGIAMP) que se traduz numa plataforma para intercâmbio de informação relativa às armas. Este sistema encontra-se sob a responsabilidade do Diretor Nacional da Polícia Nacional, permitindo um maior controlo nas medidas de segurança.

Em suma e de uma análise sobre os dados disponibilizados, poder-se-á dizer que o regime jurídico das armas e munições veio reforçar as medidas de segurança proativas da Polícia, bem como reforçar as normas de condutas dos detentores de armas.

II.4. PANORAMA PORTUGUÊS

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PORTUGAL

Neste ponto debruçar-nos-emos sobre o uso dos meios coercivos no panorama internacional, mais concretamente na Polícia de Segurança Pública de Portugal, estabelecendo uma análise comparativa com o regime jurídico de Cabo Verde. Estamos cientes da vasta panóplia de diplomas que regulamentam o uso das armas de fogo em Portugal, contudo iremos focar a nossa análise no decreto-lei n.º 457/99, de 5 de novembro, que regulamenta o recurso à arma de fogo pelos agentes policiais e a NEP n.º OPSEG/DEPOP/01/05 referente aos limites ao uso de meios coercivos pela PSP.

O regime jurídico do recurso à arma de fogo surge no sentido de desenvolver mecanismos referentes ao uso das armas de fogo pela Polícia, colocando ênfase na necessidade de salvaguardar a vida humana, tanto do agente como de terceiros.

O recurso à arma de fogo em ação policial rege-se em trono dos princípios da necessidade e da proporcionalidade⁸³, como medida extrema, quando os meios menos gravosos se revelarem ineficazes. Uma vez efetivado o recurso à arma de fogo, este deverá ser feito visando o mínimo de lesões e danos possíveis e para preservar a vida humana.

O legislador veio prever possíveis situações em que o agente policial pode vir-se a deparar no plano operacional. Neste sentido, o Decreto-Lei n.º 457/99 veio abranger dois planos do recurso à arma de fogo: o recurso contra coisas⁸⁴ e o recurso contra pessoas⁸⁵. São exemplos do recurso contra coisas: para repelir agressão atual e ilícita dirigida contra o próprio agente da autoridade ou contra terceiros; para vencer a resistência violenta à execução de um serviço no exercício das suas funções. O tiro contra pessoas deve ser

⁸³ Cfr. Art.º 2 do Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro.

⁸⁴ Cfr. N.º 1, art.º 3 do Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro.

⁸⁵ Cfr. N.º 2, art.º 3 do Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro.

efetuado apenas para repelir a agressão atual e ilícita dirigida contra o agente ou terceiros, se houver perigo iminente de morte ou ofensa grave à integridade física; para prevenir a prática de crime particularmente grave que ameace vidas humanas e para proceder à detenção de pessoa que represente essa ameaça e que resista à autoridade ou impedir a sua fuga. Esta distinção trata-se, no fundo, de esclarecer que o disparo contra coisas deve anteceder o disparo contra pessoas.

Por fim, urge evidenciar a previsão legal de que o disparo deve ser precedido de advertência e devendo ser imediatamente comunicada ao Ministério Público⁸⁶.

Estabelecendo uma análise comparativa entre o regime jurídico português e o regime jurídico cabo-verdiano, concluímos que ambos se consubstanciam em regimes idênticos. No entanto, enfatizamos o facto do Decreto-Lei n.º 457/99 encontrar-se sistematizado de forma lógica, *i. e.*, distinguindo dois planos do recurso à arma de fogo. No regime jurídico português, o legislador preocupou-se em enumerar as situações suscetíveis de ocorrer no plano operacional de forma lógica e numa ótica de efetivar os princípios legais. Por sua vez, o legislador cabo-verdiano limitou-se apenas a enumerar as situações de forma genérica. Outro aspeto que deve ser realçado no quadro legal cabo-verdiano, é a falta de previsão de advertência perceptível que antecede o disparo.

Contudo, salientamos a falta de atualização do Decreto-Lei n.º 457/99, pelo que com o surgimento de novas ameaças e riscos, poder-se-iam estatuir situações que abrangessem novas ocorrências, nomeadamente os casos de atiradores/atacantes ativos e as situações de perseguições em veículos.

Pese embora a existência do Decreto-Lei 457/99 venha a revelar-se num instrumento de extrema importância para a atividade policial, a problemática do uso da arma de fogo não encerra neste diploma. É neste contexto que surge a NEP n.º OPSEG/DEPOP/01/05 referente aos limites ao uso de meios coercivos pela PSP. Esta NEP tem como objetivo disciplinar as formas de intervenção no âmbito operacional, definindo os procedimentos referentes ao uso dos meios coercivos. Contudo, realçamos o facto deste regime do uso dos meios coercivos não estar aprovado por lei da Assembleia da República ou por decreto-Lei com autorização legislativa⁸⁷, na medida em que o uso desses meios é suscetível de afetar os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos. Neste âmbito, ressalvamos a força jurídica que deverá revestir a referida NEP.

O recurso à arma de fogo é regulado no capítulo 3 da NEP n.º OPSEG/DEPOP/01/05, onde se abordam os meios coercivos de elevada potencialidade letal. Para além de transcrever, na sua essência, o Decreto-Lei 457/99, a NEP também procurou introduzir e esclarecer conceitos técnicos sobre o uso das armas de fogo em ação

⁸⁶ Cfr. Art.º 4 e 7 do Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro.

⁸⁷ Cfr. art.º 18 conj. com a alínea b), n.º 1 do art.º 165 conj. com a alínea b), n.º 1 do art.º 198 da CRP.

policial. A título de exemplo, evidenciamos que estão previstos três tipos de recurso à arma de fogo: o recurso passivo, efetivo e efetivo contra pessoas. O recurso passivo traduz-se no ato de empunhar e sacar do coldre a arma para persuadir um comportamento ilícito. O recurso efetivo consubstancia o disparo contra animais ou como meio de alarme, ou ainda como meio de advertência ou intimidação. O recurso efetivo contra pessoas traduz-se no disparo para atingir suspeitos, pelo que deve ser feito produzindo o mínimo de lesões possível.

A existência da NEP referente aos meios coercivos revela-se num instrumento essencial para os agentes policiais na medida em que auxilia para a resolução de problemas no âmbito operacional. Do mesmo modo, consideramos fundamental a criação de uma NEP idêntica na PNCV, contudo adaptada à realidade cabo-verdiana, pelo facto de auxiliar na decisão condenatória/absolutória no âmbito judicial, nos casos que dizem respeito às intervenções policiais.

CAPÍTULO III. FORMAÇÃO POLICIAL

III.1. A FORMAÇÃO NA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE

A formação profissional tem o seu regime geral previsto no Código do Trabalho⁸⁸, consagrando os deveres do Estado nessa matéria. Compete ao Estado, nos termos do n.º 1 do art.º 141, “promover ou acordar com as instituições competentes a realização de ações de formação profissional para os trabalhadores ao seu serviço (...) e conjugar as exigências do desenvolvimento económico e social do país com os interesses individuais dos trabalhadores”.

Numa ótica de potenciar não só a eficácia da organização, como também dos recursos humanos, a formação procura implementar e ajustar a dinâmica necessária para o desempenho das instituições (RODRIGUES, CAMARA e GUERRA, 2003, p. 486). Deste modo, o acesso à formação profissional, permite uma constante atualização das competências e dos conhecimentos dos trabalhadores. Nesta linha, a “formação ministrada aos recursos humanos policiais não deve ser encarada de forma estática, mas sim dotada de componentes dinâmicas que caracterizam a própria sociedade e seus integrantes” (PINA, 2012, p. 40). Nesta ordem de ideias, com o surgimento e a modernização de novas formas de criminalidade, é imperativo que a Polícia esteja dotada de novos meios e que sejam alargados o seu âmbito de intervenção. Outrossim, FERREIRA e MOREIRA (2014, p. 39), descrevem que as funções policiais têm sofrido alterações no âmbito quantitativo, mas também, e talvez sobretudo, no âmbito qualitativo. Em termos amplos, esta transformação deve-se às exigências sociais, culturais e políticas de uma sociedade cada vez mais globalizada.

Neste contexto, a PNCV não fica isenta destas transformações, ao ponto que se exige a necessidade de modernizar as suas valências. Assim, apresenta-se como fator determinante a formação dos oficiais, subchefes e agentes procurando melhorar assim os índices de desempenho.

Tendo em vista a aumentar a capacitação dos recursos humanos, nas componentes operacional e administrativa, a organização policial cabo-verdiana dispõe de uma Direção de Formação. De acordo com a orgânica da PNCV, a Direção de Formação tem na sua dependência o Centro Nacional de Formação (CNF) que se destina a formar os oficiais, subchefes e agentes do quadro de pessoal da PNCV, bem como ministrar outras ações de formação.

⁸⁸ Cfr. Aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de outubro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 5/2010, de 16 de junho, e Decreto-Regulamentar n.º 1/2016, de 3 fevereiro (republished em 4 de fevereiro de 2016).

O ingresso na carreira da PNCV efetua-se mediante as condições de acesso ao curso de formação de agentes⁸⁹. O regulamento de acesso ao curso de agentes da PNCV estabelece que o curso tem a duração de seis meses, pelo que terão de apresentar um aproveitamento mediante a execução de provas escritas, orais e práticas, abrangendo quatro áreas específicas: áreas cultural, jurídica, técnica e educação física⁹⁰.

O curso de promoção a subchefe tem a duração de três meses e ingressam os agentes aprovados em concurso ou curso de promoção à subchefe.

Não obstante do CNF ser um estabelecimento de ensino policial para oficiais de polícia, esta escola de polícia não ministra nenhum curso que confere um grau de ensino superior. Neste âmbito, a cooperação policial internacional desempenha um papel fundamental, na medida em que anualmente são enviados agentes e subchefes para a frequência de cursos de formação de oficiais de polícia em diversos países, nomeadamente em Portugal, Angola e Moçambique. O curso de oficiais de polícia em Portugal, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) confere o grau académico de Mestre em Ciências Policiais. O Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais (ISCPC) de Angola, bem como a Academia de Ciências Policiais de Moçambique (ACIPOL), formam oficiais de polícia conferindo-lhes o grau académico de licenciatura em Ciências Policiais.

A importância da componente formativa policial inicial consubstancia-se numa necessidade primordial para o desempenho da atividade policial. Contudo, FERREIRA e MOREIRA (2014, p. 50) referem que “as múltiplas idiossincrasias que caracterizam a sociedade atual exigem que o profissional de polícia desenvolva novos conhecimentos através da atualização constante e contínua da sua formação”. A formação contínua serve tanto como um processo subsequente à formação policial inicial tendo em vista o aperfeiçoamento das técnicas adquiridas, bem como para acompanhar as transformações sociais. Como é sabido, a PNCV possui um leque alargado de intervenção nas áreas de polícia administrativa, polícia de investigação criminal, polícia de manutenção da ordem pública. Neste sentido, a PNCV tem desenvolvido várias valências que vão desde a implementação do modelo de policiamento de proximidade, passando pelo aperfeiçoamento das unidades de investigação criminal, equipas cinotécnicas, operações especiais desenvolvidas pelo GAT e GAM, o corpo de intervenção, entre outras. De igual modo, a PNCV tem atualizado os seus quadros organizacionais através da programação de múltiplas formações contínuas no âmbito de especialização nas diversas áreas da segurança, revelando um impacto na melhoria do serviço policial e na diminuição da

⁸⁹ Cfr. Decreto-Legislativo n.º 8/2010, de 28 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 3/2016, aprovando o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia Nacional.

⁹⁰ Cfr. Decreto-Lei n.º 57/2006 de 4 de dezembro, alterando o Decreto-Regulamentar n.º 5-B/98, de 16 de novembro, que aprova o Regulamento de acesso ao curso de formação de agentes da POP.

criminalidade em geral⁹¹. A formação contínua na PNCV tem caminhado no sentido de aperfeiçoar a vertente técnico-policial das diversas subunidades policiais. De forma a haver lugar ao desenvolvimento no âmbito operacional, a PNCV tem ministrado cursos, nomeadamente de ações táticas do Corpo de Intervenção, de especialização e reciclagem dos serviços de Piquete, Brigada de Investigação Criminal, Brigada Anticrime, policiamento de proximidade, entre outros.

De acordo com um inquérito dirigido ao efetivo da PNCV através do Plano estratégico de Segurança Interna (PESI) de 2013-2016, a maioria do efetivo entende que carecem de formação específica, nomeadamente nas áreas específicas do seu ramo, em tiro operacional e no âmbito da investigação criminal. Nestas matérias o antigo Diretor de Formação Subintendente GUILHERME CARDOSO⁹², frisou que a partir de 2014 as formações de intervenções técnico-policiais seriam reforçadas nas componentes de atuações nas ocorrências, tiro ou abordagens às pessoas, ensinando aos polícias melhores formas de intervenção. São matérias que merecem especial atenção no processo formativo pelo facto de acarretarem maior responsabilidade por parte dos agentes policiais. Neste aspeto, somos da opinião dos nossos entrevistados quando afirmam de que o modelo de formação policial existente em Cabo Verde é desajustado ao panorama securitário cabo-verdiano. A inexistência de um plano de formação de tiro, bem como a necessidade de revisão de normas referentes à formação policial, são algumas das causas que sustentam tal afirmação. Conforme FERREIRA e MOREIRA (2014, p. 52) afirmam, torna-se essencial que os diferentes “cursos de formação policial identifiquem as necessárias competências e, a partir delas, selecionem os saberes básicos inerentes a cada área de conhecimento assim como estruturam o projeto pedagógico a implementar”. Nesta lógica, a organização policial cabo-verdiana deve procurar identificar as necessidades operacionais de cada ramo da PNCV tendo em vista a adaptação às exigências da sociedade.

Lembramos ainda o importante papel da cooperação internacional que por seu turno constitui uma mais-valia para a PNCV, na medida em que Cabo Verde através dos acordos bilaterais tem operacionalizado as vertentes da cooperação técnico-policial. Com o apoio da cooperação internacional, a PNCV tem vindo a formar policiais nos vários domínios de atuação, destacando-se a formação dos oficiais de polícia. Considerando a transversalidade da criminalidade, a cooperação nos diversos setores da segurança torna-se numa necessidade, uma vez que é benéfico adquirir aprendizagens moldadas por diferentes formatos de Polícia. Neste contexto, a cooperação no domínio da segurança pública procura desenvolver estratégias e ações de treino e formação técnico-policial.

⁹¹ Cfr. PN (2014). *Revista Polícia Nacional*. Praia: 1ª Edição, pp. 24-25.

⁹² Cfr. *Idem*.

III.2. COOPERAÇÃO TÉCNICO-POLICIAL: PORTUGAL/CABO VERDE

O fenómeno da globalização veio permitir o aperfeiçoamento e o aparecimento de novas formas de criminalidade, colocando novos desafios às instituições formais de controlo criminal. Subscrevemos VALENTE (2019, p. 711) ao defender que “o processo de globalização no âmbito da cidadania e da segurança, tem proporcionado o desrespeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e fomentando ou facilitando o crime estruturado, organizado, altamente especializado e violento”. Se por um lado, para o cidadão, a globalização significa maior liberdade de circulação individual, por outro lado, para o Estado, significa maior responsabilidade na garantia do espaço de liberdade e segurança (PEREIRA e NEVES, 2005). A complexidade do fenómeno da globalização faz com que as questões securitárias extrapolam a vertente da segurança interna. Ciente de que os Estados, por si só não conseguem responder aos desafios e ameaças impostas pela globalização, estes “procuram novos paradigmas de coesão, de reforço da sua proteção, apostando mais significativamente na segurança e defesa, através da integração nas Organizações Internacionais e Regionais” (BERNARDINO e AZEVEDO, 2015, p. 108). É neste contexto que Portugal tem adotado estratégias bem definidas para a cooperação nos vários setores da sociedade, nomeadamente no domínio da segurança. Nesta conjuntura, em Portugal existem quatro níveis macro estratégicos prioritários: “i) componente policial das operações de paz da ONU; ii) gestão civil de crises da U.E.; iii) cooperação policial europeia no espaço de liberdade, segurança e justiça; iv) cooperação técnico-policial, de âmbito bilateral ou multilateral com os PALOP, Timor-Leste e Brasil” (ELIAS, 2011, p. 120). Face ao carácter multidimensional da cooperação no quadro securitário, pretendemos delimitar o contexto da cooperação policial apenas no quarto nível de cooperação, *i. e.*, a cooperação técnico-policial com os PALOP, em particular com Cabo Verde.

Segundo ELIAS (2018, p. 106), “a cooperação internacional ou a dimensão externa da segurança interna de Portugal, tem-se operacionalizado essencialmente nas vertentes: global, europeia e lusófona”. Contudo, neste âmbito iremos abordar apenas a vertente lusófona, mais concretamente a importância da cooperação técnico-policial no âmbito da formação entre Portugal e Cabo Verde.

A LSIPC⁹³ de Cabo Verde evidencia a necessidade de haver uma cooperação policial internacional ao prever que, no quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do Direito Internacional, as Forças e Serviços de Segurança interna podem atuar fora do espaço sujeito a poderes de jurisdição do estado de Cabo Verde, em

⁹³ Cfr. N.º 2, art.º 4 da Lei n.º 16/VII/2007.

cooperação com organismos e serviços de estados estrangeiros ou com organizações internacionais de que Cabo Verde faça parte.

A cooperação portuguesa consiste “em contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável, muito em particular nos países lusófonos, caracterizado pelo desenvolvimento económico e social, e pela consolidação e o aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito”^{94/95}. É nesta perspetiva que a Visão Estratégica para a Cooperação” prevê que o âmbito da cooperação técnico-policial visa:

[...] contribuir para o desenvolvimento de formas de organização do sistema de segurança interna, controlo de fronteiras, gestão de informações, manutenção de ordem pública e combate à criminalidade dos países com os quais Portugal coopera, privilegiando as relações entre Forças e Serviços de Segurança ao nível da organização, métodos, formação e treino, participando no reforço das condições de estabilidade interna, autonomia das instituições políticas e segurança das populações e na consolidação do primado dos valores essenciais da democracia e do Estado de direito [...] (CECP, 2014).

No contexto da segurança pública, a cooperação é um dos objetivos gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), conforme referenciado no Estatuto da CPLP. Tendo em conta o presente estatuto, é assinado um protocolo de cooperação entre os países de língua portuguesa, estabelecendo os princípios gerais e objetivos, as modalidades e estruturas de cooperação no domínio da segurança pública. De certo modo, o acordo procura promover, fortalecer e tornar coesa a cooperação no domínio policial; a partilha de informações e a análise de estratégias de combate à criminalidade; promover estratégias conjuntas de treino e formação⁹⁶. Portanto, a cooperação policial portuguesa do MAI tem como objetivo capacitar as Forças e Serviços de Segurança dos países parceiros, conforme identificadas na figura 1. Neste sentido, a cooperação policial, sobretudo ao nível dos países da CPLP enforma-se em torno de troca de informações, de ações de formação, de assessoria e de apoio técnico às polícias locais (ELIAS, 2019).

⁹⁴ Vide Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005 que aprova o documento de orientação estratégica da política externa de cooperação denominado «Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa».

⁹⁵ Cfr. Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (CECP) 2014-2020.

⁹⁶ Cfr. Art.º 4 do Protocolo de Cooperação entre os Países de Língua Portuguesa no domínio da Segurança Pública.

Figura 2 - Objetivos gerais da Cooperação Técnico-Policial do MAI



Fonte: SECRETARIA-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2019).

As Forças e Serviços de Segurança, e em sentido estrito as Forças de Segurança (PSP e GNR), contribuem anualmente para a formação dos quadros das Polícias da CPLP nas diferentes áreas de intervenção policial.

No quadro da cooperação técnico-policial, a PSP ministra cursos de efetivos dos policiais dos PALOP, nomeadamente a formação de Oficiais, Subchefes e Agentes de Polícia, nos estabelecimentos de ensino da PSP e, de igual modo, desenvolve ações de formação nos países parceiros. A formação de Oficiais dos PALOP foi iniciada em 1988 na ESP, hoje ISCPSI, tendo formado até a presente data cerca de 134 estudantes dos diferentes países. Estes, por sua vez, têm desempenhado funções de relevo nos seus países, sobretudo em funções de comando, gestão e liderança, e.g., funções de Diretores Nacionais, Comandantes Regionais, entre outras⁹⁷.

Do mesmo modo, a PSP procura promover ações de formação em áreas de especialização, quer no território nacional, quer nos PALOP, particularmente nas áreas de Segurança Pessoal, Ordem Pública, Operações Especiais, Cinotécnica, Segurança Aeroportuária, Segurança a Instalações. Tendo em conta os relatórios de atividades, a PSP desenvolveu entre 2014 e 2018 um total de 20 ações de assessoria/formação em Cabo Verde. As ações de assessoria/formação abrangeram uma multiplicidade de áreas, salientando-se os cursos de segurança pessoal, cursos de técnicas de intervenção policial

⁹⁷ Vide SGMAI (2019). Promover a Paz e a Segurança: a Cooperação Técnico-Policial e Eleitoral do MAI 2007-2017.

e tiro, cursos de investigação criminal, formação de gestores do MIPP e formação em avaliação de risco⁹⁸.

No que concerne ao quadro de cooperação entre a GNR e a PNCV, são desenvolvidas ações de assessoria nas áreas da Proteção da Natureza e Controlo Costeiro, procurando implementar e aperfeiçoar a estrutura de Comando e Controlo Operacional, no âmbito da vigilância e controlo de fronteiras. De salientar as ações de formação ministradas em Portugal abrangendo áreas diversificadas: curso de trânsito, curso de instrutores de intervenção policial, curso de *Mentoring in Crisis Management*, curso de investigação tributária, entre outras⁹⁹.

Para a PNCV, a cooperação técnico-policial tem sido uma prioridade, pelo que são estabelecidos acordos nos vários domínios de segurança interna com os parceiros tradicionais. A possibilidade de se aceder a aprendizagens e experiências de outros formatos de polícia e de policiamento afiguram-se benéficos para o melhoramento da capacitação da organização policial cabo-verdiana. Neste âmbito, a PNCV procura desenvolver competências técnicas e operacionais para melhor responder aos anseios de uma sociedade cada vez mais complexa. A possibilidade de adquirir novos conhecimentos técnicos e doutrinários permite introduzir alterações nas atuações da PNCV, nomeadamente adaptadas ao panorama securitário cabo-verdiano.

III.3. A FORMAÇÃO DE TIRO

A importância da disciplina do uso das armas de fogo em ação policial advém da necessidade que deve ser atribuída à formação de tiro na PNCV. A formação dos agentes policiais procura estabelecer um equilíbrio entre o conhecimento teórico, técnico e as condicionantes da prática quotidiana da profissão policial (FERREIRA e MOREIRA, 2014, p. 51). Mas para isso é preciso conhecer as bases legais, claras e precisas, sobre o recurso à arma de fogo por ser necessário e essencial para evitar violações dos direitos e liberdades dos cidadãos. Nesta medida, a existência de bases legais sobre o uso das armas de fogo permite aos agentes policiais obterem “uma maior segurança jurídica na sua atuação e, acima de tudo, evitarem acidentes lamentáveis” (FERNANDEZ, 2003, p. 84).

Não obstante, acresce ter um conhecimento e uma visão panorâmica da realidade policial de Cabo Verde. Neste sentido, a qualificação dos quadros da PNCV é uma

⁹⁸ Cfr. Relatórios de Atividades da PSP (2014 – 2018).

⁹⁹ Cfr. Relatórios de Atividades da GNR (2020).

realidade notável e que os ditames normativos que se pretendem implementar, são o fundamento, fim e limite das atividades operacionais de polícia.

É consensual que se atribui extrema importância às atuações policiais com recurso à arma de fogo, pelo facto de representarem o culminar do uso da força. As ocorrências que implicam o recurso à arma de fogo em ação policial são pela sua natureza de extrema exigência, pelo que impõe uma “capacidade de raciocínio rápido, conhecimento técnico, condição física e também experiência, que se torna em conhecimento tácito” (CARVALHO, 2016, p. 20). Esta circunstância remete-nos para a importância que deverá ser conferida a esta matéria no espectro da formação técnico-policial, mais precisamente a formação de tiro. Neste âmbito, FERNANDEZ (2003, p. 84) advoga que é essencial haver uma formação adequada e treino prático sobre o uso das armas de fogo em ação policial.

Pese embora não existir um plano de formação de tiro pré-concebido na PNCV, importa salientar que os responsáveis pela formação de tiro (formados na PSP)¹⁰⁰, preconizaram a elaboração de um programa de formação de tiro adaptada à realidade cabo-verdiana. Porém, defendem ser necessário e útil a implementação de um plano de formação de tiro.

A formação de tiro na PNCV faz parte integrante dos conteúdos programáticos do curso de formação de agentes ministrada no CNF, denominada Armamento e Tiro e contendo uma carga horária de 30 horas¹⁰¹ durante os seis meses de formação. O objetivo da formação de tiro visa dotar os agentes policiais de conhecimentos teóricos e técnicos sobre o uso das armas de fogo para o desempenho das suas funções.

A formação de tiro pode ser contextualizada numa dupla perspetiva: por um lado, compõe-se de uma componente teórica que consiste em atribuir aos polícias os conhecimentos teóricos e os preceitos legais e doutrinários sobre a utilização das armas de fogo; por outro lado, a componente teórica é complementada com uma parte prática que tem como objetivos gerais a aprendizagem dos procedimentos de execução de tiro e a consolidação e harmonização dos conceitos teóricos.

No que diz respeito à vertente teórica, as aulas de armamento e tiro abrangem duas áreas: conceitos básicos sobre armas e munições e preceitos legais e regulamentares sobre o recurso à arma de fogo. Em termos concretos, a componente teórica é ministrada em 11 horas e abrange os seguintes conteúdos programáticos: preceitos legais e regulamentares sobre o recurso à arma de fogo; divisão e classificação de armas: armas defensivas e ofensivas - definições e características; conceitos de armamento e munições; noções gerais da balística: balística interna, externa e dos efeitos; definição da trajetória e seus efeitos; causas de irregularidade de tiro nas armas portáteis; determinação do olho

¹⁰⁰ Cfr. APÊNDICE VIII: Entrevista aos Formadores de Tiro.

¹⁰¹ Cfr. ANEXO III: Programa de Formação de Tiro.

diretor -técnica de pontaria e análises e correção de erros de pontaria; procedimentos de disparo: regras de segurança de manuseamento de armas de fogo e munições - conhecimento e leitura dos alvos e materiais protetores a serem utilizados no campo de tiro¹⁰².

Relativamente à vertente prática, esta é composta por 19 horas, contendo exercícios de desmontagem e montagem das armas e pelas sessões de execução de tiro. Em termos específicos, a componente prática engloba os seguintes exercícios práticos: exercícios práticos de montagem e desmontagem de armas (Espingarda AKM, Pistola *Walter* 7.65 mm e Pistola *Makarov*); exercícios de tiro prático com a pistola *Walter* 7.65 mm e espingarda AKM; avaliação prática final.

Verificamos ao nível das entrevistas realizadas, que uma das principais implicações das atuações com recurso à arma de fogo prende-se com a formação contínua. De acordo com SILVA, N. (2021)¹⁰³, do ponto de visto teórico, os agentes estão elucidados sobre o recurso à arma de fogo, no entanto, na realidade não é bem assim, a dimensão prática e a teórica são antagónicas, não se consegue idealizar todas as situações possíveis sobre o recurso à arma de fogo, portanto, há sempre situações novas que acabam por trazer novos *inputs* sobre esta matéria. A maioria dos currículos de formação estão estruturados de forma a ensinar aos polícias uma ínfima percentagem daquilo que irá ser a realidade do trabalho (BIRZER, 1999). Neste sentido, evidenciamos a necessidade de haver um plano de treino de tiro contínuo. Seria importante adotar um modelo de formação proporcionando um equilíbrio com as necessidades operacionais da atividade policial. Acresce ainda, a necessidade de serem implementados processos de avaliações contínuos para todo o efetivo policial, garantindo a limitação de eventuais falhas nas atuações policiais.

Importa ter em atenção para a carga horária atribuída à componente teórica que, no nosso entender, revelam-se insuficientes para uma melhor qualificação e preparação dos polícias. De igual modo, urge efetivar uma reformulação do modelo de formação de tiro, na medida em que fosse possível abranger mais horas de sessões de tiro prático, bem como capacitar os agentes de treino de tiro específico para áreas corporais selecionadas e tiro de reação policial. Na mesma linha, deverá ser dada especial atenção aos preceitos legais e regulamentares sobre o recurso à arma de fogo, permitindo uma maior segurança jurídica na atuação dos agentes policiais.

¹⁰² Cfr. *Idem*.

¹⁰³ Cfr. APÊNDICE IV.

III.4. PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS

Nas suas intervenções, a PNCV depara-se com um “conjunto de solicitações muito díspares, enfrentando desafios cada vez mais complexos em diversas áreas funcionais, desde missões típicas de polícia preventiva, de ordem pública, de polícia administrativa, polícia criminal ou judiciária, bem como em domínios de sua competência exclusiva e de competências especiais, de acordo com as exigências da polícia do mundo democrático” (RODRIGUES, 2016, p. 39). A multiplicidade de intervenções em situações diferenciadas implica que a PNCV esteja fortemente capacitada para responder aos anseios dos cidadãos, quer no âmbito administrativo quer no âmbito operacional. A título de exemplo no âmbito administrativo podemos realçar a emissão de uma licença de uso e porte de arma e no âmbito operacional podemos identificar a atuação policial com recurso à arma de fogo para repelir uma agressão atual e ilícita.

No contexto operacional, o principal problema que as ocorrências com recurso à arma de fogo acarretam para os agentes policiais são as medidas que devem ser adotadas para amenizar os danos causados pelos intervenientes. Nesta senda, implica que haja uma forte aposta na operacionalidade da polícia, reforçando as técnicas e táticas de intervenção policial. A construção de estratégias de policiamento deve ter como objetivo operacional a gestão de redução da criminalidade.

A atividade de polícia pressupõe a necessidade de garantir o respeito pela lei através das diferentes formas de atuação, operacionalizadas mediante atos proibitivos ou construtivos. Segundo ANDRADE (2017, pp. 176-177), por um lado, os atos proibitivos ou ablativos traduzem as condutas ou obrigações impostas pela administração pública, sendo que por outro lado, os atos construtivos ou ampliadores ampliam o exercício de direitos. Salienta-se o especial enfoque nos atos ablativos uma vez que implicam o uso de poderes coativos para o cumprimento de uma obrigação legalmente imposta, suscetíveis de afetar interesses dos cidadãos. Nesta medida, o recurso à arma de fogo em ação policial traduz-se nas situações que em grande medida encerram um grande escrutínio social, pelo que devem obedecer aos condicionamentos legais. Ademais, CLEMENTE (2000, p. 401) afirma que a atividade operacional de polícia se encontra balizada pelo “princípio da prestação isenta de um serviço público de qualidade e não pelo princípio da autoridade cega e dura”. Ou seja, por um lado, são preceituados aspetos legitimadores da atuação policial e, por outro lado, são estabelecidos pressupostos limitadores dessa atuação.

Ainda neste domínio, urge salientar o poder discricionário atribuído às autoridades policiais aludindo à escolha dos procedimentos de atuação em casos concretos. O poder discricionário conota um grau de flexibilidade adotado pelos agentes na resolução de

situações específicas, quando a aplicação da lei causaria constrangimentos para os agentes e para os cidadãos (GOLDSTEIN, 2003, p. 128). Contudo, na realidade, o poder discricionário abre espaços para a existência de violações legais, tendo repercussões negativas para a atividade de polícia e para o cidadão. Logo, GOLDSTEIN (2003, p. 129) afirma que “pode-se explorar tanto a viabilidade quanto a legalidade do poder discricionário policial e pode-se formular métodos específicos para melhor estruturar o poder discricionário que é praticado. Neste sentido, ressaltamos a importância que deve ser atribuída ao treino policial, bem como da necessidade de padronização da atuação policial na PNCV. A harmonização das atuações servirá de suporte não só para a resolução eficiente de ocorrências, como também para impor padrões e limites éticos aos agentes policiais. No que diz respeito às ocorrências criminais, aos agentes cabe o emprego de determinadas técnicas de prevenção e repressão criminal, tendo em conta as exigências externas. Relativamente aos padrões éticos de atuação, ELIAS (2011, p. 145) atesta que as funções de desempenho da atividade policial exigem o cumprimento de padrões ético-profissionais, contribuindo para um exercício credível e eficiente do serviço policial, pautando por uma maior uniformização das atuações das Forças de Segurança.

A padronização da atuação policial consiste na adoção de técnicas e métodos no sentido de harmonizar os procedimentos policiais procurando reduzir as incertezas na tomada de decisões, aumentando a eficácia e eficiência das operações materiais de polícia. Portanto, a padronização da atividade policial pode ser vista como um fator de redução de incertezas, tendo em vista o melhoramento da prática operacional. Do ponto de vista organizacional, o estabelecimento de regras e técnicas pré-estabelecidas permitirá haver uma maior coordenação das atuações dos agentes policiais de modo a contribuir para a diminuição de incertezas. Esta estratégia adotada pela organização policial contribui de forma objetiva para o aumento dos níveis de eficácia, controlo e coordenação de meios para fazer face aos fenómenos criminógenos.

A crescente “diversidade social e cultural do mundo globalizado reflete-se nos padrões de atuação policial, daí a emergência dum policiamento centrado nas comunidades locais, assentes em práticas inovadoras”, assente na implementação de novas formas de intervenção (ELIAS, 2011, p. 275). Na PNCV, a necessidade de padronização dos procedimentos policiais é uma realidade e afigura-se numa opinião transversal a todos os nossos entrevistados. Aliás, ZEGO (2021)¹⁰⁴ afirma que a padronização policial permite harmonizar os procedimentos, evitando deste modo, que cada elemento policial aplique as técnicas, conforme o seu nível de conhecimento e entendimento na matéria.

¹⁰⁴ Cfr. APÊNDICE V.

Ademais, como foi possível aferir, as normas sobre o uso dos meios coercivos são muito gerais e abstratas, abrindo espaço para a existência de várias lacunas. Neste âmbito, a Polícia sufraga-se do poder regulamentar procurando “facilitar a execução de certa e determinada lei” (CAETANO, 2003, p. 80). Na linha de pensamento de CAETANO (2003, pp. 80-81), tais regulamentos se revestem sob a forma de regulamentos complementares ou de execução que visam regular a atividade policial. Nesta ordem de ideias, VALENTE (2019, pp. 148-149) afirma que essas normas de execução e integração funcionam como “regulamentos internos para a prossecução material e operativa das atribuições e competências de Polícia, *i. e.*, são normas reguladoras do funcionamento interno e, por isso, não podem ser consideradas normas jurídicas *stricto sensu*”. Assim, com base na legislação cabo-verdiana sobre o uso dos meios coercivos, cabe aos líderes da organização policial criarem normas internas com o objetivo de esclarecer os aspetos que suscitem maiores dúvidas quanto aos procedimentos a adotar (ZEGO, 2014, p. 45). Neste sentido, no contexto de uma verdadeira política de gestão interna bem definida, a PNCV deve adotar métodos coerentes e eficazes no uso de meios coercivos. A padronização da atuação policial contribuirá de forma positiva e útil na salvaguarda da segurança pública e, consequentemente no aumento da confiança do cidadão no serviço prestado pela polícia.

O uso da força pelos agentes policiais deve seguir linhas orientadoras bem definidas, *e.g.*, a definição de uma escalada do uso dos meios coercivos. No nosso entendimento, a inexistência de normas que regulam e estabeleçam uma escalada do uso dos meios coercivos é uma preocupação para a PNCV. No entanto, pelo facto de se tratar de uma matéria que restringe os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, no nosso entendimento, afigura-se essencial estar aprovada pela Assembleia Nacional¹⁰⁵. Deste modo, cogitámos que a implementação de uma NEP referente ao uso dos meios coercivos auxiliaria na padronização dos procedimentos policiais e, consequentemente permitiria a adoção de uma escalada do uso dos meios coercivos. Nesta matéria, realçamos o trabalho realizado no âmbito dos “*Direitos Fundamentais e Uso de Meios Coercivos: os regimes jurídicos de Cabo Verde e Portugal*” em 2014 pelo então Aspirante a Oficial de Polícia, neste momento Comissário da PNCV, ZEGO (2014, p. 44), ao afirmar que perante a falta de uma norma interna que regule tais procedimentos, é de suma importância implementar regras que sejam perceptíveis à todo o dispositivo policial, de modo a clarificar e harmonizar os procedimentos quanto ao uso dos meios coercivos.

Neste sentido, e aproveitando os modelos de intervenção adotados na PSP, seria essencial adotar tais modelos na PNCV, mas adaptados à realidade cabo-verdiana. Para além disso, salientamos a unanimidade das respostas dos nossos entrevistados, quando

¹⁰⁵ Cfr. n.º 4 e 5 do art.º 17 conj. com alínea k) do art.º 176 e alínea a), n.º 1 art.º 177 da Constituição da República de Cabo Verde.

confrontados com a ideia de adotar o modelo de padronização das atuações policiais adotado pela PSP, através da adoção de Normas de Execução Permanente (NEP). Portanto, na opinião de (ALVES, 2021)¹⁰⁶, as NEP contribuem para a imposição, desenvolvimento e conservação da disciplina e a conduta individual, coletiva e organizacional, dado que previnem situacionalmente a prática de desculpas por atos errados ou também por omissões. Por conseguinte, são muito importantes para a solidificação do comportamento e do desenvolvimento organizacionais. Assim, o emprego desse modelo permitiria, por um lado, balizar e melhorar a atuação dos agentes policiais e, por outro lado, proteger os cidadãos de quaisquer arbitrariedades. Portanto, a melhor forma de evitar arbitrariedades por parte dos agentes, consiste na adoção de linhas harmonizadas bem definidas do uso da força.

Ademais, no que a padronização de procedimentos policiais diz respeito, evidenciamos o facto de ser estabelecida a criação e implementação de normas de execução permanente de forma centralizada, evitando assim uma certa discricionariedade das atuações policiais desfasadas de ilha para ilha.

¹⁰⁶ Cfr. APÊNDICE III.

ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

A aplicação das entrevistas foi materializada no sentido de compreender a opinião dos oficiais e formadores de tiro da PNCV, relativamente a matéria de recurso à arma de fogo. Assim, definimos a elaboração das entrevistas seguindo uma linha semiestruturada e com um duplo objetivo: primeiramente, procuramos conhecer as principais implicações da dimensão das atuações policiais em Cabo Verde, particularmente das intervenções com recurso à arma de fogo; e num segundo sentido, preconizamos esclarecer as necessidades da PNCV no âmbito da formação. Para alcançar este intento, a análise de conteúdo das entrevistas resultou da definição de uma categorização e com as respetivas subcategorias.

O *corpus* compreende o número total de seis entrevistas realizadas. A seleção dos participantes engloba cinco Oficiais e 2 formadores de tiro da PNCV.

Iniciando a análise da questão 1: *Tendo em conta o panorama securitário cabo-verdiano, como caracteriza as intervenções técnico-policiais e que implicações/dificuldades incidem sobre as mesmas?* 67% dos entrevistados afirma que as principais implicações/dificuldades das atuações se prendem com a carência de recursos materiais, enquanto 50% indica que o processo formativo é uma componente condicionante das atuações. Para além disso, 33% salientaram a necessidade de existências bases legais concretas sobre a matéria de recurso à arma de fogo.

Relativamente à questão 2: *No quadro legislativo cabo-verdiano existe o Decreto-Regulamentar nº 5-E/98 de 16 de novembro que regula o uso de armas de fogo pelos funcionários e agentes das forças e serviços de segurança. Na sua opinião, a existência deste diploma encerra a problemática com que se depara a realidade policial? Porquê?* Existe unanimidade nas respostas (100%) ao considerarem que o referido diploma se afigura insuficiente para regular o recurso à arma de fogo, sendo que carece de atualização.

Perante a questão 3: *Os agentes encontram-se devidamente instruídos sobre as situações que implicam o recurso à arma de fogo? Com que frequência treinam a sua aplicação em caso de intervenção?* A maioria (83%) aponta que os agentes não estão devidamente sobre o recurso à arma de fogo, pois a necessidade de haver um plano de treino contínuo. No entanto, não foi possível aferir com que frequência os agentes treinam o recurso à arma de fogo, pelo que raras as vezes são englobados em formações esporádicas. Um dado

curioso foi o facto de os formadores de tiro afirmarem que os agentes se encontram devidamente instruídos (17%).

No que concerne à questão 4: *Existe alguma norma que prevê uma escalada do uso dos meios coercivos na PNCV? Se não, é fundamental a existência de tal norma?* É unânime (100%) que não existe uma norma que prevê uma escalada do uso dos meios coercivos na PNCV, pelo que defendem que a existência de tal norma é fundamental, porque é uma forma de harmonizar e padronizar os procedimentos nas atuações policiais.

Relativamente à questão 5: *Na Polícia de Segurança Pública de Portugal são adotadas Normas de Execução Permanente (NEP) que se destinam a padronizar as atuações policiais no plano operacional. Considera viável a adoção (ao nível nacional) do mesmo modelo na PNCV? Porquê?* Na mesma linha de raciocínio com a questão anterior, todos os entrevistados (100%) consideram viável a adoção de normas de execução permanente que regulam o uso dos meios coercivos, principalmente o recurso à arma de fogo, contudo adaptada à realidade cabo-verdiana. Evidenciam a necessidade de harmonizar as atuações criando uma cultura tática padronizada e coerente.

Finalmente, na análise da questão 6: *Quais as perspetivas futuras para a PNCV relativamente à atuação com recurso à arma de fogo? Relativamente às perspetivas futuras das atuações com recurso à arma de fogo, os entrevistados preveem melhorias em três níveis?* Num primeiro nível, 83% salientam a necessidade de se apostar na formação técnico-policial de forma contínua; num segundo nível, 33% evidenciam as melhorias dos recursos materiais disponíveis aos agentes; num terceiro nível, 33% apontam para a necessidade adotar novos modelos de atuações, nomeadamente na importação de modelos de diferentes formatos de polícias.

Em suma, com a análise das entrevistas realizadas constatámos que a disponibilização de recursos materiais, os défices catalogados na componente formativa e a necessidade de atualização e criação de normas que regulam as atuações policiais consubstanciam as principais implicações da vertente operacional da PNCV.

CONCLUSÃO

A PNCV, enquanto instituição estatal procura aumentar a sua capacidade perante a indispensabilidade de adaptação numa sociedade extremamente modernizada. Nesta senda, enfatizamos a evolução que se materializou na Polícia de Cabo Verde desde a sua institucionalização ocorrida em 1872. Desde então, foram desencadeadas um conjunto de processos reformativos desta Polícia no sentido de aumentar os índices de eficiência e eficácia do seu campo de atuação. Na ótica de LOURENÇO (2015, p. 432), “a complexidade da sociedade global e a alteração do quadro de ameaças estão na origem da redefinição da missão atribuída às polícias e consequentemente à assunção de um quadro concetual mais alargado e mais denso do que limites estritos da noção de ordem pública”. Assim, de acordo com RODRIGUES (2016, p. 37), este espectro de atuação e intervenção veio contribuir para abandonar o cariz de polícia tradicional da PNCV. Conforme aponta o autor, muito recentemente, à velha conceção meramente repressiva foi incorporado a ideia de Polícia preventiva, assumindo o referencial proativo o protagonismo nas funções de Polícia. Nesta ordem de ideias, ELIAS (2018, p. 159) afirma que “a evolução do conceito de Polícia, passou de exercício da violência legítima, para a prestação de serviços, levando ao surgimento do policiamento de proximidade”. Assim, podemos afirmar que o modelo de intervenção adotado pela PNCV assume um carácter essencialmente preventivo, desde logo pelas atribuições de prevenção criminal estabelecidas na constituição, na lei de segurança interna e prevenção criminal, na lei de política criminal, entre outros diplomas.

Ademais, no âmbito reformativo salientamos a principal reforma ocorrida em 2005, firmando a criação de uma Polícia Nacional, coordenando todas as forças policiais: a Polícia de Ordem Pública, a Polícia Marítima, a Guarda Fiscal, a Polícia Fronteira e a Polícia Florestal. Esta reforma permitiu que a PNCV assumisse a natureza de Polícia integral, podendo atuar em várias valências da segurança interna: manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas, prevenção e investigação criminal, controlo de portos e aeroportos, serviço de estrangeiros e fronteiras.

Outro marco relevante na PNCV relaciona-se com a efetivação do modelo de policiamento de proximidade na PNCV implementado no ano 2003, procurando estabelecer laços de proximidade entre a comunidade e a Polícia. Este modelo permite alcançar “maior credibilidade por parte da Polícia junto da sociedade, passando a conquistar a popularidade na sua ação, encerrando na sua atividade um vasto leque de funcionalidades com a finalidade de diminuir a criminalidade e potenciar o sentimento de segurança junto dos cidadãos” (SARMENTO e CORREIA, 2020, p. 383).

Centrando-nos no âmbito da prevenção e repressão criminal, a PNCV encontra-se legitimada no plano preventivo para garantir os direitos, liberdades e garantias dos

cidadãos, pelo que no plano repressivo tem a legitimidade de recurso aos meios coercivos para impedir a violação desses direitos. O culminar desse exercício de coerção consubstancia-se no recurso à arma de fogo. Em termos amplos, o recurso à arma de fogo tem vindo a assumir cada vez mais preponderância no âmbito das intervenções policiais, pelo que se apresentam como sendo situações complexas e violentas. Foi neste sentido que procuramos desenvolver este trabalho, onde preconizamos descrever e compreender como é que se processa o recurso à arma de fogo na PNCV.

Como primeiro objetivo da investigação tínhamos a análise das atuações policiais. O principal foco passou por tentar compreender quais as principais implicações e dificuldades verificadas pela generalidade das atuações. Neste sentido, foi possível identificar três aspetos elementares que condicionam a atuação dos agentes policiais: em primeiro lugar, a disponibilização de recursos materiais pela PNCV, sendo que se encontram disponíveis aos agentes as algemas, o bastão e a arma de fogo. Neste âmbito, afigurar-se-ia fundamental empregar esforços com o objetivo de aumentar o leque de meios materiais disponíveis aos agentes, *e.g.*, gases neutralizantes (gases CS ou OC) e armas ou dispositivos elétricos imobilizantes ou atordoantes (*tazer*), este último servindo como meio alternativo e menos letal comparativamente ao uso da arma de fogo. Em segundo lugar, outro aspeto relevante diz respeito à necessidade de estabelecer parâmetros legais de atuação mais concretos e consistentes. Neste caso, consubstancia-se viável a implementação de NEP's que padronizam as atuações dos agentes no plano operacional e que define uma escalada dos meios coercivos. Neste âmbito, a Polícia sufraga-se do poder regulamentar procurando adotar regulamentos que se revestem sob a forma de regulamentos complementares ou de execução. Contudo, evidenciamos o facto de as normas do uso dos meios coercivos estarem aprovadas por lei da Assembleia Nacional, na medida em que o uso desses meios é suscetível de afetar bens jurídicos fundamentais. O terceiro aspeto identificado prende-se com as necessidades inerentes à formação policial inicial e contínua.

Como segundo objetivo da investigação, estabelecemos a descrição e interpretação do enquadramento legal sobre o recurso à arma de fogo. O primeiro aspeto a ser evidenciado é o facto da importância que deverá ser atribuída ao Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98 de 16 de novembro, na medida em que deverá ser ministrado de forma afincada durante o curso de formação de agentes no CNF da PNCV, o que permitirá aos polícias maior segurança jurídica na sua atuação. Seguidamente no que à análise do diploma diz respeito, constata-se o facto das situações previstas não se afigurarem sistematizadas de forma lógica. Estabelecendo uma análise comparativa entre o regime jurídico cabo-verdiano (Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98, de 16 de novembro) e o regime jurídico português (Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro) depreende-se que as

situações descritas no n.º 2 do art.º 3 do Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98 dizem respeito ao recurso à arma de fogo contra pessoas, apesar de o legislador não o enunciar expressamente. Não obstante ao exposto, nota-se que o legislador fez menção clara do recurso à arma de fogo contra coisas, disposto no n.º 3 do mesmo artigo. Deste modo, dá entender que o recurso à arma de fogo contra pessoas antecede às disposições do recurso à arma de fogo contra animais ou como meio de alarme. Nesta medida e numa lógica de valoração dos bens jurídicos em causa, o legislador deveria estabelecer critérios que separassem as duas categorias de recurso à arma de fogo, e.g., princípio da precedência de uso de arma de fogo contra coisas e o princípio da subsidiariedade de uso de arma de fogo contra pessoas. Ainda, realçamos a inexistência de previsão legal da advertência, o que deve ser efetuado antes do recurso à arma de fogo pelos agentes das Forças e Serviços de Segurança. Este preceito permitiria, quando possível, dissuadir o agressor de prosseguir com o ato contínuo do cometimento do crime. Assim, podemos afirmar que o regulamento do uso de armas pelos funcionários e agentes das Forças e Serviços de Segurança carece de uma revisão e atualização. Contudo, importa frisar que os aspetos essenciais relativos ao regime jurídico das armas e munições, vieram reforçar as medidas de segurança proativas da polícia e das normas de condutas relativas ao uso, posse e deteção de armas de fogo.

O terceiro objetivo da investigação passava por perceber como se processa a formação policial, principalmente as formações de tiro. No que respeita às atuações policiais, as consequências que conseguimos identificar, derivam do modelo de formação, sendo o aspeto mais preocupante referente à necessidade de revisão dos programas de formação inicial e contínua. A componente formativa na PNCV carece de atualizações pelo facto de se encontrar desajustado ao panorama securitário cabo-verdiano. Foi uma das principais condicionantes apontadas pela maioria dos entrevistados, dado a complexidade das intervenções técnico-policiais. No que toca à formação de tiro, a criação e implementação de um plano de formação de tiro afiguram-se essenciais, na medida em que, para além da necessidade da formação inicial ser reestruturada em termos teóricos e práticos, deve haver um plano de treino contínuo. Impõe-se estruturar a formação que é ministrada pela PNCV de forma a colmatar as necessidades teóricas, técnicas e operacionais, apostando neste aspeto enquanto fator determinante no desempenho dos agentes policiais. O quadro da cooperação técnico-policia se reveste como uma área de grande interesse para a PNCV, pelo que se tem apostado na formação de quadros com a PSP e a GNR.

Por fim, cumpre-nos responder ao problema de investigação: “de que forma se processa o recurso à arma de fogo na Polícia Nacional de Cabo Verde”? A resposta a esta pergunta materializa-se através do Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98 de 16 de novembro,

referente ao regulamento do uso de armas pelos funcionários e agentes das Forças e Serviços de Segurança, bem como do regime jurídico das armas e munições, pelo que são duas das principais bases legais para a atividade policial sobre o uso, recurso e controlo das armas. Entretanto, cabe-nos afirmar que a existência do regime jurídico das armas e munições, bem como do decreto-regulamentar não encerram a problemática com que se depara a realidade policial cabo-verdiana, pelo que se deve promover a adoção de normas internas de integração e execução, auxiliando os agentes nas atuações no plano operacional. Seria fundamental aproveitar os modelos de intervenção adotados na PSP, adotando-os na PNCV, mas adaptados à realidade cabo-verdiana. A adoção de uma NEP sobre o uso dos meios coercivos seria umas das possibilidades para melhorar os índices de eficiência e eficácia das atuações dos agentes na vertente operacional. Acresce realçar a adoção de estratégias inovadoras, nomeadamente a padronização de procedimentos policiais na PNCV, permitindo a resolução eficiente de ocorrências e, ao mesmo tempo, impondo limites e padrões éticos de atuação. A implementação e aplicação de normas de execução permanente permitiriam colmatar possíveis lacunas na atividade operacional.

Em síntese, os desafios deverão ser trilhados no sentido de serem reformuladas as formas de atuação da PNCV e conferir maior importância à formação inicial e contínua: a adoção de meios coercivos de baixa potencialidade letal; a padronização de procedimentos policiais, nomeadamente na adoção de NEP; a reformulação dos programas de formação, bem como a implementação de um plano de formação de tiro.

Esta investigação poderia ter contemplado uma exploração mais aprofundada da organização policial, principalmente procurando aplicar métodos de estudo empíricos por forma a obter experiências dos agentes policiais no terreno. Porém, o acesso limitado ao mail institucional da PNCV pelo pessoal policial revelaram-se fatores condicionantes para a realização de uma análise mais pormenorizada das implicações dos agentes nas intervenções policiais. As limitações do presente estudo prendem-se, em grande medida, com o seu carácter exploratório e com o número limitado de personalidades entrevistadas neste estudo. Neste estudo procuramos de início materializar pelo menos dez entrevistas, no entanto, obtivemos a resposta de apenas seis entrevistas, pelo que impossibilitou a auscultação de uma abrangência mais alargada dos oficiais da PNCV. Para além destas limitações, salientamos ainda a impossibilidade de efetuar uma análise comparativa entre o regime jurídico cabo-verdiano e os regimes jurídicos dos PALOP, devido à inexistência de legislação especial que regula o recurso à arma de fogo pelas FSS.

Tendo em conta o carácter exploratório deste estudo, cogitámos que possa servir de base para investigações futuras. Recomendamos que no futuro seja desenvolvido um estudo procurando analisar a perceção, bem como a satisfação dos agentes relativamente ao programa de formação de tiro na eficácia do serviço policial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Enciclopédias

GUEDES, A. (2015). Segurança Interna. In J., GOUVEIA e S., SANTOS. (coord.) *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina, pp. 425-431.

LOURENÇO, N. (2015). Segurança Interna. In J., GOUVEIA e S., SANTOS. (coord.) *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina, pp. 431-444.

MCDONALD, P. (2005) Accountability. In L., SULLIVAN e M., ROSEN. (1.^a ed.). *Encyclopedia of Law Enforcement*. California: Sage Publications, pp. 1-4.

RAPOSO, J. (2015). Polícia. In J. GOUVEIA, e SANTOS, S. (coord.) *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina, pp. 307-309.

II. Obras Gerais e Específicas

ANDRADE, J. (2017). *Lições de Direito Administrativo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ALMEIDA, J. (2005). *Discurso de Abertura*. In Conferência Internacional: Direitos Humanos e Comportamento Policial. Lisboa: IGAI.

BARDIN, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.

BAYLEY, D. (2006). *Changing the Guard: Developing Democratic Policie Abroad*. New York: Oxford University Press.

BECCARIA, C. (1766). *Dos Delitos e Das Penas*. 3.^a Edição (Tradução de J. Costa). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BERNARDINO, L., e AZEVEDO, F. (2015). A Nova Identidade da CPLP no Domínio da Defesa: impactos para a centralidade geoestratégica de Portugal. In J., PAMA. *Política Internacional e Segurança* n.º 12. (pp. 101-125). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

BIRZER, M. (1999). *Police Training in the 21st Century*. FBI Law Enforcement Bulletin, 68 (7), 16-19.

- CAETANO, M. (2003). *Princípios Fundamentais do Direito Administrativo*. Coimbra: 2.^a Reimpressão Portuguesa. Almedina.
- CAMPENHOUDT, L., MARQUET, J. e QUIVY, R. (2017). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- CANOTILHO, J. e MOREIRA, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. (4.^a Edição). Coimbra: Coimbra Editora.
- CANOTILHO, J. e MOREIRA, V. (2014). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. (4.^a Edição revista reimpressão). Coimbra: Coimbra Editora.
- CARMO, H. e FERREIRA, M. (2008). *Metodologia da Investigação: guia para auto-aprendizagem*. (2.^a Edição). Lisboa: Universidade Aberta.
- CARVALHO, A. (2016). *Direito Penal, Parte Geral - Questões Fundamentais, Teoria Geral do Crime*. (3.^a ed.). Porto: Universidade Católica Editora.
- CLEMENTE, P. (2010). *Polícia e Segurança - Breves Notas*. In Lusíada Política Internacional e Segurança, n.º 4, Lisboa, pp. 139-169.
- CLEMENTE, P. (2016). *Ética Policial - da Eticidade da Coação Policial*. Lisboa: ISCPSI.
- CORREIA, E. P. e DUQUE, R. (2012). *O Poder Político e a Emergência das Políticas Públicas de Segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- DUHAMEL, F. e FORTIN, M. (1996). Os Estudos de Tipo Descritivo. In M., FORTIN. *O Processo de Investigação: da conceção à realização*. Lisboa: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, pp. 161-171.
- ELIAS, L. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna: Desafios e Prospetiva*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- ELIAS, L. (2019). Conjuntura Internacional: A dimensão externa da segurança interna. In JANUS 2018-19 *Anuário de Relações Exteriores*, pp. 78-79.
- ÉVORA, R. (2004). *A Abertura Política e a Transição para a Democracia*. Praia: Spleen Edições.
- FARIA, M. (2001). *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*. Lisboa: ISCPSI.

FERNANDES, J. (2014). *Os Desafios da Segurança Contemporânea: Estado, Identidade e Multiculturalismo*. Lisboa: Pedro Ferreira - Artes gráficas, Lda..

FERNANDEZ, L. (2003). *O uso de armas de fogo pelos agentes policiais: alguns aspetos*. Seminário Internacional, Lisboa: IGAI, pp. 73-95.

FERREIRA, F., e MOREIRA, J. (2014). *A Formação em eLearning e bLearning na Polícia de Segurança Pública em Portugal: Retrato, Percurso e Perspetivas*. Santo Tirso: WHITEBOOKS.

FERREIRA, M. (2005). Princípios Fundamentais porque se deve pautar a Ação Policial num Estado de Direito Democrático. In G., SILVA e M., VALENTE. *Volume Comemorativo dos 20 anos*. Coimbra: Edições Almedina, pp. 147-172.

FLICK, U. (2009). *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. (3ª Edição). São Paulo: ARTMED.

FONTES, J. (2020). *Curso sobre o Código do Procedimento Administrativo*. (8ª Edição ed.). Coimbra: Edições Almedina, SA.

FORTIN, M. e VISSANDJÉE, B. (1996). A Revisão de Literatura. In M., FORTIN. *O Processo de Investigação: da conceção à realização*. Lisboa: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, pp. 73-87.

GERHARDT, T. et al. (2009). Estrutura do Projeto de Pesquisa. In T., GERHARDT e D., SILVEIRA. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 65-88.

HUNTINGTON, S. P. (1993). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. (Vol. 4). University of Oklahoma Press: Norman: University of Oklahoma Press.

IVKOVIC, S. (2011). Legitimacy and Lawful Policing. In M., Tonry. *The Oxford Handbook of Crime and Criminal Justice*, Oxford: Oxford University Press, pp. 577-624.

LINZ, J., e STEPAN, A. (1996). *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post- Communist Europe*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.

MAXIMIANO, A. (2000). *Os Parâmetros Jurídicos do Uso da Força*. Cadernos de Cidadania, edição da Câmara Municipal de Lisboa - Cultura, Biblioteca Museu República e Resistência.

MELO, A. (2005). Polícia, Segurança Interna e Direitos do Homem: Como assegurar um controlo democrático justo e eficaz? *In Conferência Internacional: Direitos Humanos e Comportamento Policial*. Lisboa: IGAI.

MIRANDA, J. (2018). *Direitos Fundamentais*. Coimbra: Almedina.

MONTEIRO, F. (2012). O uso de armas de fogo pelas autoridades policiais e a legítima defesa: considerações crítico-reflexivas. *In M. SOUSA, et al. (coord.) Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 709-728.

NOGUEIRA, M. (2003). *O uso de armas de fogo pelos agentes policiais: alguns aspetos*. Seminário Internacional. Lisboa: IGAI, pp. 97-112.

NOURSE, V. (2014). Self-Defense. *In M., BUBBER e T., HORNLE. The Oxford Handbook of Criminal Law*. United Kingdom: Oxford University Press, pp. 607-653.

PALMA, M. F. (2019). *Direito Penal - Parte Geral - A Teoria Geral da Infração como Teoria da Decisão Penal*. Lisboa: AAFDL.

PEREIRA, M., e NEVES, J. (2005). *Estratégia e Gestão Policial em Portugal*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.

POLÍCIA NACIONAL, (2014). *Polícia Cabo-verdiana 143 anos ao serviço de Cabo Verde*. Revista da Polícia Nacional, (1ª ed.). Praia: EME - Marketing e Eventos, Lda, pp. 1-80.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (2ª Edição). Lisboa: Gradiva Publicações, S. A.

RAPOSO, J. (2006). *Direito Policial I*. Coimbra: Almedina.

REINIER, R. (2004). *A Política da Polícia*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, E. (2009). *As lesões contra a vida e contra a integridade física dos cidadãos como consequência do emprego de meios coercivos pela PSP*. Coimbra: Almedina.

RODRIGUES, J., CAMARA, P. e GUERRA, P. (2003). *Humanator: Recursos Humanos e Sucesso Empresarial*. Lisboa: Dom Quixote.

SANTOS, L. et al. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. *In L., SANTOS e J., LIMA. (coord.)*. Lisboa: Instituto Universitário Militar, Centro de Investigação e Desenvolvimento.

SARMENTO, C. e CORREIA, E. P. (2020). Dimensões Institucionais da Polícia de Segurança Pública: Da Segurança do estado ao Estado de Emergência. In M., ROLLO, P., GOMES e A., CUETO. (coord.). *Polícia(s) e Segurança Pública: História e Perspetivas Contemporâneas*, organização do MUP, Polícia de Segurança Pública, Lisboa, pp. 377-393.

SARMENTO, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

SILVEIRA, D. e CÓRDOVA, F. (2009). A Pesquisa Científica. In T., GERHARDT e D., SILVEIRA. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 31-42.

SOUSA, A. (2016). *Manual de Direito Policial: Direito da Ordem e Segurança Públicas*. Porto: Vida Económica.

TAVARES, A. (2010). *A Importância da Política Externa no Processo do Desenvolvimento: O Caso Paradigmático de Cabo Verde*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

VALENTE, M. (2000). A Segurança como tarefa fundamental do Estado de Direito Democrático. In *Revista Pública Portuguesa*. ano LXIII, II série, n.º 125, set/out, pp. 27-29.

VALENTE, M. (2013). *Segurança - um tópico jurídico em reconstrução*. Lisboa: Âncora Editora.

VALENTE, M. (2019). *Teoria Geral do Direito Policial*. (6ª ed.). Coimbra: Almedina.

VILELAS, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

VELOSO, R., e FONSECA, C. (2017). O Controle Social no século XXI: perspetivas e limites in TEIXEIRA, M., GUIMARÃES, C. e SANTIAGO, F. *Estado, Direitos Humanos e Segurança Pública*. São Luís: Edufma.

WALKER, S. (2005). *The New World of Policie Accountability*. Sage Publications: California.

WATERS, M. (1999). *Globalização*, Lisboa: Celta Editora.

III. Teses e Dissertações

ALVES, M. (2014). *Delinquência Juvenil e Criminalidade na Cidade da Praia: uma pesquisa em torno do fenómeno "thug" e violência urbana*. (Dissertação de Mestrado em Segurança Pública). Praia: UNICV.

ÁVILA, T. (2014). *Controle Exerno da Atividade Policial pelo Ministério Público*. (Tese de Doutoramento). Lisboa: Universidade de Lisboa.

BARBOSA, J. (2012). *Estado e Polícia: A Institucionalização da Segurança Pública em Cabo Verde - (1870 – 2000)*. (Dissertação de Mestrado em Segurança Pública). Praia: UNICV.

CARVALHO, C. (2016). *O Impacto da Idade, da Atividade Física e da Aptidão Física no Desempenho do Tiro*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais). Lisboa: ISCPSI.

CASTRO, C. (1999). *A Questão das Polícias Municipais*. (Dissertação de Mestrado em Direito). Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

CLEMENTE, P. (2000). *A Polícia em Portugal: da dimensão política contemporânea da Seguridade Pública*. (Tese de Doutoramento em Ciências Sociais). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

ELIAS, L. (2011). *Segurança na Contemporaneidade - Internacionalização e Comunitarização*. (Tese de Doutoramento em Ciência Política – Políticas Públicas). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

FURTADO, E. (2020). *A Polícia Nacional de Cabo Verde e a Segurança Aeroportuária: o panorama securitário no âmbito da aviação civil*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais). Lisboa: ISCPSI.

PEREIRA, D. (2019). *Proximidade e a Polícia Nacional de Cabo Verde: desafios e trajetórias*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais). Lisboa: ISCPSI.

PINA, N. (2012). *O processo de recrutamento, de seleção e de formação na Polícia Nacional de Cabo Verde*. (Dissertação de mestrado em Ciências Policiais). Lisboa: ISCPSI.

RODRIGUES, N. (2016). *Polícia Nacional de Cabo Verde: Análise Histórica e de Competências*. (Dissertação de mestrado em Ciências Policiais). Lisboa: ISCPSI.

SEMEDO, A. (2019). *Segurança e Turismo: A Polícia Nacional e a Promoção da Segurança em Cabo Verde*. (Dissertação de mestrado em Ciências Policiais). Lisboa: ISCPSI.

SILVA, C. (2014). *A participação das Forças Armadas na segurança pública em Cabo Verde: que colaboração*. (Dissertação de mestrado em Ciências Policiais). Lisboa: ISCPSI.

TAVARES, A. (2016). *Cabo Verde na Encruzilhada (Trans) Atlântica Posicionamento Geopolítico e a Necessidade de uma Política Externa de Segurança e Defesa*. (Tese de Doutoramento em Relações Internacionais). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Univerddidade Nova de Lisboa.

VEIGA, H. (2014). *Mecanismo de Controlo Interno: Perfil dos Policiais Infratores da Polícia Nacional de Cabo Verde*. (Dissertação de Mestrado em Segurança Pública). Praia: UNICV.

IV. Legislação

CARTA AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS (1981). Conferência Ministerial da Organização da Unidade Africana (OUA) em Banjul, Gâmbia, em janeiro de 1981, e adotada pela XVIII Assembleia dos Chefes de Estado e Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) em Nairobi, Quênia, em 27 de julho de 1981.

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 2/2005, de 7 de fevereiro: Aprova o Código de Processo Penal, alterado pelo DECRETO-LEGISLATIVO N.º 122/IX/2021, de 5 de abril, publicado no Boletim Oficial n.º 35, I Série.

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 4/2003, de 18 de novembro: Aprova o Código Penal, alterado pela LEI N.º 117/IX/2021, de 11 de fevereiro, publicado no Boletim Oficial n.º 15, I Série.

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 6/2005, de 14 de novembro: Aprova a Criação da Polícia Nacional, publicado no Boletim Oficial n.º 46, I Série.

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 8/2010, de 28 setembro: Aprova o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia Nacional, alterado pelo DECRETO-LEI N.º 3/2016, de 16 de janeiro, publicado no Boletim Oficial n.º 3, I Série.

DECRETO-LEI N.º 39/2007, de 12 de novembro: Aprova a Lei Orgânica da Polícia Nacional, publicado no Boletim Oficial n.º 41, I Série, alterado pelo DECRETO-LEI N.º 40/2021 de 23 de abril.

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 5/2007, de 16 de outubro: Aprova o Código do Trabalho, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 5/2010, de 16 de junho, publicado no Boletim Oficial n.º 22, I Série.

DECRETO-LEI n.º 40/2016, de 29 de julho: Aprova a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério da Administração Interna, publicado no Boletim Oficial n.º 44, I Série.

DECRETO-LEI N.º 457/99, de 5 de novembro: Aprova o Recurso à Arma de Fogo em Ação Policial em Portugal.

DECRETO N.º 185/90, de 29 de dezembro: Institui o dia 15 de novembro como o dia da Polícia de Ordem Pública.

DECRETO-REGULAMENTAR n.º 5-E/98, de 16 de novembro: Aprova o Regulamento do Uso de Armas pelos Funcionários e Agentes das Forças e Serviços de Segurança.

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO (2017). Grande Opções do Planos Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para horizonte 2030, Praia.

GOVERNO DE CABO VERDE (2017). Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017 – 2021.

LEI CONSTITUCIONAL N.º 1/IV/92, de 25 de setembro, publicado no Boletim Oficial, n.º 12, I série.

LEI CONSTITUCIONAL N.º 1/VII/2010: Aprova a Constituição da República de Cabo Verde.

LEI N.º 3/80, de 13 de outubro, que aprova a Constituição Política da República de Cabo Verde, revista através da Lei de Revisão Constitucional n.º 1/IV/95, 1/V/99 e 1/VII/2010.

LEI N.º 16/VII/2007, de 10 de setembro que aprova a Lei da Segurança Interna e prevenção da criminalidade, publicado no Boletim Oficial n.º 34, I Série.

LEI N.º 27/VIII/2013, de 21 de janeiro: Aprova as medidas preventivas e repressivas contra o terrorismo e seu financiamento, publicado no Boletim Oficial n.º 4, I Série.

LEI N.º 29/VI/2003, de 24 de agosto: Aprova o Estatuto do Provedor de Justiça, publicado no Boletim Oficial n.º 24, I Série.

LEI N.º 30/VII/2008, de 21 de julho: Aprova a Lei de Investigação Criminal, publicado no Boletim Oficial n.º 27 I Série.

LEI N.º 31/VIII/2013, de 22 de maio: Aprova o regime jurídico relativo às armas e suas munições e institui o Sistema Integrado de Gestão da Informação de Armas, Munições e Proprietários (SIGIAMP), publicado no Boletim Oficial n.º 27, I Série.

LEI N.º 78/VII/2010, de 30 de agosto: Aprova a Lei de Política Criminal, publicado no Boletim Oficial n.º 33, I Série.

PORTARIA N.º 19/1897, de 21 de fevereiro: Regulamento para o Corpo de Polícia Civil da Província de Cabo Verde.

PORTARIA N.º 102/1879, de 7 de abril: modificou o “Corpo de Polícia da Praia” para “Companhias de Polícia de Cabo Verde.

PORTARIA N.º 194/1870, de 26 de julho: Criação e implementação de um Corpo de Polícia na cidade da Praia, Ilha de Santiago.

PORTARIA N.º 433/1872, de 24 de dezembro: Institucionalização da Polícia de Cabo Verde.

RESOLUÇÃO N.º 33/2008, de 29 de setembro: Criação da Comissão Nacional de Controlo de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (COMNAC).

RESOLUÇÃO 34/169 de 17 de dezembro de 1979: Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.

RESOLUÇÃO 217 A (III), de 10 de dezembro de 1948: Declaração Universal dos Direitos Humanos dota sob a forma de resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas.

RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS N.º 67/2014: Aprova Plano Estratégico do MAI (PEMAI) e o Plano Estratégico de Segurança Interna (PESI), publicado no Boletim Oficial n.º 51, I Série.

RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS N.º 144/2017: Aprova Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania, publicado no Boletim Oficial n.º 74, I Série.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 196/2005: Aprova o documento de orientação estratégica da política externa de cooperação denominado «Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa».

OITAVO CONGRESSO DAS NAÇÕES UNIDAS, Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Havana, Cuba, de 27 de agosto a 7 de setembro de 1990 Princípios Básicos Sobre A Utilização Da Força e de Armas De Fogo Pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação Da Lei.

V. Imprensa

TELEVISÃO DE CABO VERDE (2021). *Ocorrências Criminais diminuem 57% em Cabo Verde nos últimos 5 anos*. Consultado a 10 de março de 2021, de <https://www.rtc.cv/tcv/video-details?id=17892>.

VI. Fontes Eletrónicas

CLEMENTE, P. (2010). *Polícia e Segurança – Breves notas*. in *Revista Lusíada – Política Internacional e Segurança*. n.º 4. Lisboa: Universidades Lusíada. Consultado a 12 de dezembro de 2020, de <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lpis/article/view/146/135>.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT (2019). *Ranking Democracy Index*. Consultado a 14 de dezembro de 2020, de https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_name=democracy_index_2020&utm_term=annual_democracy_index&utm_content=general&gclid=Cj0KCQiAst2BBhDJARIsAGo2ldUbCU4xhf4IZILvq1F68SjbyhrKGLdaYOb4voSf4o_FG7xzJNcrmDcaAqTcEALw_wcB.

FALQUETO, J. e FARIAS, J. (2016). *Saturação Teórica em Pesquisas Qualitativas: Relato de uma Experiência de Aplicação em Estudo na Área de Administração*. Brasil: Universidade de Brasília. Consultado a 28 de fevereiro de 2021, de <file:///C:/Users/DY/Downloads/1001-Texto%20Artigo-3928-1-10-20160708.pdf>.

GOVERNO DE CABO VERDE (2006). *Geografia*. Consultado a 11 de dezembro de 2020, de <https://www.governo.cv/o-arquipelago/geografia/>.

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (2021). *Relatório de Atividades*. Consultado a 12 de março de 2021, de <https://www.psp.pt/Pages/sobre-nos/documentacao/instrumentos-gestao.aspx?RootFolder=%2FDocuments%2FInstrumentos%20de%20Gest%C3%A3o%2FRelat%C3%B3rio%20de%20Atividades&FolderCTID=0x0120000FA25636A4BBCE4F912DF67BA0D4E3E6&View={69045F72-8C0E-49CD-B399-9F6480502D67}>.

SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2015). *Programas de Cooperação Técnico-Policial com Cabo Verde*. Consultado a 25 de janeiro de 2021, de <https://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Paginas/Programasdecoopera%C3%A7%C3%A3o-T%C3%A9cnico-Policial-com-Cabo-Verde-2016.aspx>.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I

**DECRETO-REGULAMENTAR N.º 5-E/98,
DE 16 DE NOVEMBRO - REGULAMENTO DO USO DE ARMAS PELOS FUNCIONÁRIOS E
AGENTES DAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA**

**Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98,
de 16 de novembro**

No exercício da sua função, os elementos policiais das forças e serviços de segurança estão munidos de armas distribuídas pelas forças ou serviços a que pertencem, prevendo a necessidade de defesa dos próprios elementos e a defesa de terceiros, a efetivação de capturas ou a sua manutenção, podendo, ainda, em situações pontuais, as armas serem utilizadas como meio de alarme ou de contenção de ímpetos agressivos.

Aliás, a utilização de armas de fogo apenas nos casos previstos na lei e o não se servir dela, por qualquer modo, para tirar proveitos pessoais, qualquer que seja a sua natureza, constituem um dos princípios que norteiam a atuação das forças de segurança, especialmente a Polícia de Ordem Pública, como resulta das alíneas i) e l) do número 1 do artigo 4º do Estatuto do Pessoal Policial da Polícia de Ordem Pública.

Naturalmente que o uso das armas por parte dos funcionários e agentes policiais tem de obedecer aos princípios da legalidade, da necessidade, da adequação e da proporcionalidade, princípios esses, aliás, expressos no número 2 do artigo 266.º da Constituição.

É, por isso, necessário que se regule o uso das armas pelos funcionários e agentes das forças e serviços de segurança.

Assim,

Nos termos do artigo 10.º da Lei Orgânica da Polícia de Ordem Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54/98, de 16 de novembro;

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 217.º da Constituição, o governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º
(Aprovação)**

É aprovado o Regulamento do Uso de Armas pelos Funcionários e Agentes das Forças e Serviços de Segurança, o qual faz parte integrante deste diploma e baixa assinado pelo Ministro da Justiça e da Administração Interna.

**Artigo 2º
(Entrada em vigor)**

O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em de de 1998.

Carlos Veiga

Simão Monteiro

Promulgado em de de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República

António Manuel Mascarenhas Gomes Monteiro

Referendado em de de 1998.

O Primeiro-Ministro

Carlos Veiga

REGULAMENTO
DO USO DE ARMAS PELOS FUNCIONÁRIOS
E
AGENTES DAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

Artigo 1.º

(Objetivo do porte de armas de fogo)

O pessoal com funções policiais das forças e serviços de segurança, adiante designado por pessoal, no exercício das suas funções, é portador de armas distribuídas pelas forças e serviços a que pertencem, as quais visam proteger os seus portadores, defender terceiros e eventualmente ser usadas na detenção ou captura de indivíduos que cometam ilícitos criminais punidos pela lei penal com pena de prisão superior a um ano.

Artigo 2.º

(Princípios orientadores de uso de armas de fogo)

O uso das armas de fogo por parte dos funcionários e agentes policiais tem de obedecer aos princípios da legalidade, da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.

Artigo 3.º
(Recurso a armas de fogo)

1. O recurso ao uso das armas de fogo pelo pessoal policial só é permitido como medida extrema de coação, nos casos previstos no número seguinte.

2. No exercício das suas funções, o pessoal com funções policiais das forças e serviços de segurança, só pode fazer uso das armas de fogo que lhe estão distribuídas nos seguintes casos:

- a) em legítima defesa própria ou alheia;
 - b) para efetuar ou manter uma detenção ou impedir a fuga de indivíduo fortemente suspeito de ter cometido crime grave, designadamente com utilização de armas de fogo, bombas, granadas ou explosivos;
 - c) para efetuar a detenção de indivíduo evadido ou que seja objeto de ordem ou mandado de captura pela prática de crime a que corresponda pena de prisão superior a um ano ou para impedir a fuga de qualquer indivíduo regularmente preso ou detido;
 - d) para libertar reféns;
 - e) para impedir um atentado grave e iminente contra instalações de utilidade pública ou social, cuja destruição provoque um prejuízo importante;
 - f) para defender o seu posto de serviço ou instalações à sua guarda;
 - d) à ordem dos seus superiores hierárquicos em situações de grave alteração da paz e segurança públicas;
3. Os funcionários e agentes policiais podem ainda, se não dispuserem de momento de outros meios, usar as armas de fogo nos seguintes casos:
- a) para abate de animais perigosos, quando não for possível a sua captura ou neutralização;
 - b) como meio de alarme, tanto no que concerne a atos criminosos como para avisar da existência de algum sinistro.

Artigo 4.º
(Obrigatoriedade de comunicação hierárquica)

Sempre que qualquer elemento policial usar alguma das armas que lhe estiverem distribuídas, deve dar conhecimento do facto, por escrito, aos seus superiores hierárquicos no mais curto espaço de tempo, os quais o comunicarão, de imediato, se necessário for, às competentes autoridades judiciais.

Artigo 5.º

(Obrigações de superiores hierárquicos com funções de comando ou de chefia)

1. Os superiores hierárquicos com funções de comando ou chefia que tomarem conhecimento de que um elemento usou a arma que lhe está distribuída, devem, de imediato, examinar ou mandar examinar a referida arma e elaborar ou mandar elaborar relatório escrito desse mesmo exame.
2. Caso tenham sido provocados ferimentos a qualquer pessoa, as armas usadas deverão ficar armazenadas em local e em condições de não poderem ser destruídos ou alterados vestígios que possam interessar à investigação.

Artigo 6.º

(Obrigação de prestar socorro)

O elemento policial que causar ferimentos a qualquer pessoa devido ao uso de armas que lhe estejam distribuídas, deve, de imediato, promover o seu socorro, garantindo, se for caso disso, a sua detenção ou manutenção da captura.

Artigo 7.º

(Processo de averiguações)

Independentemente de eventual procedimento criminal, o uso de armas de fogo por parte do pessoal dá sempre lugar à instauração de um processo de averiguações.

O Ministro da Justiça e da Administração Interna,
Simão Monteiro

ANEXO II

SERVIÇOS PRESTADOS PELA POLÍCIA NACIONAL

ANEXO II – SERVIÇOS PRESTADOS PELA POLÍCIA NACIONAL

VALÊNCIA DA POLÍCIA NACIONAL	SERVIÇO PRESTADO A COMUNIDADE/PROGRAMA DESENVOLVIDO
Esquadras de competência genérica	Policimento de visibilidade e de prevenção nos centros urbanos
	Patrulhamentos autos, apeados, ciclos e motorizados nas artérias urbanas e nos bairros
	Manutenção de ordem pública
Esquadras trânsito	Fiscalização rodoviária
	Fiscalização rodoviária de carácter dissuasora
	Escoltas e regularização de trânsito durante eventos culturais e religiosos
Polícia Marítima	Patrulhamento das zonas balneares
	Segurança nos Portos e embarcações nos ancoradouros nacionais e os que entrem e saem dos portos de Cabo Verde
	Fiscalização e patrulhamento das zonas costeiras
	Patrulha as orlas e zonas marítimas
	Proteger as espécies marinhas em extinção
	Prestação de ajuda às populações e socorro a sinistrados
Brigada de investigação criminal-BIC	Investigação criminal
Guarda Fiscal	Fiscalização e combate à fraude e evasão fiscais;
	Prevenção e combate à criminalidade em geral e ao tráfico de estupefacientes e importação ilegal de armas e explosivos, em particular.
Polícia Florestal e ambiental	Defesa do meio ambiente
	Preservação dos recursos naturais e a floresta nacional
Departamento de operações	Licenciamento de uso e porte, detenções de armas e munições.
	Licenciamento da actividade de segurança privada.
	Fiscalização de importação, armazenamento, transporte e uso de armas, munições, substâncias explosivas e equiparadas
Corpo de Intervenção (CI)	Manutenção da Ordem Pública
	Segurança as instalações sensíveis e embaixadas e representações estrangeiras
	Segurança a infraestruturas aeroportuárias
	Patrulhas de zonas sensíveis e bairros
Programas de Segurança Solidária	Turismo Seguro
	Escola Segura
	Apoios a Idosos
	Apoio a Vítimas de Violência Doméstica /VBG
	Apoio a vítimas do Crime
	Comércio Seguro
	Verão Seguro
	Apoio a Jovens em situação de Precaridade
	Bairros Problemáticos
	Policimento de Proximidade
	Formação de Formadores em Mediação de Conflitos em C.P
	Comunicação Institucional

Fonte: SILVA (2014, p. 72).

ANEXO III

**PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE TIRO
NA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE**

Quadro 3 – Formação de Tiro: Componente Teórica

Horas	Componente Teórica
2	Preceitos legais e regulamentares sobre o recurso à arma de fogo
2	Divisão e Classificação de Armas: Armas Defensivas e Ofensivas - Definições e características Alguns Conceitos de Armamento e Munições
2	Noções Gerais da Balística : Balística Interna, Externa e dos Efeitos Definição da Trajetória e seus efeitos
2	Causas de irregularidade de tiro nas armas portáteis Determinação do Olho Diretor -Técnica de pontaria-Análises e correção de erros de pontaria
2	Procedimentos de disparo - Regras de segurança de manuseamento de armas de fogo Munições - conhecimento e leitura dos alvos - e materiais protetores a serem utilizados no C.T
1	Teste escrito

Quadro 4 – Formação de Tiro: Componente Prática

Horas	Componente Prática
2	Características Técnicas da Espingarda automática AKM Exercício prático Montagem e Desmontagem das principais peças da referida espingarda
2	Características Técnicas da Pistola <i>Makarov</i> e <i>Walter</i> . Desmontagem e Montagem Exercício prático de Montagem e Desmontagem das principais peças das referidas pistolas
2	Características Técnicas da Espingarda automática AKM Exercício prático Montagem e Desmontagem das principais peças da referida espingarda
2	Características Técnicas da Pistola <i>Makarov</i> e <i>Walter</i> . Desmontagem e Montagem Exercício prático de Desmontagem e montagem das principais peças das referidas pistolas
2	Exercício de simulação e correção de tiro Preparação para o treino de tiro prático - procedimentos de segurança no campo de tiro
3	Exercício de tiro prático de Pistola <i>Walter</i> 7,65 mm Exercício de tiro prático de Pistola <i>Walter</i> 7,65 mm Exercício de tiro prático de Pistola <i>Walter</i> 7,65 mm
3	Exercício de tiro prático da Espingarda AKM Exercício de tiro prático da Espingarda AKM Exercício de tiro prático da Espingarda AKM
3	Avaliação prática

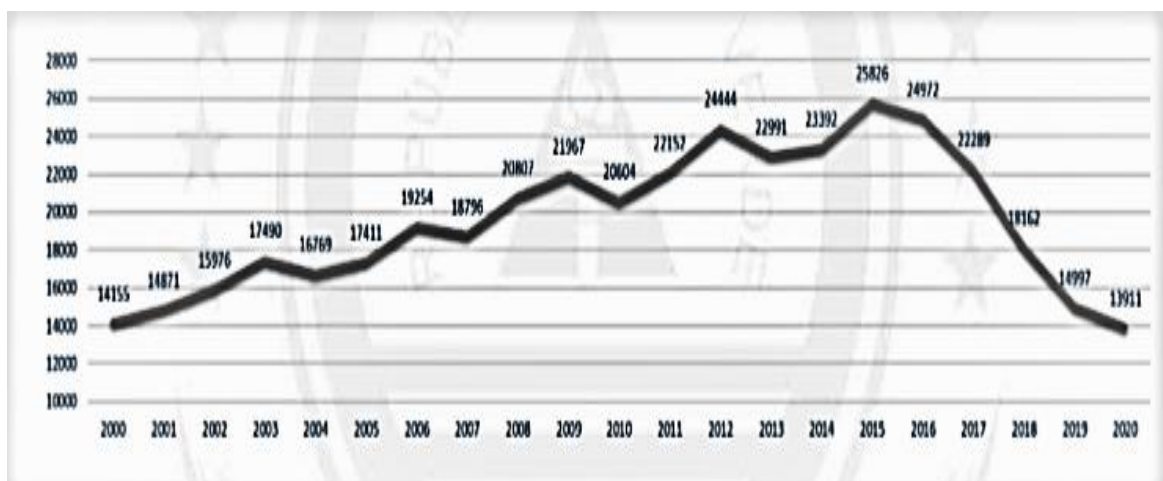
Fonte: POLÍCIA NACIONAL (2021).

ANEXO IV

**OCORRÊNCIAS CRIMINAIS REGISTRADAS
PELA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE**

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS

REGISTADAS PELA PN – 2000 A 2020

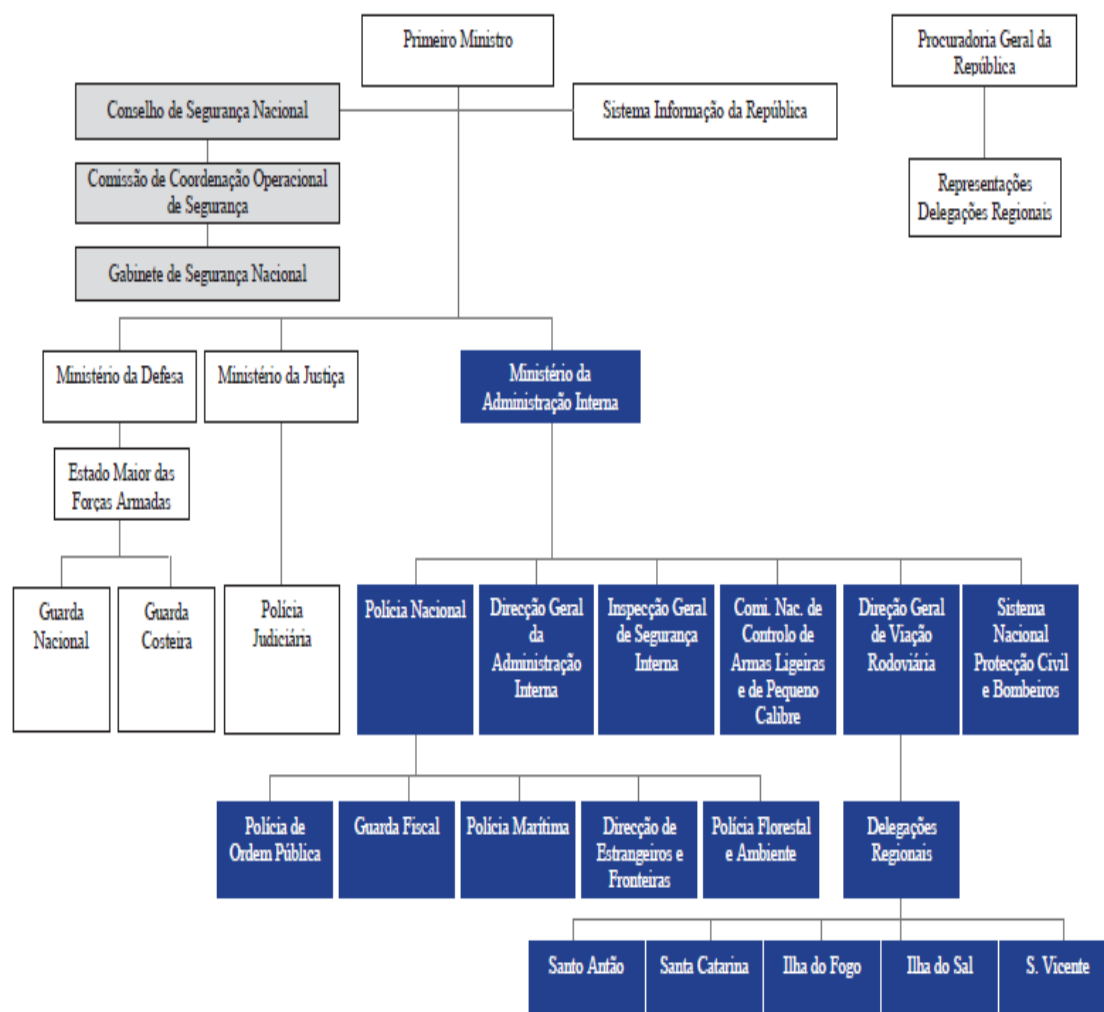


Fonte: MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2021).

ANEXO V

ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE SEGURANÇA NACIONAL DE CABO VERDE

DIAGRAMA 1 – ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE SEGURANÇA NACIONAL

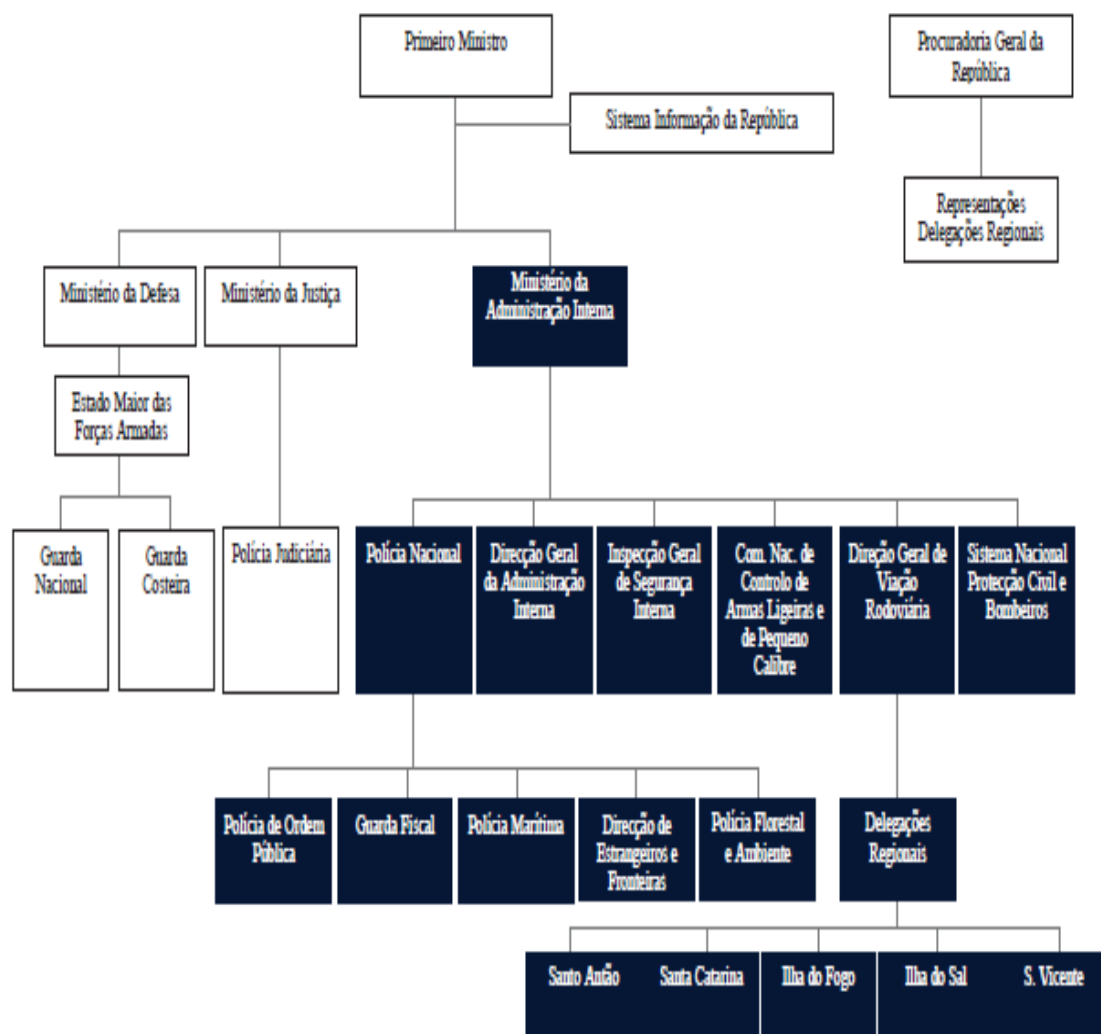


Fonte: PESI (2014, p. 1725).

ANEXO VI

ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

DIAGRAMA 2 – ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA



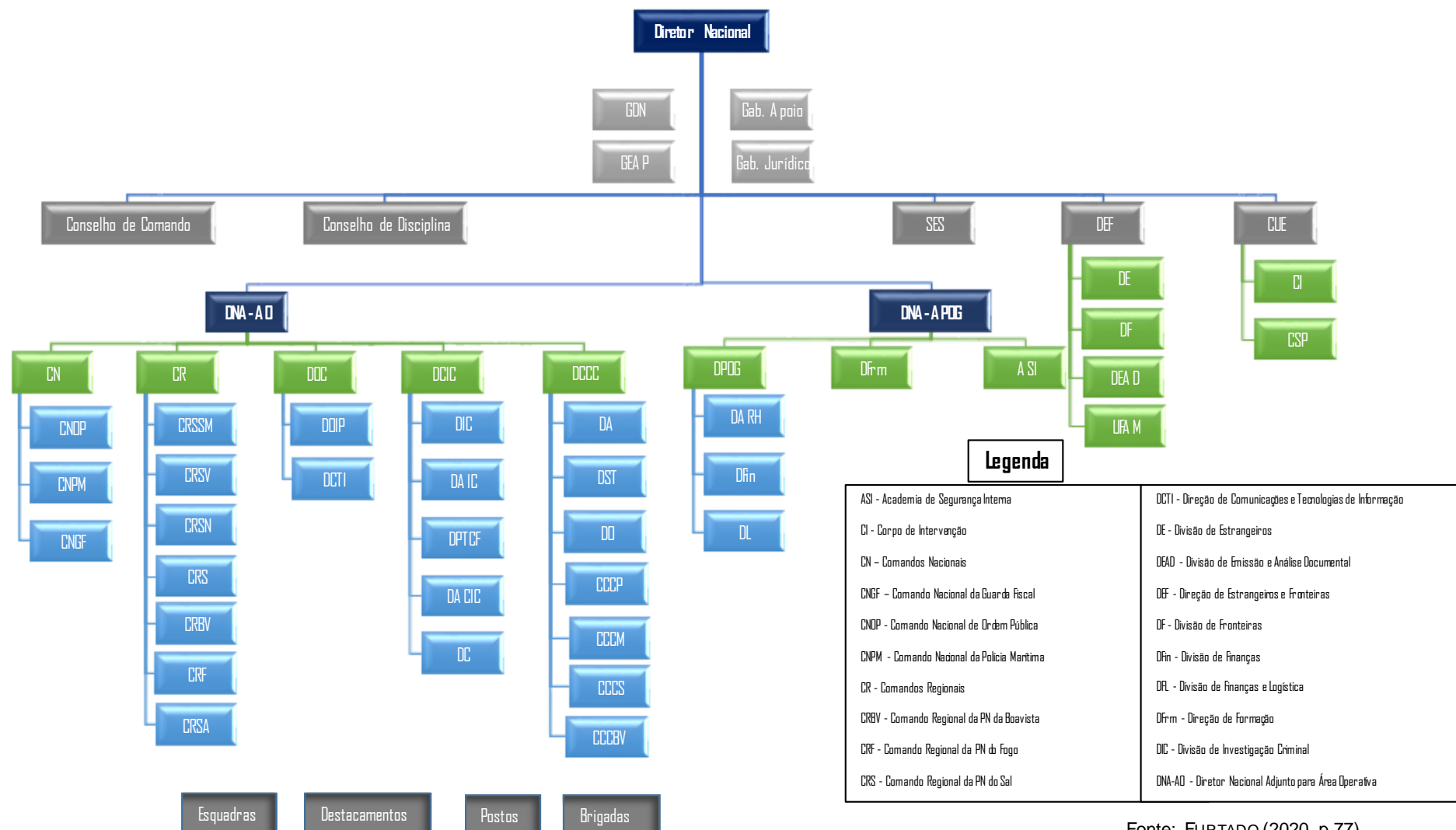
Fonte: PESI (2014, p. 1726).

ANEXO VII

ORGANOGRAMA DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE

O RECURSO À ARMA DE FOGO NA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE

DIAGRAMA 3 – ORGANOGRAMA DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE



Fonte: FURTADO (2020, p.77).

APÊNDICE I

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO/COLABORAÇÃO EM TRABALHO

DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

EXMO. SENHOR

DIRETOR NACIONAL DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE
SUPERINTENDENTE-GERAL EMANUEL ESTALINE MORENO

Assunto: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APLICAÇÃO DE ENTREVISTAS

ELVIS ODAIR MELO LEITE, Aspirante a Oficial de Polícia, nº 41CV/800105, a frequentar o 5.º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia – Mestrado Integrado em Ciências Policiais - no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), vem por esta via mui respeitosamente requerer à Vossa Exa o seguinte:

No âmbito da realização da Dissertação de Mestrado, a qual deverá enquadrar-se no contexto das Ciências Policiais e em consonância com as linhas de investigações definidas pelo ISCPSI, pretende-se abordar a temática da "O RECURSO À ARMA DE FOGO NA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE", sob orientação científica do Professor Doutor MANUEL GUEDES VALENTE e coorientação científica do Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA.

O carácter científico do trabalho e a sua concretização prática carece da aplicação de entrevistas. E neste sentido que se manifesta à Vossa Exa. a intenção de entrevistar o Sr. Intendente na aposentação MANUEL ALVES; o Sr. Comissário CARLOS SILVA, Comandante da Unidade de Fronteiras Aéreas e Marítimas do Sal; o Sr. Comissário APRÍGIO ZEGO, Comandante da Unidade de Fronteiras Aéreas e Marítimas de São Vicente; o Sr. Subcomissário ROBERTO LIMA, Comandante da EIC do Comando Regional de Santiago Sul e Maio; o Sr. Subcomissário NATANIEL SILVA, Comandante-Adjunto de Piquete e do Centro de Comando da Praia; o Sr. Subchefe Principal SAMIR SILVA, Formador de Tiro e se solicita a autorização da Sua Exa. para o respetivo efeito.

De igual modo, requerer a autorização da vossa Exa. para ter acesso aos programas ou planos de formação de tiro ministradas no Centro Nacional de Formação.

O Aspirante ELVIS ODAIR MELO LEITE compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação e compromete-se ainda, a cumprir de forma ética as regras relativas à realização de investigação científica.

Ciente da vossa elevada atenção, endereça antecipadamente as mais cordiais saudações.

Lisboa e ISCPSI, janeiro de 2020.

ELVIS ODAIR MELO LEITE
Aspirante a Oficial de Polícia



POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIRECÇÃO DE ENSINO

SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor

Director Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos Humanos

(Departamento de Formação)

DN/PSP Largo da Penha da França, N.1

1199-010 LISBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 35/SECDE/2021

Classificador: 080.01.10

Processo: SECDE202000002ASP

Data: 2021-01-28

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE PESQUISA DO MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

Autorizado

28.01.2021

Director Nacional Adjunto
Recursos Humanos

Abílio Pinto Vieira

Superintendente-Chefe

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais e humanas.
2. O Aspirante a Oficial de Polícia Elvis Odair Melo Leite irá realizar o seu estudo numa das áreas científicas, subordinado ao tema "O recurso à arma de fogo na Polícia Nacional de Cabo Verde", sob orientação científica do Prof.º Doutor Manuel Guedes Valente e coorientação do Prof.º Doutor Eduardo Pereira Correia.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para aceder e fazer referência à NEP OPSEG/DEPOP/01/06 referente aos limites ao uso de meios coercivos pela PSP, mais concretamente o Capítulo 3 – Meios coercivos de elevada potencialidade letal. O objetivo passará por uma breve análise da NEP e a avaliação do seu contributo para a implementação de uma NEP com âmbito idêntico na Polícia Nacional de Cabo Verde.
4. A informação obtida contribuirá, de forma decisiva, para a redação de um capítulo da dissertação.
5. Mais se informa V.ª Ex.ª de que o Aspirante a Oficial de Polícia Elvis Leite se compromete a respeitar a confidencialidade da informação, não transcrevendo, no todo ou em parte, passagens do documento.

Autorizado a consulta da NEP, que, analisada e aprovada, é entregue ao aluno
28 JAN 2021

O Diretor

José Carlos Bastos Leitão
Superintendente

Director Nacional Adjunto

R. 1199-010 LISBOA Tel.: 213013506 Fax: 213010538 www.psp.pt



Constantino José M. Azevedo-Ramos
Superintendente-Chefe

147458
Página 1/1

APÊNDICE II

GUIÃO DE ENTREVISTA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



ELVIS ODAIR MELO LEITE

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXXIII Curso de Formação de Oficial de Polícia

GUIÃO DE ENTREVISTA

Lisboa, 2021



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



GUIÃO DE ENTREVISTA

No âmbito do Trabalho de Dissertação Final de Mestrado intitulado “O RECURSO À ARMA DE FOGO NA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE”, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), pretende-se realizar uma entrevista com o propósito de sustentar todo o trabalho de investigação realizado, de modo a perceber a dinâmica das atuações policiais em Cabo Verde, principalmente o recurso à arma de fogo pelas forças e serviços de segurança.

O Aspirante a Oficial de Polícia ELVIS ODAIR MELO LEITE, compromete-se a manter a confidencialidade dos dados obtidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação.

GUIÃO DE ENTREVISTA

Perfil do Entrevistado

Nome: _____

Função: _____

- Entrevista -

1. Tendo em conta o panorama securitário cabo-verdiano, como caracteriza as intervenções técnico-policiais e que implicações/dificuldades incidem sobre as mesmas?
2. No quadro legislativo cabo-verdiano existe o Decreto-Regulamentar nº 5-E/98 de 16 de novembro que regula o uso de armas de fogo pelos funcionários e agentes das forças e serviços de segurança. Na sua opinião, a existência deste diploma encerra a problemática com que se depara a realidade policial? Porquê?

3. Os agentes encontram-se devidamente instruídos sobre as situações que implicam o recurso à arma de fogo? Com que frequência treinam a sua aplicação em caso de intervenção?
4. Existe alguma norma que prevê uma escalada do uso dos meios coercivos na PNCV? Se não, é fundamental a existência de tal norma?
5. Na Polícia de Segurança Pública de Portugal são adotadas Normas de Execução Permanente (NEP) que se destinam a padronizar as atuações policiais no plano operacional. Considera viável a adoção (ao nível nacional) do mesmo modelo na PNCV? Porquê?
6. Quais as perspetivas futuras para a PNCV relativamente às atuações com recurso à arma de fogo?

APÊNDICE III

**ENTREVISTA AO INTENDENTE DA POLÍCIA NACIONAL
DE CABO VERDE NA APOSENTAÇÃO**

Perfil do Entrevistado

Nome: **MANUEL ALVES**

Função: Intendente da PNCV aposentado. Exerceu várias funções ao longo da sua carreira policial.

Data: março de 2021

- Entrevista -

1. Tendo em conta o panorama securitário cabo-verdiano, como caracteriza as atuações policiais e que implicações/dificuldades incidem sobre as mesmas?

As intervenções técnico-policiais têm sido razoáveis, na minha perspetiva de análise, limitadas por procedimentos tradicionais, numa lógica mais reativa do que pró-ativa. Poderiam ser melhores, se houvesse um investimento maior num policiamento pró-ativo que conseguisse pesar a importância da prevenção do crime como matriz de um novo paradigma de policiamento que aposta na proximidade. Isso tem custos. Implica ter meios humanos em quantidade e qualidade às exigências desse modelo, bem como equipamentos diversos, meios de transportes adequados, tecnologia de informação e comunicação, coisas que se têm escasseado e que não têm sido fáceis de se adquirir.

2. No quadro legislativo cabo-verdiano existe o Decreto-Regulamentar nº 5-E/98 de 16 de novembro que regula o uso de armas de fogo pelos funcionários e agentes das forças e serviços de segurança. Na sua opinião, a existência deste diploma encerra a problemática com que se depara a realidade policial? Porquê?

A existência desse diploma legislativo é muito importante do ponto de vista normativo, porque regulamenta os parâmetros do uso da arma de fogo pelos agentes de autoridade, estabelecendo limites que padronizam a disciplina individual, no concernente a uma matéria de tamanha responsabilidade que é ser detentor de uma arma de fogo ao serviço do Estado. Para além de ser um instrumento de trabalho no conjunto de diplomas regulamentares que enformam as forças e serviços de segurança, tanto para prevenir como para reprimir atos contraproducentes, é também um instrumento didático-pedagógico que contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos agentes de autoridade, quanto à interiorização e exteriorização de normas de conduta de cidadãos com esse estatuto. Estabelece limites e contribui para o controlo interno e externo dos procedimentos dos agentes de autoridade sobre a matéria em estudo. Porém, a existência desse diploma não encerra a problemática com que se depara a realidade policial. Para além da legislação, os efetivos das forças e serviços de segurança deviam ter treinos periódicos de tiro prático de intervenção

policial e submetidos a avaliação, com base num plano específico. Isso permitiria por um lado desenvolver aptidões tático-operacionais aos agentes da ordem e por outro lado exercer o controlo sobre o estado das armas e munições que possuem. Um outro aspeto importante a considerar, é que os mesmos deviam-se encontrar devidamente armados com armas sem avarias ou obsoletas, levando em consideração os riscos adicionais de insegurança que isso representa tanto para eles próprios como para terceiros.

3. Os agentes encontram-se devidamente instruídos sobre as situações que implicam o recurso à arma de fogo? Com que frequência treinam a sua aplicação em caso de intervenção?

Essas formações têm ocorrido de forma teórica e prática, nalgumas deslocações programadas de ações específicas de formação, não frequentes, no campo de tiro, com tiros de curta e média distância, tipicamente policial, com alvos fixos e, nalguns casos, com alvos móveis adaptadas às condições do país. Eu não considero que a formação sobre o recurso à arma de fogo, na sua vertente teórica e prática se encontra adequada à realidade policial de Cabo Verde, porque não se aplica um plano de treino contínuo para esse fim, a não ser a aplicação das aulas de tiro nos cursos para o ingresso de novos agentes ou nos cursos de promoção para subchefes e para chefes de esquadra, o que é bastante redutora. Dado a tendência do aumento crescente da criminalidade e a sua complexificação, para além de bem armados, os efetivos policiais devem ser bem treinados sobre os procedimentos e uso de armas de fogo, de modo a evitar eventos como esse que ceifou a vida de um agente e outros de menos gravidade que têm ocorrido com cada vez mais frequência, em que os agentes são assaltados, agredidos e desarmados.

4. Na Polícia de Segurança Pública de Portugal são adotadas Normas de Execução Permanente (NEP) que se destinam a padronizar as atuações policiais no plano operacional. Considera viável a adoção do mesmo modelo na PNCV? Porquê?

Sim, eu considero viável a adoção do mesmo modelo das Normas de Execução Permanente (NEP) para a PNCV, relativamente ao aplicado na PSP, com as devidas adaptações à realidade da PNCV, ousando inclusive inovar e introduzir melhoria, no que for possível, na medida em que padroniza os procedimentos a adotar por cada um em toda a cadeia organizacional. As NEP contribuem para a imposição, desenvolvimento e

conservação da disciplina e a conduta individual, coletiva e organizacional, dado que previnem situacionalmente a prática de desculpas por atos errados ou também por omissões. Por conseguinte, são muito importantes para a solidificação do comportamento e do desenvolvimento organizacionais.

5. Quais as perspectivas futuras para a PNCV relativamente à atuação com recurso à arma de fogo?

Eu acredito em perspectivas positivas para a PN no futuro, relativamente à atuação com recurso à arma de fogo, uma vez que as melhorias acontecem num processo evolutivo contínuo, que inclui mais formação de quadros, melhor planeamento e gestão, bem como mais meios humanos, materiais e financeiros que permitem a implementação de planos de treinamento e capacitação sustentáveis...

APÊNDICE IV

**ENTREVISTA AO COMISSÁRIO
DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE**

Perfil do Entrevistado

Entrevistado: Comissário **CARLOS SILVA**

Função: Chefe de Divisão de Fronteiras na Direção de Estrangeiros e Fronteiras

Data: janeiro 2021

- Entrevista -

1. Tendo em conta o panorama securitário cabo-verdiano, como caracteriza as atuações policiais e que implicações/dificuldades incidem sobre as mesmas?

Podemos afirmar que as atuações policiais no sentido geral, de acordo com o panorama criminal, pautam pelos princípios legalmente estabelecido (princípio da proporcionalidade, da necessidade e da adequação). Claro está que existem casos isolados de atuações que carecem ou careceram de melhor análise tendo em conta os contornos e os desfechos das mesmas. As principais implicações das atuações prendem-se com a carência de recursos materiais, nomeadamente nos materiais coercivos distribuídos aos agentes policiais. Do mesmo modo, existe a necessidade de bases legais mais concretas e afincadas.

2. No quadro legislativo cabo-verdiano existe o Decreto-Regulamentar nº 5-E/98 de 16 de novembro que regula o uso de armas de fogo pelos funcionários e agentes das forças e serviços de segurança. Na sua opinião, a existência deste diploma encerra a problemática com que se depara a realidade policial? Porquê?

Apenas o diploma não é suficiente para balizar a atuação policial. Certo está, que veio resolver muitos problemas e preencher várias lacunas, no entanto, mostra-se necessário e urgente criar Normas de Execução Permanente referente a uso de meios coercivos na PN, com especial enfoque para o recurso a arma de fogo. Damos destaque às questões relacionadas com a Unidade especial de PN, precisamente o modelo de atuação da GAT – Grupo de Ação Tático-policial e a GAM - Grupo de atiradores em moto. Isso porque o modelo de atuação é diferente das restantes forças integrantes da PN. Ainda sobre esta matéria, realçar o contributo que o regime jurídico das armas e munições, mais concretamente sobre as operações especiais de prevenção. Contudo, no âmbito destas operações são raras as vezes que se faz acompanhar um magistrado, caso seja necessário a emissão de algum mandato. Uma NEP permitiria materializar a Lei das armas atualmente existente.

3. Os agentes encontram-se devidamente instruídos sobre as situações que implicam o recurso à arma de fogo? Com que frequência treinam a sua aplicação em caso de intervenção?

Referente as situações em que pode ou não um agente efetuar o recurso da arma de fogo, pensamos que está bem claro. A legislação existente é bastante clara e concisa em referente a este aspeto e as políticas institucionais são bem claras nestes aspetos. No entanto, precisa ser revista o plano de treino dos efetivos da PN e a frequência de treino de tiro. Atualmente a supervisão das armas de fogo é constante e o plano de treino e de tiro é mais consistente, contudo, precisa-se aumentar o treino e a tipologia de treino, não ficando apenas com treinos com disparo à alvos estáticos, mas também criar novos modelos de treino, onde permite aos agentes treinarem de forma mais real uma atuação policial (verbalizando a identificação e a ordem policial, treino de tiros dinâmicos e de reação, tiro com os dois olhos abertos, treino de tiro por zonas corporais de acordo com o nível de ameaça, etc.).

4. Existe alguma norma que prevê uma escalada do uso dos meios coercivos na PNCV? Se não, é fundamental a existência de tal norma?

Como referido anteriormente não existe uma NEP neste sentido e é urgente que seja criada, por forma a balizar a atuação da PN.

5. Na Polícia de Segurança Pública de Portugal são adotadas Normas de Execução Permanente (NEP) que se destinam a padronizar as atuações policiais no plano operacional. Considera viável a adoção (ao nível nacional) do mesmo modelo na PNCV? Porquê?

Em 2014, o então aspirante á Oficial Polícia, atualmente Comissário, Aprígio Zego no seu estudo referente a temática mostrou a inexistência deste documento na PN e propôs a criação de uma NEP de origem na PN ou que fosse adaptado o modelo existente na PSP a realidade da PNCV. E nós concordamos com a sua proposta, é de cabal importância e mostra-se urgente uma NEP, pelo que respondendo à questão consideramos viável a adoção do modelo da PSP a PNCV.

6. Quais as perspetivas futuras para a PNCV relativamente às atuações com recurso à arma de fogo?

Esperamos que num futuro muito próximo tenhamos menos atuações com recursos a armas de fogo, e quando for necessário, que seja dentro dos parâmetros legais existentes e que observe os princípios de necessidade, adequação proporcionalidade.

E que num futuro muito próximo seja uma realidade uma NEP para agentes poderem pautar a sua atuação.

APÊNDICE V

**ENTREVISTA AO COMISSÁRIO
DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE**

Perfil do Entrevistado

Nome: Comissário **APRÍGIO ZEGO**

Função: Comandante da Unidade de Fronteiras Aéreas e Marítimas de São Vicente

Data: fevereiro de 2021

- Entrevista -

1. Tendo em conta o panorama securitário cabo-verdiano, como caracteriza as atuações policiais e que implicações/dificuldades incidem sobre as mesmas?

No panorama securitário cabo-verdiano as atuações policiais se encontram no nível médio, sendo que quando se recorre ao uso da força e da escalada dos níveis para sua aplicação, se revelam maiores dificuldades, principalmente ao efetuar o recurso a arma de fogo.

2. No quadro legislativo cabo-verdiano existe o Decreto-Regulamentar nº 5-E/98 de 16 de novembro que regula o uso de armas de fogo pelos funcionários e agentes das forças e serviços de segurança. Na sua opinião, a existência deste diploma encerra a problemática com que se depara a realidade policial? Porquê?

Na nossa opinião, o referido diploma não encerra a problemática com que se depara a realidade policial cabo-verdiana. Por que o mesmo apresenta algumas lacunas e carece de atualização, tendo em conta a evolução tecnológica, da sofisticação do crime organizado e transnacional, com acesso a equipamentos modernos e sofisticados.

3. Os agentes encontram-se devidamente instruídos sobre as situações que implicam o recurso à arma de fogo? Com que frequência treinam a sua aplicação em caso de intervenção?

Não. Porque na Polícia Nacional de Cabo Verde ainda não existe uma cultura ou programa para formação teórico-prático sobre o recurso a arma de fogo e a sua aplicação em caso de intervenção policial. Podemos afirmar que o treinamento é praticamente inexistente, sendo esporádicas algumas formações específicas para determinados grupos operacionais.

4. Existe alguma norma que prevê uma escalada do uso dos meios coercivos na PNCV? Se não, é fundamental a existência de tal norma?

Não. A existência de tal norma é fundamental, porque é uma forma de harmonizar e padronizar os procedimentos nas atuações policiais.

5. Na Polícia de Segurança Pública de Portugal são adotadas Normas de Execução Permanente (NEP) que se destinam a padronizar as atuações policiais no plano operacional. Considera viável a adoção (ao nível nacional) do mesmo modelo na PNCV? Porquê?

Sim. Porque como referido no ponto anterior, permite harmonizar os procedimentos, evitando deste modo, que cada elemento policial aplique as técnicas, conforme o seu nível de conhecimento e entendimento na matéria, permitindo uma atuação policial padronizado.

6. Quais as perspetivas futuras para a PNCV relativamente às atuações com recurso à arma de fogo?

A PN deverá apostar na formação e treino do seu efetivo para atuações com recurso à arma de fogo em cenários cada vez mais complexos, tendo em consideração a evolução do crime organizado, com recursos sofisticados, no que diz respeito a armas de fogo e outros meios tecnológicos à sua disposição...

APÊNDICE VI

**ENTREVISTA AO SUBCOMISSÁRIO
DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE**

Perfil do Entrevistado

Nome: Subcomissário **ROBERTO LIMA**

Função: Chefe da Divisão de Investigação Criminal da DCIC

Data: março de 2021

- Entrevista -

1. Tendo em conta o panorama securitário cabo-verdiano, como caracteriza as atuações policiais e que implicações/dificuldades incidem sobre as mesmas?

O uso de armas pela Polícia, mormente arma de fogo, é regulamentada pela Lei, na PN. No entanto é muito restrito, e contém muitas omissões no que tange ao seu recurso. A polícia cujas competências no aspeto “segurança” se encaixa no segundo nível, Prevenção Secundária, o da Prevenção/repressão de atos criminosos e de incivilidades, tem demonstrado alguma dificuldade nas suas atuações principalmente no saber lidar com o armamento e os motivos ligados a isto se prendem com vários fatores, desde o pouco treino, a não existência de instruções de uso/recurso, o medo, a insegurança, do próprio equipamento oferecido pela corporação entre outros.

2. No quadro legislativo cabo-verdiano existe o Decreto-Regulamentar nº 5-E/98 de 16 de novembro que regula o uso de armas de fogo pelos funcionários e agentes das forças e serviços de segurança. Na sua opinião, a existência deste diploma encerra a problemática com que se depara a realidade policial? Porquê?

Como se pode vislumbrar este regulamento é bastante reduzido e nunca poderia ser considerada o suficiente para pôr cobro a esta problemática. É um instrumento que deve ser complementada com outras estratégias nomeadamente treino de tiro, NEP, instruções de serviço e um controlo forte por parte das chefias principalmente nas situações de recurso às armas de fogo por exemplo.

3. Os agentes encontram-se devidamente instruídos sobre as situações que implicam o recurso à arma de fogo? Com que frequência treinam a sua aplicação em caso de intervenção?

O regulamento existente na PN por exemplo, com muitas dificuldades de se provar só é dado conhecimento aos Agentes no curso de formação de agentes, ou seja, no ingresso, e há situações, salvo a devida exceção das forças operacionais, como as unidades especiais, e de Investigação, e de piquete, de ausência de treino de tiro ou outro que envolva armas por anos e anos. É uma situação muito crítica para a Polícia

Nacional. Tem havido concursos de tiro por ocasião do aniversário da PN, de caráter não obrigatório e só inscrevem os que acreditam dispor de alguma habilidade para o efeito e a falta de treino é sem dúvida a causa da pouca aderência aos concursos e naturalmente leva quase sempre ao mau recurso à arma.

4. Existe alguma norma que prevê uma escalada do uso dos meios coercivos na PNCV? Se não, é fundamental a existência de tal norma?

A pobreza de texto no regulamento existente não observa a escalada do uso de meios coercivos na PN e tão pouco existem NEP para o seu complemento, não existe uma avaliação periódica neste aspeto. O que poderá existir e com sérias dúvidas sobre as suas existências são instruções. Urge a criação de um normativo que impera o uso, o recurso e a escalada dos mesmos principalmente para pôr todos os efetivos em igualdade de informação e avaliação.

5. Na Polícia de Segurança Pública de Portugal são adotadas Normas de Execução Permanente (NEP) que se destinam a padronizar as atuações policiais no plano operacional. Considera viável a adoção (ao nível nacional) do mesmo modelo na PNCV? Porquê?

Pelos motivos explícitos em todas as respostas anteriores, urge a criação destas normas de execução permanentes para complementar o que existe e assim poder dotar os agentes de ferramentas e consciência prática no uso dos meios coercivos. Sem dúvida que terá um efeito global muito relevante neste aspeto e por certo melhoraria a atuação dos policiais principalmente quando seja necessário o uso de armas.

6. Quais as perspetivas futuras para a PNCV relativamente às atuações com recurso à arma de fogo?

O futuro que se prevê para a PN é de melhorias significativas a todos os níveis, e oferecidas as devidas ferramentas, claro está que o impacto será positivo no que tange as futuras atuações com recurso aos meios coercivos. Acredita-se que a PN hoje com elementos muito lúcidos em termos de preparo académico e psicológico, poderá ajudar na obtenção dos resultados almejados.

APÊNDICE VII

ENTREVISTA AO SUBCOMISSÁRIO
DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE

Perfil do Entrevistado

Nome: Subcomissário **NATANIEL SILVA**

Função: Comandante Adjunto de Piquete e do Centro Comando

Data: março de 2021

- Entrevista -

1. Tendo em conta o panorama securitário cabo-verdiano, como caracteriza as intervenções técnico-policiais e que implicações/dificuldades incidem sobre as mesmas?

Nos termos do nº 1 do art.º 1º, da Constituição da República de Cabo Verde, o Estado cabo-verdiano é soberano, unitário e democrático, assente nos princípios da soberania popular (...) com respeito pela efetivação e garantia dos direitos e liberdades fundamentais. Face ao exposto, toda intervenção policial visa a prossecução do bem comum, extensivamente, a segurança. Assim sendo, nestes ditames, a administração e os seus agentes, devem atuar, no exercício das suas funções, com afincado respeito pela Constituição da República, pelas leis ordinárias, pelos princípios da justiça, da transparência, da imparcialidade e da boa-fé, – n.º 1 do art.º 240.º CRCV. A intervenção policial é segregada em três tipos de natureza de ocorrências, são ocorrências de rotina as que a PN diariamente resolve com os recursos normalmente disponíveis, não sendo identificado qualquer grau de risco excecional, são de baixo risco e ameaça; os incidentes inopinados os que ocorrem espontaneamente, exigem uma resposta policial imediata e apresentam graus de ameaça mais elevados dita algum conhecimento especializado, se for de risco elevadíssimo impere empenhamento de forças especializadas, e por fim, as operações planeadas, as relacionadas com eventos de que há conhecimento prévio e que permitem a definição de estratégias e táticas policiais especificamente concebidas para essas operações. A intervenção policial, para além do acima dito, depende de outras variáveis, nomeadamente, tipologia criminal, lugar, hora, autor, número de indivíduos envolvidos, hostilidade para com a polícia, ou seja, grau de colaboração, se envolve armas ou outros objetos que possam ser utilizados como armas, estado psíquico dos intervenientes, capacidade física dos visados e de muitos imponderáveis que surgem durante a ocorrência. De uma forma geral, considera-se que as intervenções técnico-policial em Cabo Verde é compaginável com atual conjuntura, tendo em conta os desafios e variáveis emergente durante cada intervenção. O conhecimento técnico da matéria policial pelos elementos da PN é acima da média, comparativamente com outras paragens. As estatísticas de incidentes durante as

intervenções policiais são residuais, nestes termos, pode-se considerar que a inteligência-técnico emocional dos elementos da PN é manifestamente positiva. As dificuldades prendem-se com uma necessidade permanente de formações contínuas, e melhoria dos meios materiais de atuação.

2. No quadro legislativo cabo-verdiano existe o Decreto-Regulamentar nº 5- E/98 de 16 de novembro que regula o uso de armas de fogo pelos funcionários e agentes das forças e serviços de segurança. Na sua opinião, a existência deste diploma encerra a problemática com que se depara a realidade policial? Porquê?

Não! O quadro normativo por mais robusto que seja, não se afigura como uma condição objetiva e finita de superação das adversidades em termos da vertente operacional da PN. Não é o fim, mas sim um dos meios. Mais do que um quadro legislativo, formalmente falando, é a dimensão realista do quotidiano material da Polícia que se evidencia ao olho nu. Face a isso, urge compatibilizar a vertente jurídica com a essência técnico-profissional. Face às constantes mudanças e inovações que se vive na sociedade contemporânea, a necessidade de um acompanhamento é categórica, com vista modernizar os modelos de atuação e uma nova filosofia policial que se funda em conhecimentos transversais, para que se possa mitigar os erros e ser bastante criteriosas na hora de intervenção. Por conseguinte, é preciso criar programas de formação permanentes, com método pedagógico de transmissão de conhecimentos atuais, modernos e voltado para a realidade policial, que visa capacitar os policias para uma atuação assertiva e concertada com a lei. O decreto acima referido é manifestamente insuficiente é pobre e ultrapassado.

3. Os agentes encontram-se devidamente instruídos sobre as situações que implicam o recurso à arma de fogo? Com que frequência treinam a sua aplicação em caso de intervenção?

O recurso aos meios coercivos pelo pessoal policial é um assunto bastante sensível. O fundamento jurídico para o uso efetivo destes meios, sobretudo a arma de fogo é a Constituição da República de Cabo Verde, Orgânica da PN, Código Penal, Lei de Segurança Interna. Dizer de forma inequívoca que os agentes estão devidamente esclarecidos aquando do uso da arma de fogo, seria exaustivamente exagerado e arrogante. A polícia intervém em situações de factos sociais, como tal, há muitas variáveis subjacentes à intervenção policial, situações que por vezes são de baixa perigosidade podem se transformar de alto risco. Do ponto de visto teórico, diria que sim, os agentes estão elucidados, sobre o recurso à arma de fogo, no entanto, na realidade não é bem assim, a dimensão prática e a teórica são antagónicos, não se

consegue idealizar todas as situações possíveis sobre o recurso à arma de fogo, portanto, há sempre situações novas que acabam por trazer novos inputs sobre esta matéria. A criação de dogmas sobre doutrina policial só tem validade de execução perfeita no mundo académico. Em grandes atuações, com hostilidades expressivas, o pensamento ideológico não se aplica, emerge a destreza, a capacidade efetiva do uso da arma de fogo. O agente, em frações de segundos têm que decidir, entre a vida do outro e a sua própria ou de terceiro, as premissas normativas não conseguem garantir o sucesso no momento. Relativamente à frequência de treino, infelizmente, é muito insuficiente, na realidade, há polícias que depois que terminaram a formação de agente, nunca mais estiveram num campo de tiro. As Esquadras tidas como especiais, bem como as Unidades Especiais, algumas vezes fazem sessões de treino, no entanto, deveria ser todos os dias, treinar, treinar para se tornar especialista, “treino duro combate fácil”. A utilização de meios coercivos suscetíveis de afetar a vida ou a integridade física dos cidadãos, fundamentalmente, a arma de fogo, constitui a “última ratio” da atuação dos agentes da autoridade, assim sendo, para garantir este propósito, é treinar sem cessar. Porém, o último recuso, pode ser o primeiro, por isso, dizer que se deve seguir um padrão rijo e estanque, em ternos de uso da arma de fogo é uma utopia.

4. Existe alguma norma que prevê uma escalada do uso dos meios coercivos na PNCV? Se não, é fundamental a existência de tal norma?

À Semelhança do que existe em Portugal, NÃO. Em termos do recurso aos meios coercivos, existem apenas diplomas avulsas, no entanto, sem densificar e padronizar a escalada do uso dos meios coercivos. É de extrema importância que se criam normas que padronizam e regulam esta matéria de forma especial e concreta e não abstrata. Com vista a instituir um conjunto de regras e instruções concretas, uniformes, claras e bem definidas, a fim de criar padrões de atuações.

5. Na Polícia de Segurança Pública de Portugal são adotadas Normas de Execução Permanente (NEP) que se destinam a padronizar as atuações policiais no plano operacional. Considera viável a adoção (ao nível nacional) do mesmo modelo na PNCV? Porquê?

Sem sombra de dúvidas, ter critérios uniformes de atuações cria uma cultura tática uniforme, padronizada, sistemática e coerente. A matéria policial é muito sensível e versátil, os níveis de atuações variam em função de um conjunto de fatores, todavia, ter um documento padrão relacionado com o emprego do uso dos meios coercivos constitui

uma mais-valia para a PNCV. Nestes termos, somos apologistas da emanção de uma NEP que cria procedimentos aplicáveis a todos os elementos da PNCV.

6. Quais as perspectivas futuras para a PNCV relativamente às atuações com recurso à arma de fogo?

Em termos de ocorrências relacionadas com arma de fogo, tende a aumentar, fundamentalmente na Cidade da Praia. O acesso às armas por parte dos cíveis é preocupante, é um desafio que se tem que combater com alguma urgência e é uma das razões que motiva o recuso à arma de fogo pelos polícias. No que tange ao pessoal policial, de uma certa forma, o recurso efetivo à arma de fogo, em atuações e ações policiais é residual, não há registos que extrapolam o nível aceitável. Todavia, os fatores emergentes que ignoram as fronteiras físicas dos Estados e a globalização dos fenómenos criminais obrigam a que se tenham novos moledos de atuações e precauções aquando do recurso à arma de fogo. Ao nosso ver, a qualificação do quadro da PN é uma realidade notável e está em crescimento, criar doutrina operacional de qualidade exige o conhecimento real do quotidiano policial. Ou seja, os ditames normativos que se pretende implementar, têm que estar em consonância com os aspetos operacionais e não exclusivamente na dimensão formal. Neste sentido, acredita-se que o futuro é promissor em relação a esta matéria, isto é, emerge uma nova tipologia policial com procedimentos bem estipulados. A nova tipologia de polícia implica novas questões, uma nova visão da Polícia, impondo novas competências e conhecimentos, imposições decorrentes de nova conjuntura e uma nova tipologia da segurança. Neste sentido, tona-se pertinente uma conceção orgânica, funcional e estatutária compatível com as necessidades da PN, com o intuito de dar respostas às novas demandas.

APÊNDICE VIII

**ENTREVISTA AOS FORMADORES DE TIRO
DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE**

Perfil do Entrevistado

Nome: Subchefe Principal **SAMIR SILVA** e 2.º Subchefe **MÁRCIO MIRANDA**

Função: Formadores de Tiro

Data: março de 2021

- Entrevista -

1. Tendo em conta o panorama securitário cabo-verdiano, como caracteriza as intervenções técnico-policiais e que implicações/dificuldades incidem sobre as mesmas?

*Acreditamos que as intervenções técnico-policiais precisam ser revistas e adequadas a realidade cabo-verdiana, é necessário a criação do **NEP (Normas de Execução Permanentes)** que padronizam as atuações Policiais no plano operacional em Cabo Verde. Torna-se ainda necessário, o treinamento prático e efetivo das técnicas, desde abordagens, atuações propriamente ditas e dos procedimentos pós abordagem.*

2. No quadro legislativo cabo-verdiano existe o Decreto-Regulamentar nº 5-E/98 de 16 de novembro que regula o uso de armas de fogo pelos funcionários e agentes das forças e serviços de segurança. Na sua opinião, a existência deste diploma encerra a problemática com que se depara a realidade policial? Porquê?

Não! Penso que o problema não está efetivamente em entender quando e como que se deve recorrer ao uso da arma de fogo, porque está bem explícita no artigo 3.º do Decreto acima referido.

3. Os agentes encontram-se devidamente instruídos sobre as situações que implicam o recurso à arma de fogo? Com que frequência treinam a sua aplicação em caso de intervenção?

Os instruendos são devidamente instruídos durante a formação para Agentes sobre o Decreto-Regulamentar n.º 5-E/98 de 16 de novembro que regula o uso de armas de fogo pelos funcionários e agentes das forças e serviços de segurança, no entanto há pouco treinamento para o uso de armas de fogo.

4. Existe alguma norma que prevê uma escalada do uso dos meios coercivos na PNCV? Se não, é fundamental a existência de tal norma?

Não existe! Quanto ao uso da força pelos agentes da polícia, importa recordar que ele se rege pelo princípio da proporcionalidade ou, como referem alguns sistemas e autores, pelo princípio de recurso mínimo à força.

É sim necessário a criação de normas, pois padronizaria o uso da força, de forma a unificar toda a atuação de todas as unidades da PN.

5. Na Polícia de Segurança Pública de Portugal são adotadas Normas de Execução Permanente (NEP) que se destinam a padronizar as atuações policiais no plano operacional. Considera viável a adoção (ao nível nacional) do mesmo modelo na PNCV? Porquê?

A PN deve ter sim uma NEP, mas um que seja devidamente adequado e adaptado a realidade cabo-verdiana.

- Porquê?

Pelas mesmas razões que a PSP usa a NEP, ou seja, padronizar as atuações policiais no plano operacional.

6. Quais as perspetivas futuras para a PN relativamente às atuações com recurso à arma de fogo?

Sobre as perspetivas futuras creio que cabe à Direção Nacional da PN dar essa resposta pois não sei qual a estratégia ou planos atuais ou futuros, que se tem sobre esse assunto.

APÊNDICE IX

ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Quadro 5 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 1

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
E1	"Implica ter meios humanos em quantidade e qualidade às exigências desse modelo, bem como equipamentos diversos"	1.1
E2	"carência de meios coercivos distribuídos aos agentes policiais" e "existe a necessidade de bases legais mais concretas e afincadas"	1.1
		1.3
E3	"sendo que quando se recorre ao uso da força e da escalada dos níveis para sua aplicação, se revelam maiores dificuldades"	1.3
E4	"o próprio equipamento oferecido pela corporação entre outros" "pouco treino, a não existência de instruções de uso/recurso"	1.1
		1.2
E5	"e melhoria dos meios materiais de atuação" "As dificuldades prendem-se com uma necessidade permanente de formações contínuas"	1.1
		1.2
E6	"Torna-se ainda necessário, o treinamento prático e efetivo das técnicas, desde abordagens, atuações"	1.2

Quadro 6 - Análise de conteúdo final da questão 1 da entrevista

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados						Unidades de enumeração	Resultados %
			1	2	3	4	5	6		
Atuação Policial	Implicações/dificuldades das atuações	Questão								
		1.1 Recursos Materiais	x	x		x	x		4	67%
		1.2 Formação Policial				x	x	x	3	50%
		1.3 Bases Legais		x	x				2	33%

Quadro 7 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 2

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
E1	"Para além da legislação, os efetivos das forças de segurança deviam ter treinos periódicos de tiro prático de intervenção policial e submetidos a avaliação, com base num plano específico"	2.1
E2	"O diploma não é suficiente para balizar a atuação policial. Veio resolver muitos problemas e preencher várias lacunas, no entanto, mostra-se necessário e urgente criar Normas de Execução Permanente"	2.1
E3	"apresenta algumas lacunas e carece de atualização"	2.1
E4	É um instrumento que deve ser complementada com outras estratégias nomeadamente treino de tiro, NEP, instruções de serviço"	2.1
E5	"Não! As bases legais por mais robusto que seja, não se afigura como uma condição objetiva de superação das adversidades da vertente operacional"	2.1
E6	"Não"	2.1

Quadro 8 - Análise de conteúdo final da questão 2 da entrevista

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados						Unidades de enumeração	Resultados %
Decreto-Regulamentar nº 5- E/98 de 16 de novembro	Encerra a problemática do recurso à arma de fogo	Questão	1	2	3	4	5	6	6	100%
		2.1 Não	x	x	x	x	x	x		

Quadro 9 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 3

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
E1	"aulas de tiro nos cursos para ingresso de novos agentes ou nos cursos de promoção para subchefes e para chefes de esquadra são bastantes redutoras"	3.2
E2	"Precisa ser revisto o plano de treino dos efetivos da PN e a frequência de treino de tiro"	3.2
E3	"Não. Porque na PN ainda não existe uma cultura ou programa para formação teórico-prático, sendo esporádicas algumas formações específicas"	3.2
E4	"O regulamento só é dado conhecimento aos agentes no curso de formação de agentes"	3.2
E5	"Do ponto de vista teórico, diria que sim, no entanto, na realidade não é bem assim, a dimensão prática e a teórica são antagónicos"	3.2
E6	"Os instruendos são devidamente instruídos durante a formação, no entanto, há pouco treino sobre o recurso à arma de fogo"	3.1

Quadro 10 - Análise de conteúdo final da questão 3 da entrevista

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados						Unidades de enumeração	Resultados %
			1	2	3	4	5	6		
Instrução dos agentes sobre o recurso à arma de fogo	Frequência de treino com arma de fogo	Questão								
		3.1 Adequado						x	1	17%
		3.2 Inadequado	x	x	x	x	x		5	83%

Quadro 11 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 4

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
E2	"Não existe uma NEP, neste sentido é urgente que seja criada, por forma a balizar a atuação da PN"	4.1
E3	"Não. A existência de tal norma é fundamental, porque é uma forma de harmonizar e padronizar os procedimentos nas atuações policiais"	4.1
E4	"Não se observa a escalada do uso de meios coercivos na PN e tão pouco existem NEP para o seu complemento"	4.1
E5	"Não. Em termos do recurso aos meios coercivos, existem apenas diplomas avulsas, no entanto, sem densificar e padronizar a escalada do uso dos meios coercivos"	4.1
E6	"Não existe. É necessário a padronização das atuações"	4.1

Quadro 12 - Análise de conteúdo final da questão 4 da entrevista

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados						Unidades de enumeração	Resultados %
Uso de meios coercivos	Existência de uma escalada do uso da força	Questão	1	2	3	4	5	6	5	100%
		4.1 Não existe		x	x	x	x	x		

Quadro 13 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 5

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
E1	"As NEP contribuem para a imposição, desenvolvimento e conservação da disciplina individual"	5.1
E2	"É de cabal importância e mostra-se urgente uma NEP"	5.1
E3	"Evitando que cada policial aplique as técnicas, conforme o seu nível de conhecimento na matéria"	5.1
E4	"melhoraria a atuação dos policiais, principalmente no recurso à arma de fogo"	5.1
E5	"ter critérios uniformes de atuações cria uma cultura tática uniforme, padronizada, sistemática e coerente"	5.1
E6	"Uma NEP, mas um que seja devidamente adequado e adaptado à realidade cabo-verdiana."	5.1

Quadro 14 - Análise de conteúdo final da questão 5 da entrevista

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados						Unidades de enumeração	Resultados %
			1	2	3	4	5	6		
Criação de bases normativas internas	Implementação de NEP sobre o recurso à arma de fogo	Questão								
		5.1 Viável	x	x	x	x	x	x	6	100%

Quadro 15 - Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 6

Entrevistados	Unidade de contexto	Unidade de registo
E1	"melhorias acontecem num processo evolutivo contínuo, que inclui mais formação de quadros, melhor planeamento e gestão"	6.1
	"mais meios humanos e materiais que permitem a implementação de planos de treino adequados e sustentáveis"	6.2
E2	"E que num futuro muito próximo seja uma realidade uma NEP para agentes poderem pautar a sua atuação"	6.3
E3	"apostar na formação e treino do seu efetivo para atuações com recurso à arma de fogo"	6.1
	"com recursos sofisticados, no que diz respeito a armas"	6.2
E4	"A PN deve apostar no preparo académico"	6.1
E5	"Ao nosso ver, a qualificação do quadro da PN é uma realidade notável"	6.1
	"tenham novos moledos de atuações e precauções aquando do recurso à arma de fogo"	6.3
E6	-----	6.1

Quadro 16 - Análise de conteúdo final da questão 6 da entrevista

Categorias	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados						Unidades de enumeração	Resultados %
		Questão	1	2	3	4	5	6		
Recurso à arma de fogo	Perspetivas futuras	6.1 Formação técnico-policial	x		x	x	x	x	5	83%
		6.2 Melhoria dos recursos materiais	x		x				2	33%
		6.3 Novo modelo de atuações		x			x		2	33%